ENERGIA

RELEASE DE RESULTADOS 3T2026



Aurora Namie Yukuhirto
Química

Saiba mais sobre a nossa Companhia

São Paulo, 03 de novembro de 2026 – A ISA ENERGIA BRASIL S.A. ("ISA ENERGIA BRASIL", "Companhia", B3: ISAE3 e ISAE4) anuncia seus resultados do terceiro trimestre de 2026 (3T26). Os Resultados Regulatórios estão apresentados de acordo com os procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE") com o objetivo de colaborar com o entendimento do negócio da Companhia. Os resultados regulatórios são auditados anualmente pelo mesmo auditor independente das demonstrações financeiras societárias e não são revisados trimestralmente. Adicionalmente, é possível encontrar os resultados de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aplicáveis e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") na seção de "Anexos" deste documento.

Indicadores Regulatórios (R$ Milhões)	**Consolidado**					
	3T26	**3T25**	**Var (%)**	**9M26**	**9M25**	**Var (%)**
Receita Líquida	**1.510,7**	**1.072,3**	**40,9%**	**3.980,3**	**3.232,8**	**23,1%**
PMSO	**-235,3**	**-187,5**	**25,5%**	**-625,2**	**-551,9**	**13,3%**
PMSO Gerenciável	-217,0	-185,5	17,0%	-604,3	-546,1	10,6%
EBITDA	**3.190,1**	**888,5**	**259,0%**	**5.178,2**	**2.601,3**	**99,1%**
Margem EBITDA	*211,2%*	*82,9%*	*128,3 p.p*	*130,1%*	*80,5%*	*49,6 p.p*
Lucro Líquido[1]	**1.904,8**	**550,0**	**246,3%**	**2.436,4**	**1.143,0**	**113,2%**
Margem Líquida	*126,1%*	*51,3%*	*74,8 p.p*	*61,2%*	*35,4%*	*25,9 p.p*
ROE (12 meses)	**21,7%**	**20,8%**	**0,9 p.p**	**21,7%**	**20,8%**	**0,9 p.p**
Dívida Líquida	17.018,3	12.887,2	32,1%	17.018,3	12.887,2	32,1%
CapEx (ex-M&A)	**1.103,3**	**1.205,4**	**-8,5%**	**3.379,2**	**3.415,5**	**-1,1%**

[1]ajustado pela participação do acionista não controlador.

Destaques financeiros 3T26

Receita líquida R$ 1.510,7 milhões (+40,9%)

PMSO R$ 235,3 milhões (+25,5%)

EBITDA R$ 3.190,1 milhões (+259,0%)

CAPEX R$ 1.103,3 milhões (-8,5%)

Dívida líquida R$ 17.018,3 milhões (+32,1%)

Teleconferência 3T26

Teleconferência em português com tradução simultânea para o inglês

Data: 04 de novembro de 2026 **Horário:** 10h00 (BRT) / 08h00 (EST)

O evento será transmitido via Zoom, através do link a seguir: clique aqui

Todos os dados para conexão estão disponíveis no site de Relações com Investidores: ri.isaenergiabrasil.com.br

EVENTOS DO PERÍODO

23ª emissão de debêntures

Em 16 de julho de 2026, a Companhia concluiu a captação de recursos por meio da 23ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações no montante total de R$ 1,5 bilhão, em série única, com prazo de 4 anos e custo de CDI +0,42% ao ano. Os recursos captados foram integralmente destinados para recomposição de caixa da Companhia. Acesse o link para obter maiores informações.

Oferta Pública Primária de ações (ISAE4)

Em 15 de julho de 2026, a Companhia informou ao mercado sobre a oferta pública subsequente ("*Follow-on*") de distribuição primária de, inicialmente, 22,2 milhões de novas ações preferenciais ("ISAE4"). A quantidade de ações inicialmente ofertadas poderia ser acrescida, a critério do emissor e em comum acordo com os coordenadores da oferta, em até 22,2 milhões de ações preferenciais. A oferta foi precificada no dia 23 de julho, quando foram emitidas 44,4 milhões de ações preferenciais ao preço unitário de R$ 27,00. A liquidação aconteceu no dia 28 de julho. Para acessar os documentos da oferta, clique aqui e aqui.

24ª emissão de debêntures

Em 23 de julho de 2026, a Companhia encerrou a 24ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, para captar R$ 1 bilhão em série única, com prazo de 4,5 anos e custo de CDI + 0,42% ao ano. Conforme previsto na escritura da oferta, o prazo para liquidação se estende até fevereiro de 2027 e, até o presente momento, os recursos não foram desembolsados. Após a liquidação, os recursos serão integralmente destinados a investimentos em Reforços e Melhorias ("R&M"). Acesse o link para obter maiores informações.

Conclusão do descruzamento de participações societárias em IE Madeira e Garanhuns

Em 31 de julho de 2026, a ISA ENERGIA BRASIL concluiu o descruzamento de participações societárias na IE Madeira e IE Garanhuns, operação que foi divulgada ao mercado em fato relevante publicado dia 19 de março de 2026. Com a conclusão da operação, a Companhia passou a deter 100% da IE Madeira, concessionária responsável por 2.385 km de linhas de transmissão em corrente contínua, que possui Receita Anual Permitida ("RAP") ex-Parcela de Ajuste ("PA") líquida de PIS/COFINS de R$ 796,7 milhões no ciclo 2026/2027, e deixou de participar da IE Garanhuns, que possui 633 km de linhas de transmissão, cuja RAP (ex-PA) líquida de PIS/COFINS totaliza R$ 165,3 milhões no mesmo ciclo. Com a conclusão da operação, após o cumprimento das condições precedentes e o pagamento de torna de R$ 1,2 bilhão à AXIA, os resultados da IE Madeira passaram a ser integralmente consolidados pela Companhia a partir de agosto de 2026. Para maiores informações, consulte o fato relevante.

Anúncio de Distribuição de Proventos

Em 29 de setembro de 2026, o Conselho de Administração da ISA ENERGIA BRASIL aprovou a distribuição de proventos referentes ao resultado do 1º semestre de 2026, em forma de Juros sobre Capital Próprio ("JCP") no valor total de R$ 398,7 milhões, correspondente a R$ 0,566877 por ação de ambas as espécies. A distribuição do valor do JCP líquido do imposto de renda na fonte foi dividida em três pagamentos, sendo cada um deles com suas respectivas datas base e "ex-direito". Clique aqui para acessar o aviso aos acionistas na íntegra.

Tipo de Provento	Data de Deliberação	Base de Distribuição	Data			Volume (R$ milhões)	R$ / Ação
			Base	Ex-Direito	Pagamento		
Juros Sobre Capital Próprio ("JCP")	29-set-26	Resultado do Exercício Social de 2026	8-out-26	9-out-26	7-dez-26	132,9	0,188959
			9-nov-26	10-nov-26	7-dez-26	132,9	0,188959
			25-nov-26	26-nov-26	7-dez-26	132,9	0,188959
						398,7	**0,566877**

Considerações sobre as informações financeiras

As informações financeiras apresentadas neste documento referem-se ao período de três meses findo em 30 de setembro de 2026 e foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 933 em 28 de maio de 2021 e orientações do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 da ANEEL.

A informação denominada EBITDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre a Renda e Contribuição Social, Depreciação e Amortização – LAJIDA) está apresentada de acordo com a Resolução CVM 156/22.

Adicionalmente, as informações financeiras e operacionais incluídas nesta discussão de resultados são sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem.

Segue o cálculo do EBITDA na contabilidade regulatória de acordo com a Resolução Normativa nº 933 e Despacho nº 2.904:

(R$ milhões)	Consolidado					
	3T26	3T25	Var (%)	9M26	9M25	Var (%)
(=) Lucro Líquido Regulatório	**1.904,8**	**550,0**	**246,3%**	**2.436,4**	**1.143,0**	**113,2%**
(+) Particip. do Acionista não controlador	7,8	18,0	-56,4%	32,7	46,5	-29,8%
(+) IRPJ/CSLL	712,5	-39,9	n.a	793,8	91,1	771,4%
(-) Equivalência Patrimonial	-34,2	-100,4	-66,0%	-197,2	-267,0	-26,1%
(+) Resultado Financeiro	348,1	293,1	18,7%	1.469,9	996,3	47,5%
(+) Depreciação/Amortização	251,0	167,6	49,8%	642,6	591,4	8,7%
(=) EBITDA Regulatório	**3.190,1**	**888,5**	**259,0%**	**5.178,2**	**2.601,3**	**99,1%**
(+) Equivalência Patrimonial	34,2	100,4	-66,0%	197,2	267,0	-26,1%
(=) EBITDA Regulatório CVM 156/2022	**3.224,2**	**988,9**	**226,1%**	**5.375,4**	**2.868,3**	**87,4%**

O cálculo do EBITDA de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas de contabilidade internacionais, *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo "*International Accounting Standards Board* ("IASB"), a partir do EBITDA na contabilidade regulatória está disponível na seção "Comparativo de Resultados (Regulatório vs. IFRS)" deste documento (clique aqui).

ÍNDICE

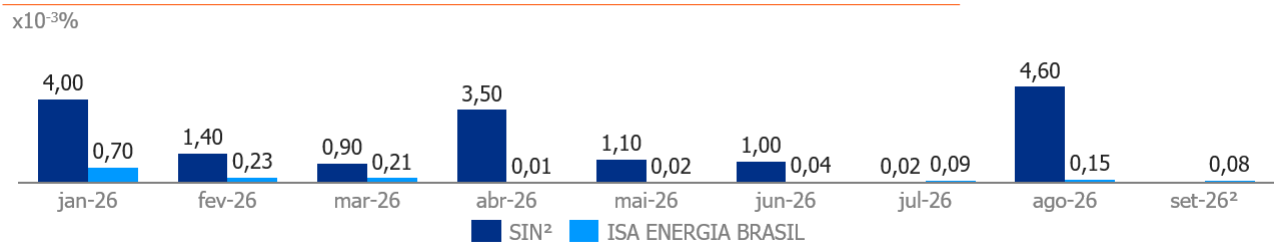
EVENTOS DO PERÍODO	**3**
DESEMPENHO FINANCEIRO (RESULTADOS REGULATÓRIOS)	**7**
RECEITA OPERACIONAL	7
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (PMSO)	9
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	11
EBITDA E MARGEM	12
RESULTADO FINANCEIRO	13
EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	14
LUCRO LÍQUIDO[1]	16
COMPARATIVO DE RESULTADOS (REGULATÓRIO VS. IFRS)	17
ENDIVIDAMENTO	**19**
INVESTIMENTOS	**21**
INVESTIMENTOS EM REFORÇOS E MELHORIAS ("R&M")	21
INVESTIMENTOS EM PROJETOS *GREENFIELD*	22
MERCADO DE CAPITAIS	**23**
COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA	23
DESEMPENHO DAS AÇÕES	23
PROVENTOS	24
SUSTENTABILIDADE	**25**
DESTAQUES DO PERÍODO	25
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE	26
OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	**29**
REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA (RTP) - CONTRATOS LICITADOS	29
RAP CICLO 2026/2027	30
RENOVAÇÃO CONCESSÃO PAULISTA - CONTRATO 059/2001 (RBNI/RBSE)	32
PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA – LEI 4.819/58	33
GLOSSÁRIO	**35**
ANEXOS	**38**

DESEMPENHO OPERACIONAL

Para os ativos de transmissão com tensão inferior a 230 kV, associados aos pontos de conexão com agentes de distribuição, o principal indicador de desempenho operacional é o Índice de Energia Não Suprida ("IENS"). O IENS corresponde à relação percentual entre o volume total de energia não suprida aos agentes de distribuição ao longo das ocorrências registradas no período e a energia total que seria fornecida na ausência de interrupções. Esse indicador reflete, portanto, a quantidade de energia que deixou de ser consumida pelos consumidores finais em decorrência de falhas ou interrupções no sistema.

Segue abaixo a medição do IENS[1] da Companhia ao longo do terceiro trimestre de 2026:

IENS % 2026



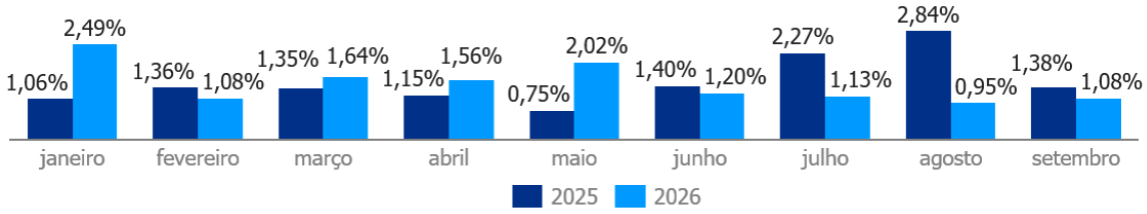
[1] São considerados ativos de conexão com os agentes de distribuição com tensão inferior a 230 kV.

[2] Dado de setembro do SIN não disponibilizado pelo ONS.

Parcela Variável

A Parcela Variável ("PV") é um mecanismo regulatório aplicado pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") que reduz a Receita Anual Permitida ("RAP") das concessionárias de transmissão quando são registradas falhas, desligamentos ou restrições operativas. O desconto é proporcional à indisponibilidade verificada. O indicador considera os ativos da Rede Básica com tensão igual ou superior a 230 kV e é apurado pela razão entre a PV bruta do período e sua respectiva RAP.

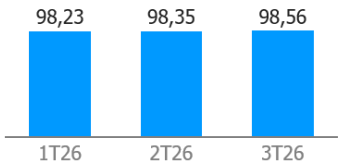
PV % 2026



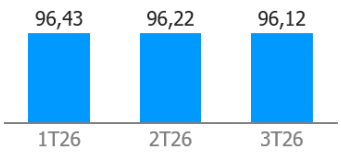
* Os dados da PV são dinâmicos e podem ser alterados posteriormente em função da conclusão de contestações junto ao ONS.

Disponibilidade de ativos (%)

Linhas de Transmissão



Transformadores



* São considerados apenas ativos da rede básica.
** O ONS calcula o indicador para famílias de equipamento, que é a junção do tipo e nível de tensão.
*** Dados acumulados em forma de janela móvel.
**** Fonte: ONS.

DESEMPENHO FINANCEIRO (Resultados Regulatórios)

Receita Operacional

Receita Operacional	Consolidado					
(R$ Milhões)	3T26	3T25	Var (%)	9M26	9M25	Var (%)
Receita de Uso da Rede Elétrica	**1.710,6**	**1.239,4**	**38,0%**	**4.503,7**	**3.684,8**	**22,2%**
RBSE	**519,5**	**511,5**	**1,6%**	**1.542,6**	**1.648,7**	**-6,4%**
Concessão Paulista (contrato 059)	**519,3**	**468,1**	**10,9%**	**1.484,7**	**1.340,2**	**10,8%**
Operação e Manutenção (O&M)[1]	249,2	238,3	4,6%	725,7	708,5	2,4%
Reforços e Melhorias (R&M)	270,1	229,8	17,5%	759,0	631,7	20,2%
Contratos Licitados	**551,9**	**265,1**	**108,2%**	**1.274,5**	**773,7**	**64,7%**
Projeto Básico (CAEE + O&M)	533,4	247,4	115,6%	1.220,5	739,2	65,1%
Reforços e Melhorias (R&M)	18,6	17,7	4,9%	54,0	34,4	56,8%
Parcela de Ajuste (PA) e Antecipações	**98,5**	**-52,2**	**n.a**	**142,2**	**-163,6**	**n.a**
Parcela Variável (PV)	**-16,0**	**-15,6**	**2,5%**	**-49,6**	**-44,2**	**12,3%**
Encargos Regulatórios ex RAP (CDE e PROINFA)	**37,2**	**62,5**	**-40,4%**	**109,4**	**130,0**	**-15,8%**
Outras	**11,1**	**11,2**	**-0,5%**	**32,9**	**33,9**	**-2,9%**
Receita Bruta	**1.721,7**	**1.250,6**	**37,7%**	**4.536,6**	**3.718,7**	**22,0%**
Deduções	**-211,0**	**-178,2**	**18,4%**	**-556,1**	**-485,9**	**14,4%**
Tributos e Contribuições (PIS e Cofins)	-149,3	-105,6	41,3%	-391,8	-319,5	22,6%
Encargos Regulatórios ex RAP (CDE e PROINFA)	-33,7	-57,8	-41,7%	-98,7	-116,9	-15,6%
Encargos Regulatórios in RAP (P&D, RGR e TFSEE)	-28,1	-14,8	89,3%	-65,6	-49,5	32,5%
Receita Líquida	**1.510,7**	**1.072,3**	**40,9%**	**3.980,6**	**3.232,8**	**23,1%**

[1] RAP referente à parcela de operação e manutenção dos ativos existentes considerados no processo de renovação do contrato 059/2001.

A receita bruta consolidada atingiu R$ 1.721,7 milhões no 3T26, aumento de R$ 471,1 milhões em relação ao 3T25 (+37,7%). No 9M26, a receita bruta consolidada apresentou crescimento de R$ 817,9 milhões (+22,0%) em relação ao 9M25, totalizando R$ 4.536,6 milhões. Além do reajuste do ciclo tarifário para o ciclo 2026/2027 com atualização da RAP pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") do período (4,72%), as principais variações da receita no período foram:

Concessão Paulista (contrato 059/2001)

- ▲ Incorporação da RAP dos projetos de Reforços e Melhorias ("R&M") de grande porte energizados nos últimos 12 meses;

Contratos Licitados

- ▲ Início do recebimento da RAP (ciclo 2026/2027) de R$ 478,9 milhões dos projetos Riacho Grande, Jacarandá e Piraquê, cujas energizações aconteceram entre outubro de 2025 e junho de 2026;
- ▲ Consolidação, a partir de agosto de 2026, de 100% dos resultados da IE Madeira na receita consolidada (+R$ 144,5 milhões), após a conclusão do descruzamento de participações societárias com a AXIA Energia. Anteriormente, a participação de 51% detida pela Companhia era reconhecida via equivalência patrimonial.

Parcelas de Ajuste ("PA") e Antecipações

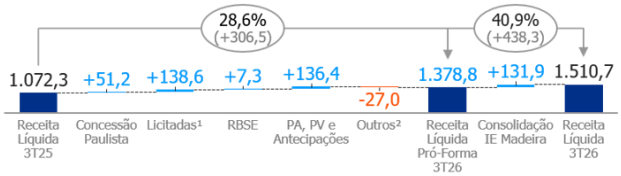
PA + Antecipação + Ressarcimento (R$ Milhões)	Consolidado 3T26	3T25	Var (%)
PA Reajuste de ciclo	150,1	0,0	n.a.
Anuidade Melhorias	11,5	11,0	4,7%
Antecipação (Superávit | Déficit de Arrecadação)	-63,1	-36,8	71,4%
Ressarcimento CDE	0,0	-26,4	-100,0%
TOTAL	98,5	-52,2	n.a.

- ▲ PA do reajuste de ciclo tarifário (2025/2026 vs. 2026/2027) positiva em R$ 150,1 milhões;
- ▲ Ressarcimento da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"): a CDE é classificada como um repasse e não constitui receita da Companhia que, por sua vez, alterou seu tratamento contábil para que a CDE deixasse de transitar pelo resultado a partir de agosto de 2025 uma vez que a receita bruta registrada de CDE era integralmente provisionada no mês subsequente;
- ▼ Menor volume de antecipações relacionadas ao superávit ou déficit de arrecadação do setor (-R$ 37,2 milhões).

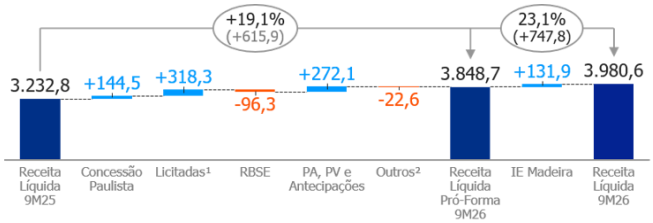
RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida aumentou R$ 438,3 milhões (+40,9%) em relação ao registrado no 3T25, totalizando R$ 1.510,7 milhões. Já no 9M26, a receita líquida teve incremento de R$ 747,8 milhões (+23,1%) vs. 9M25.

Receita Líquida – 3T26 vs. 3T25
(R$ milhões)



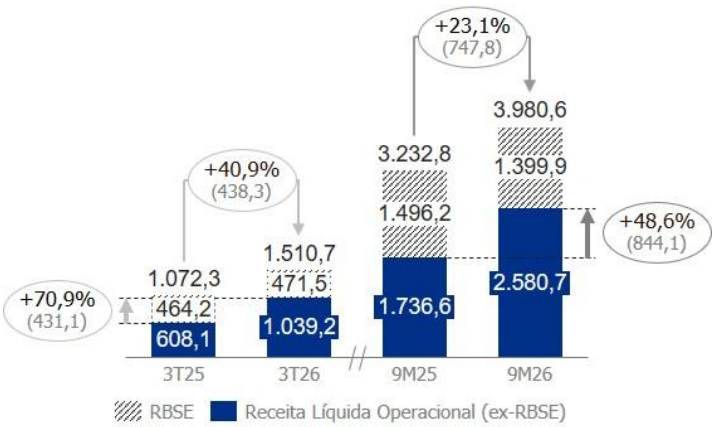
Receita Líquida – 9M26 vs. 9M25
(R$ milhões)



¹ Considera atualização pelo IPCA e Energização de projetos | ² Encargos e tributos à receita

A receita líquida ex-RBSE do 3T26 atingiu R$ 1.039,2 milhões, incremento de R$ 431,1 milhões (+70,9% vs. 3T25). A receita líquida ex-RBSE acumulada nos 9M26 cresceu R$ 844,1 milhões (+48,6%) vs. 9M25.

Receita Líquida
(R$ milhões)



Custos e Despesas Operacionais (PMSO)

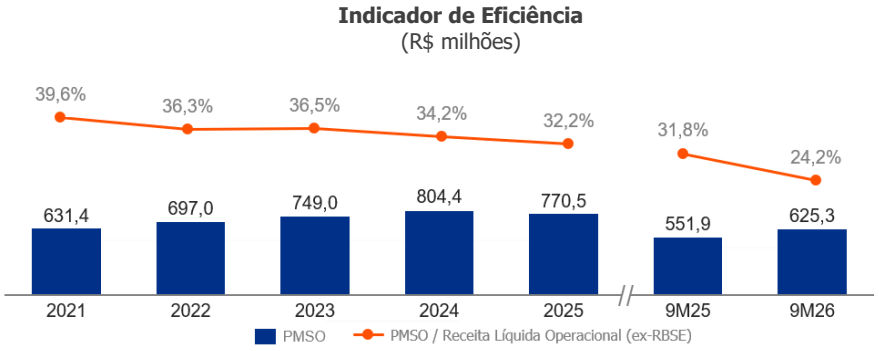
Custos e Despesas de O&M (R$ milhões)	Consolidado					
	3T26	3T25	Var (%)	9M26	9M25	Var (%)
Pessoal	-115,7	-100,5	15,2%	-331,1	-310,5	6,6%
Materiais	-6,3	-5,6	11,2%	-17,2	-16,9	2,2%
Serviços	-66,6	-54,1	23,2%	-174,5	-146,0	19,5%
Outros	-28,4	-25,4	12,1%	-81,4	-72,7	12,0%
PMSO (gerenciável)	**-217,0**	**-185,5**	**17,0%**	**-604,3**	**-546,1**	**10,6%**
Não recorrentes	-16,9	0,0	N.A.	-16,9	0,0	N.A.
Entidade de Previdência Privada	-1,4	-1,9	-29,6%	-4,1	-5,8	-29,6%
PMSO	**-235,3**	**-187,5**	**25,5%**	**-625,2**	**-551,9**	**13,3%**
Contingências	23,6	-0,2	n.a	19,2	-20,8	n.a
Depreciação	-251,0	-167,6	49,8%	-642,6	-591,3	8,7%
Demais custos e despesas	**-227,4**	**-167,8**	**35,5%**	**-623,3**	**-612,2**	**1,8%**
Total	**-462,7**	**-355,2**	**30,2%**	**-1.248,6**	**-1.164,0**	**7,3%**

Seguem os principais eventos que causaram variações no PMSO gerenciável do período:

- **Pessoal**: (i) maiores custos com remunerações, encargos e benefícios, devido ao acordo coletivo 2025/2026; e (ii) consolidação integral da IE Madeira a partir de agosto de 2026. Esses aumentos foram parcialmente compensados por redução das indenizações trabalhistas.
- **Serviços:** maiores despesas com: (i) honorários de êxito advocatício; (ii) limpeza e roçada; e (iii) viagens para treinamentos e suporte às novas operações. O aumento das despesas foi parcialmente compensado por menores gastos associados a treinamentos corporativos.
- **Outros:** aumento de gastos com: (i) IPTU, decorrente principalmente da atualização do valor venal dos imóveis e do reajuste inflacionário; e (ii) renovação de seguros. Esses efeitos foram parcialmente compensados por menor despesa com tributos associados à contratação de serviços estrangeiros.

Além das movimentações do PMSO gerenciável explicadas acima, a Companhia registrou despesas não recorrentes de R$ 15,5 milhões relacionadas ao descruzamento das participações societárias concluído no 3T26. Nesse trimestre, a provisão referente a previdência privada (passivo atuarial estimado em função de benefícios, conforme previsto no CPC33) reduziu R$ 0,6 milhão no trimestre (-29,6% vs. 3T25). Essa variação não possui efeito caixa e é explicada principalmente pelo aumento da taxa de desconto utilizada para apuração do valor presente das obrigações futuras devido ao aumento da NTN-B na reavaliação anual em dezembro de 2025.

O gráfico a seguir mostra a evolução da eficiência operacional da Companhia medida pela relação entre o PMSO e a receita líquida ex-RBSE.



CONTINGÊNCIAS

A Companhia registrou resultado positivo com contingências de R$ 23,6 milhões no 3T26, ante despesa de R$ 0,2 milhão no 3T25. A variação decorre, principalmente, do encerramento de discussão judicial relacionada à indenização da RBNI na renovação do contrato da Concessão Paulista. O acordo celebrado com a AXIA Energia resultou no

pagamento de R$ 32,1 milhões frente à provisão de R$ 63,4 milhões, permitindo a reversão de R$ 31,3 milhões no trimestre.

DEPRECIAÇÃO

A Companhia registrou R$ 251,0 milhões em despesa com depreciação no 3T26, um aumento de 49,8% (R$ 83,4 milhões) sobre a depreciação registrada no 3T25 devido, principalmente, a:

- Reconhecimento de provisão de depreciação referente ao projeto Piraquê, que entrou em operação comercial no 2T26 (+R$ 29,8 milhões);
- Consolidação integral da IE Madeira (ago/26), com impacto de R$ 24,3 milhões na despesa de depreciação contabilizada no 3T26;
- Avanço na unitização de projetos de R&M da Concessão Paulista nos últimos 12 meses (+R$ 18,9 milhões);
- Unitização de ativos de Riacho Grande junto à ANEEL (+R$ 5,3 milhões vs. 3T25).

Com isso, os Custos e Despesas Operacionais totalizaram R$ 462,7 milhões no 3T26 (+30,2% vs. 3T25). No acumulado do 9M26, totalizaram R$ 1.248,6 milhões (+7,3% vs 9M25).

Outras Receitas e Despesas Operacionais

Outras Receitas e Despesas Operacionais (R$ milhões)	Consolidado					
	3T26	3T25	Var (%)	9M26	9M25	Var (%)
Receitas	**1.941,2**	**58,3**	**3231,8%**	**1.957,6**	**68,1**	**2775,3%**
Alienação de bens inservíveis à operação	-2,2	7,9	n.a	2,9	12,9	-77,2%
Atualização de valores de precatórios a receber (terreno SJC)	3,1	12,1	-74,4%	9,0	16,9	-47,0%
Recebimento de indenização de seguros	0,0	4,8	-100,0%	1,9	4,8	-60,4%
Ganho e Remuneração da SE Centro	1,9	33,5	-94,3%	5,5	33,5	-83,7%
Operação de descruzamento de ativos (IE Madeira e IE Garanhuns)	1.938,3	0,0	N.A.	1.938,3	0,0	N.A.
Despesas	**-49,4**	**-55,7**	**-11,4%**	**-152,1**	**-129,6**	**17,3%**
Alienação de bens inservíveis à operação	-0,8	-8,7	-90,8%	-8,3	-14,3	-41,8%
Amortização de mais valia (PBTE e SF Energia)	-12,8	-15,0	-14,3%	-39,2	-43,2	-9,3%
Custo com desativação de bens*	-35,7	-32,0	11,7%	-104,5	-72,1	45,0%
Outros	**-0,7**	**0,0**	**N.A.**	**-1,7**	**1,4**	**N.A.**
Eliminações	**0,0**	**1,3**	**-100,0%**	**0**	**1,3**	**-100,0%**
Total	**1.891,2**	**3,8**	**n.a**	**1.803,9**	**-58,9**	**n.a**

* custos com serviço de desativação, alienação e baixa de ativos

Outras receitas e despesas operacionais totalizaram receita de R$ 1.891,2 milhões no 3T26, ante R$ 3,8 milhões no 3T25, refletindo principalmente a receita de R$ 1.938,3 milhões relacionada ao efeito contábil *one off* do descruzamento de ativos (IE Madeira e IE Garanhuns), conforme tabela abaixo. Entre as demais variações, destacam-se: (i) a redução de R$ 31,6 milhões nos ganhos e remuneração associados à SE Centro homologados pela ANEEL no 3T25; (ii) a redução de R$ 9,0 milhões na atualização de precatórios; (iii) o efeito negativo de R$ 2,2 milhões na alienação de bens inservíveis, decorrente do descasamento temporal entre as baixas contábeis dos ativos e o reconhecimento das respectivas alienações; e (iv) o aumento de R$ 3,7 milhões nos custos com desativação de bens, associado às desmontagens realizadas em projetos de Reforços e Melhorias.

O descruzamento das participações societárias na IE Madeira e na IE Garanhuns gerou um efeito contábil positivo não recorrente e sem impacto no caixa de R$ 1.938,3 milhões ("Efeito Contábil *One Off* (Descruzamento de Ativos)"). Esse efeito é composto por: (i) ganho por compra vantajosa da participação adicional de 49% na IE Madeira (R$ 655,2 milhões); (ii) remensuração a valor justo da participação de 51% anteriormente detida na IE Madeira (R$ 1.211,0 milhões); e (iii) resultado de R$ 72,1 milhões na alienação da participação de 51% na IE Garanhuns, conforme tabela a seguir:

Efeito contábil *one off* (descruzamento de ativos)	
(R$ milhões)	**Regulatório**
Ganho por compra vantajosa	655,2
Remensuração da participação anterior (CPC 15 - item 42)	1.211,0
Resultado na alienação de Garanhuns	72,1
Efeito contábil one off (descruzamento de ativos)	**1.938,3**

EBITDA e MARGEM

EBITDA (R$ milhões)	Consolidado					
	3T26	3T25	Var (%)	9M26	9M25	Var (%)
Receita líquida	1.510,7	1.072,3	40,9%	3.980,3	3.232,8	23,1%
Custos e despesas (ex-depreciação)	-211,7	-187,7	12,8%	-606,0	-572,7	5,8%
Outras despesas e receitas (ex-amortização)	1.891,2	3,8	N.A.	1.803,9	-58,8	N.A.
EBITDA	**3.190,1**	**888,5**	**259,0%**	**5.178,2**	**2.601,3**	**99,1%**
(-) Efeito contábil *one off* (descruzamento de ativos)	-1.938,3	0,0	N.A.	-1.938,3	0,0	N.A.
EBITDA Pró-Forma	**1.251,7**	**888,5**	**40,9%**	**3.239,8**	**2.601,3**	**24,5%**

Além da contabilização do Efeito Contábil *One Off* (Descruzamento de Ativos), a variação é explicada, principalmente, por:

- ▲ Consolidação integral da IE Madeira a partir de agosto de 2026;
- ▲ Entrada em operação de projetos *greenfield* e de reforços e melhorias de grande porte nos últimos 12 meses;
- ▲ Reajuste tarifário para o ciclo 2026/2027;
- ▲ Melhora do indicador de eficiência, com redução da relação PMSO/receita líquida (9M26 vs 9M25), refletindo o crescimento da receita acima das despesas operacionais.

EBITDA (R$ milhões)	Consolidado + Controladas em Conjunto					
	3T26	3T25	Var (%)	9M26	9M25	Var (%)
Consolidado	**3.190,1**	**888,5**	**259,0%**	**5.178,2**	**2.601,3**	**99,1%**
Controladas em Conjunto	**86,8**	**191,2**	**-54,6%**	**448,5**	**526,7**	**-14,8%**
IE Madeira (51%)[1]	22,8	101,7	-77,6%	191,6	256,8	-25,4%
IE Garanhuns (51%)[1]	4,9	14,0	-65,0%	40,1	46,5	-13,7%
IE Aimorés (50%)	12,5	12,9	-3,2%	38,0	36,7	3,6%
IE Paraguaçu (50%)	19,9	19,5	2,2%	57,8	54,6	5,8%
IE Ivaí (50%)	26,8	43,1	-38,0%	121,0	132,1	-8,4%
Total	**3.276,9**	**1.079,7**	**203,5%**	**5.626,7**	**3.128,0**	**79,9%**

O EBITDA da participação da ISA ENERGIA BRASIL nas empresas controladas em conjunto totalizou R$ 86,8 milhões no 3T26, diminuição de R$ 104,6 milhões (-54,6%) em relação ao 3T25. No acumulado (9M26), o EBITDA da participação da ISA ENERGIA BRASIL nas empresas controladas em conjunto totalizou R$ 448,5 milhões, diminuição de 14,8% vs. 9M25.

Em agosto, após a conclusão do descruzamento de ativos, a IE Madeira passou a ser integralmente consolidada nos resultados, enquanto a IE Garanhuns deixou de integrar os ativos da Companhia. Assim, o resultado da equivalência patrimonial de IE Madeira e IE Garanhuns do 3T26 refere-se exclusivamente ao mês de julho de 2026.

O EBITDA total, considerando o consolidado da ISA ENERGIA BRASIL e sua participação nas controladas em conjunto, foi de R$ 3.276,9 milhões no 3T26 (+203,5% vs. 3T25). Mais detalhes estão disponíveis na seção "Equivalência Patrimonial" deste documento (clique aqui).

[1] O resultado de equivalência patrimonial da IE Madeira e da IE Garanhuns considera os resultados reconhecidos até julho de 2026, em função da conclusão do descruzamento das participações societárias em 31 de julho de 2026.

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R$ milhões)	Consolidado					
	3T26	3T25	Var (%)	9M26	9M25	Var (%)
Receita Financeira	**107,9**	**115,4**	**-6,5%**	**282,4**	**332,3**	**-15,0%**
Rendimento de aplicação financeira	92,5	90,0	2,7%	212,8	243,4	-12,6%
Outras receitas financeiras	15,4	25,4	-39,3%	69,6	88,9	-21,7%
Despesa Financeira	**-456,0**	**-408,6**	**11,6%**	**-1.752,3**	**-1.328,5**	**31,9%**
Juros e encargos sobre empréstimos	-428,5	-336,7	27,2%	-1.207,4	-936,4	28,9%
Variação Monetária	8,5	-54,6	-115,6%	-436,8	-337,7	29,4%
Outras despesas financeiras	-36,1	-17,3	108,8%	-108,1	-54,4	98,6%
Total	**-348,1**	**-293,1**	**18,7%**	**-1.469,9**	**-996,3**	**47,5%**

A Companhia registrou despesa financeira líquida de R$ 348,1 milhões no 3T26, com aumento de R$ 55,0 milhões (+18,7%) em comparação ao 3T25:

- ▲ **Juros e encargos sobre empréstimos**: refletem o maior saldo médio da dívida, que foi impulsionado (i) pelas emissões realizadas para financiar o crescimento da Companhia (20ª, 22ª e 23ª emissões) totalizando R$ 4,5 bilhões; e (ii) pela consolidação das despesas financeiras da IE Madeira. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela redução do CDI no período (3,38% no 3T26 vs. 3,65% no 3T25) e pela redução de cerca de 80 bps no spread médio das emissões institucionais envolvidas na operação de *liability management* com a 21ª emissão de debêntures no 1T26;
- ▼ **Variação monetária:** A redução da variação monetária deve-se, principalmente, à menor variação do IPCA (-0,09% no 3T26 vs. 0,39% no 3T25), parcialmente compensada pelo aumento da exposição da dívida bruta atrelada ao IPCA (+R$ 3,0 bilhões) em relação ao saldo no 3T25. Para fins contábeis, o resultado do 3T considera a inflação de junho a agosto;
- ▲ **Outras Despesas Financeiras:** O aumento deve-se, principalmente, às despesas financeiras com instrumentos derivativos associados à marcação a mercado da operação de swap, na qual a Companhia possui posição ativa em IPCA e passiva em CDI. No período, a elevação da curva futura de CDI aumentou o valor presente da posição passiva, gerando um impacto negativo no valor justo do derivativo e, consequentemente, maior despesa financeira no trimestre (-R$ 20,5 milhões).

A despesa financeira líquida acumulada nos 9M26 aumentou 47,5% (R$ 473,6 milhões), frente à despesa de R$ 996,3 milhões registrada no 9M25.

Equivalência Patrimonial

Equivalência Patrimonial (R$ milhões)	Consolidado					
	3T26	3T25	Var (%)	9M26	9M25	Var (%)
IE Madeira (51%)[1]	**10,0**	**61,8**	**-83,9%**	**107,2**	**144,5**	**-25,8%**
IE Garanhuns (51%)[1]	**3,4**	**9,3**	**-63,3%**	**29,6**	**33,2**	**-10,8%**
AIE (50%)	**20,8**	**29,2**	**-29,0%**	**60,3**	**89,2**	**-32,4%**
IE Aimorés	5,8	7,1	-18,5%	18,6	26,5	-29,9%
IE Paraguaçu	8,3	9,0	-8,2%	25,9	38,4	-32,5%
IE Ivaí	6,7	13,1	-48,9%	15,8	24,3	-35,0%
Total	**34,2**	**100,4**	**-66,0%**	**197,2**	**267,0**	**-26,1%**

O resultado da equivalência patrimonial foi R$ 34,2 milhões no 3T26, redução de R$ 66,2 milhões (-66,0%) em relação ao registrado no 3T25, devido, principalmente, ao resultado do descruzamento de ativos com a AXIA Energia. No 9M26, a equivalência patrimonial totalizou R$ 197,2 milhões, redução de 26,1% vs. 9M25. Segue o detalhamento das demais variações:

Aliança Interligação Elétrica ("AIE")

Composta por três empreendimentos em sociedade com a TAESA (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí), a AIE apresentou redução de R$ 8,5 milhões no 3T26 (-29,0% vs. 3T25) explicada, principalmente, por:

- IE Aimorés e IE Paraguaçu: aumento das despesas financeiras sobre debêntures em função do desembolso das dívidas ter ocorrido no final do 2T25, parcialmente compensado pelo reajuste do ciclo tarifário pelo IPCA.
- IE Ivaí: menor resultado operacional devido, principalmente, à constituição de provisão relacionada à PVA da entrada em operação de 2022, após o indeferimento do recurso administrativo apresentado à ANEEL. O efeito foi parcialmente compensado pela (i) menor variação monetária sobre a dívida em razão do IPCA[2] mais baixo no 3T26 e; (ii) pelo reajuste do ciclo tarifário pelo IPCA (ciclo 2026/2027).

Clique aqui para verificar a demonstração de resultado sintética das controladas em conjunto.

[1] O resultado de equivalência patrimonial da IE Madeira e da IE Garanhuns considera os resultados reconhecidos até julho de 2026, em função da conclusão do descruzamento das participações societárias em 31 de julho de 2026 | [2] IPCA: 3T26 -0,09% vs. 3T25 +0,39%.

IRPJ e CSLL

IRPJ | CSLL (R$ milhões)	Consolidado					
	3T26	3T25	Var (%)	9M26	9M25	Var (%)
Corrente	27,4	38,6	-29,1%	-108,1	-45,0	140,1%
Diferido	-739,9	1,2	n.a	-685,7	-46,1	1388,3%
Total	**-712,5**	**39,9**	**n.a**	**-793,8**	**-91,1**	**771,4%**
Taxa efetiva	27,1%	-7,5%	34,7 p.p	24,3%	7,1%	17 p.p

A Companhia registrou despesa de R$ 712,5 milhões com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("IR/CSLL") no 3T26, ante receita de R$ 39,9 milhões no 3T25. No 3T25, a distribuição de R$ 444,7 milhões em "JCP" (Juros sobre Capital Próprio) reduziu a base de cálculo do IRPJ/CSLL. No 3T26, apesar da distribuição de R$ 398,7 milhões em JCP também ter gerado benefício fiscal, esse efeito foi mais do que compensado pelo impacto negativo de R$ 659,0 milhões no imposto diferido sobre o Efeito Contábil *One Off* (Descruzamento de Ativos), conforme tabela abaixo:

IRPJ/CSLL (R$ milhões)	Regulatório
Efeito Contábil One off (descruzamento de ativos)	**1.938,3**
IR/CSLL Corrente – IE Garanhuns	-24,5
IR/CSLL Diferido – IE Madeira (CPC 32)	-634,5
IR/CSLL s/ efeito contábil one off	**-659,0**
Total	**1.279,3**

O resultado acumulado do IRPJ/CSLL Corrente e Diferido foi despesa de R$ 793,8 milhões vs. Despesa de R$ 91,1 milhões no 9M25.

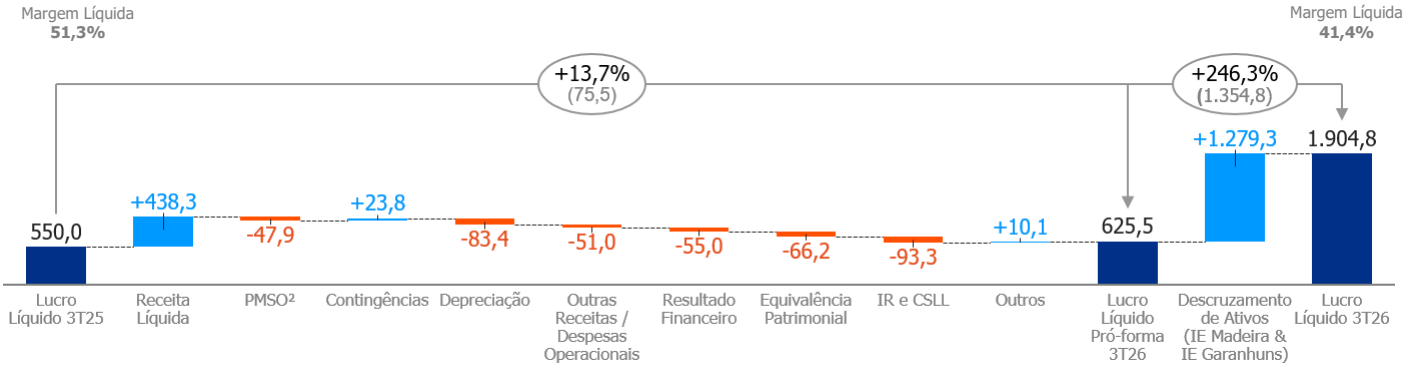
Lucro Líquido[1]

Como resultado das explicações apresentadas, o lucro líquido do trimestre totalizou R$ 1.904,8 milhões, aumento de R$ 1.354,8 milhões (+246,3%) em relação ao 3T25. No acumulado (9M26), o lucro líquido totalizou R$ 2.436,4 milhões.

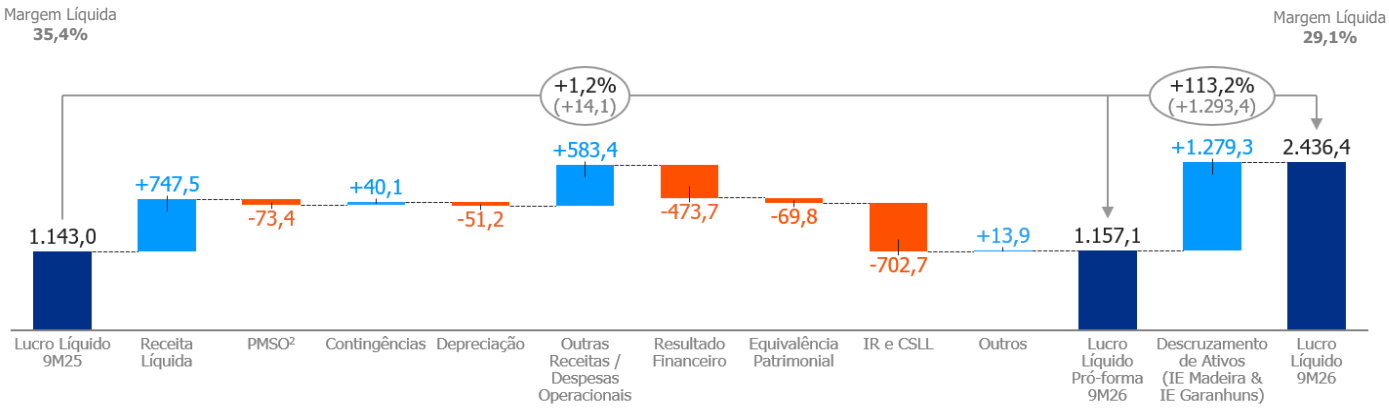
Excluindo o Efeito Contábil *One Off* (Descruzamento de Ativos) líquido de IR/CSLL, o lucro líquido totalizou R$ 625,5 milhões no 3T26, incremento de R$ 75,5 milhões vs 3T25, enquanto no acumulado (9M26), o lucro líquido totalizou R$ 1.157,1 milhões incremento de 1,2%.

Por se tratar de efeito contábil não caixa, o Efeito Contábil *One Off* (Descruzamento de Ativos) será desconsiderado do lucro líquido regulatório utilizado como referência para a prática de distribuição de proventos.

Lucro Líquido[1] 3T26 vs. 3T25
(R$ milhões)



Lucro Líquido[1] 9M26 vs. 9M25
(R$ milhões)



[1] ajustado pela participação do acionista não controlador | [2] Pessoal, material, serviços e outros.

Comparativo de Resultados (Regulatório vs. IFRS)

No 3T26, a Companhia registrou lucro líquido de R$ 913,8 milhões na contabilização IFRS, resultado R$ 129,2 milhões maior (+16,4%) que o registrado no 3T25. A Demonstração de Resultados detalhada na contabilidade IFRS está disponível no anexo IX deste documento.

Demonstração de Resultado (IFRS) (R$ milhões)	Consolidado					
	3T26	3T25	Var (%)	9M26	9M25	Var (%)
Receita Operacional Líquida	**2.333,7**	**2.559,0**	**-8,8%**	**7.442,0**	**6.403,9**	**16,2%**
Custos dos Serviços de Implementação da infraestrutura, operação e manutenção e de serviços prestados	-1.272,6	-1.340,5	-5,1%	-3.839,1	-3.831,3	0,2%
Lucro Bruto	**1.061,1**	**1.218,4**	**-12,9%**	**3.602,8**	**2.572,6**	**40,0%**
Receitas e Despesas Operacionais	**325,3**	**61,2**	**431,3%**	**496,4**	**380,8**	**30,4%**
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro	**1.386,4**	**1.279,7**	**8,3%**	**4.099,3**	**2.953,5**	**38,8%**
Resultado Financeiro	**-348,4**	**-293,3**	**18,8%**	**-1.470,7**	**-996,8**	**47,5%**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**1.038,0**	**986,4**	**5,2%**	**2.628,6**	**1.956,7**	**34,3%**
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	**-116,3**	**-183,6**	**-36,7%**	**-384,4**	**-196,9**	**95,2%**
Lucro/Prejuízo Consolidado	**921,7**	**802,8**	**14,8%**	**2.244,2**	**1.759,8**	**27,5%**
Participação do Acionista não Controlador	-7,8	-18,0	-56,4%	-32,7	-46,5	-29,8%
Lucro/Prejuízo	**913,8**	**784,8**	**16,4%**	**2.211,5**	**1.713,2**	**29,1%**

Receita - IFRS 15: No IFRS, as receitas que se referem aos investimentos realizados ao longo da concessão são registradas com o reconhecimento da margem de implementação de infraestrutura e determinação da taxa de desconto do ativo contratual. Além disso, existe a receita de remuneração dos ativos de contrato que é a recomposição do valor a receber pela taxa de desconto ao longo do tempo. No regulatório, a receita reflete a RAP registrada conforme o faturamento no prazo da concessão.

Custos dos investimentos: No IFRS, os custos de implementação de infraestrutura referem-se ao investimento realizado no período de obra, calculados a partir do investimento das aquisições de CAPEX (equipamentos, serviços e mão de obra interna e externa). No regulatório, os investimentos são tratados como ativo imobilizado.

Depreciação: No IFRS, não há depreciação de ativos da concessão, uma vez que estes não são considerados ativo imobilizado, e sim ativo contratual ou financeiro. O imobilizado do IFRS refere-se substancialmente a bens utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão. No regulatório, os ativos da concessão são considerados ativo imobilizado e depreciados linearmente considerando sua vida útil.

Equivalência Patrimonial: Os principais efeitos da equivalência patrimonial são reflexo das explicações da receita, custos e depreciação para as empresas controladas em conjunto.

IR/CSLL: No IFRS, o IR/CSLL são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei 12.973/14, de forma que os valores efetivamente tributados consideram a realização do caixa. A Companhia adota o regime de lucro real com estimativa mensal.

Combinação de negócios e alienação de investimentos: Na operação de descruzamento de ativos, os efeitos contábeis diferem entre IFRS e Regulatório em função dos valores pelos quais os investimentos estavam registrados em cada base. Na aquisição de 49% da IE Madeira, a contabilização considera o patrimônio líquido a valor justo da Companhia, com base em laudo de avaliação. No Regulatório, o valor contábil do investimento referente a participação acionária detida de 51% era inferior ao valor justo, resultando no reconhecimento de ganho, enquanto, no IFRS, o valor contábil referente a participação acionária detida de 51% era superior ao valor justo, resultando no reconhecimento de perda.

Na alienação de Garanhuns, a contraprestação recebida, de R$ 462 milhões, foi inferior ao valor do investimento registrado no IFRS, resultando em perda de R$ 187 milhões. No Regulatório, por sua vez, o valor do investimento registrado era inferior à contraprestação recebida, resultando em ganho de R$ 72 milhões.

Segue o cálculo do EBITDA na contabilidade IFRS de acordo com a Resolução CVM 156/22:

(R$ milhões)	Consolidado					
	3T26	3T25	Var (%)	9M26	9M25	Var (%)
(=) Lucro Líquido IFRS	**913,8**	**784,8**	**16,4%**	**2.211,5**	**1.713,2**	**29,1%**
(+) Particip. do Acionista não controlador	7,8	18,0	-56,4%	32,7	46,5	-29,8%
(+) IRPJ/CSLL	116,3	183,6	-36,7%	384,4	196,9	95,2%
(-) Equivalência Patrimonial	-59,9	-109,5	-45,3%	-359,1	-403,7	-11,0%
(+) Resultado Financeiro	348,4	293,3	18,8%	1.470,7	996,8	47,5%
(+) Depreciação/Amortização	14,9	8,7	71,5%	33,1	25,6	29,0%
(=) EBITDA IFRS	**1.341,5**	**1.178,9**	**13,8%**	**3.773,2**	**2.575,4**	**46,5%**
(+) Equivalência Patrimonial	59,9	109,5	-45,3%	359,1	403,7	-11,0%
(=) EBITDA IFRS CVM 156/2022	**1.401,3**	**1.288,4**	**8,8%**	**4.132,4**	**2.979,1**	**38,7%**

Segue o cálculo do EBITDA na contabilidade Regulatória a partir do EBITDA CVM 156/22:

(R$ milhões)	Consolidado					
	3T26	3T25	Var (%)	9M26	9M25	Var (%)
EBITDA IFRS (CVM 156/22)	**1.401,3**	**1.288,4**	**8,8%**	**4.132,4**	**2.979,1**	**38,7%**
(-) Receita de implementação da infraestrutura	-1.408,0	-1.516,8	-7,2%	-4.257,5	-4.228,9	0,7%
(-) Remuneração dos ativos de concessão	-726,6	-1.060,8	-31,5%	-2.807,6	-2.003,4	40,1%
(-) Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura	-20,8	0,1	n.a	-69,4	10,7	n.a
(-) Receita de O&M	-464,0	-294,2	57,7%	-1.170,1	-945,7	23,7%
(+) Receita de uso da rede elétrica	1.710,6	1.239,4	38,0%	4.503,7	3.684,8	22,2%
(+) Outras receitas	0,4	1,1	-59,7%	2,9	5,6	-47,6%
(+) PIS e COFINS diferidos	85,4	144,7	-41,0%	336,3	305,9	10,0%
(+) Custo de implementação da infraestrutura	1.103,9	1.194,7	-7,6%	3.376,5	3.404,8	-0,8%
(-) Custo de O & M	10,6	6,2	70,5%	16,9	18,3	-7,7%
(-) Despesas gerais e administrativas	-1,2	-0,9	31,9%	8,1	6,8	18,5%
(-) Equivalência patrimonial	-25,7	-9,2	180,8%	-161,9	-136,7	18,4%
(-) Outras receitas (despesas) operacionais	1.607,4	-10,5	n.a	1.514,1	-73,5	n.a
EBITDA REGULATÓRIO (CVM 156/22)	**3.224,2**	**988,9**	**226,1%**	**5.375,4**	**2.868,3**	**87,4%**
(-) Equivalência Patrimonial	-34,2	-100,4	-66,0%	-197,2	-267,0	-26,1%
EBITDA REGULATÓRIO	**3.190,1**	**888,5**	**259,0%**	**5.178,2**	**2.601,3**	**99,1%**

ENDIVIDAMENTO

Empréstimos e Financiamentos R$ (milhões)	30/09/2026	31/12/2025	Var (%)
Dívida Bruta[1]	**19.805,4**	**16.007,3**	**23,7%**
Curto Prazo	647,7	604,8	7,1%
Longo Prazo	19.157,7	15.402,6	24,4%
Disponibilidades Consolidadas	**2.968,1**	**2.165,0**	**37,1%**
ISA ENERGIA BRASIL e Controladas	2.787,1	1.879,4	48,3%
Subsidiárias controladas em conjunto[2]	181,0	285,5	-36,6%
Dívida Líquida[3]	**17.018,3**	**14.127,9**	**20,5%**

[1] Considera arrendamentos mercantis (*leasing),* segundo manual de contabilidade do setor elétrico ("MCSE") vigente a partir de janeiro de 2022, que considera adoção do CPC 6 pela ANEEL | [2] Parte dos recursos da Companhia estão em fundos de investimentos exclusivos, que também são utilizados de forma segregada pelas subsidiárias controladas 100% e controladas em conjunto (IE Aimorés, IE Paraguaçu e IE Ivaí) e referem-se a quotas de fundos de investimentos com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos neles alocados | [3] Dívida líquida considera disponibilidades ISA ENERGIA BRASIL e subsidiárias controladas 100%.

A dívida bruta da Companhia atingiu R$ 19.805,4 milhões ao final do 3T26, aumento de R$ 3.798,0 milhões (+23,7%) em relação ao saldo final do 4T25. A Companhia também encerrou o 3T26 com o total de R$ 2.968,1 milhões em disponibilidades (+37,1% vs. 31 de dezembro de 2025).

A Companhia realizou as seguintes captações no 9M26:

- 21ª emissão de debêntures (R$ 3,9 bilhões): recursos integralmente utilizados para aquisição facultativa das 9ª, 13ª, 15ª (1ª, 2ª e 3ª série) e 16ª emissões de debêntures (*liability management)*;
- 22ª emissão de debêntures (R$ 1,0 bilhão): emissão incentivada e verde em duas séries com vencimento em 2041 e custo de IPCA + 6,46% a.a.
- 23ª emissão de debêntures (R$ 1,5 bilhão): emissão comum em série única com vencimento em 2030 e custo de CDI + 0,42% a.a.
- 24ª emissão de debêntures (R$ 1,0 bilhão): emissão comum em série única com vencimento em 2030 e custo de CDI + 0,42% a.a. Cabe destacar, conforme previsto na escritura da oferta, o prazo para liquidação se estende até fevereiro de 2027 e, até o presente momento, os recursos não foram desembolsados e, com isso, não compõe o endividamento da Companhia.

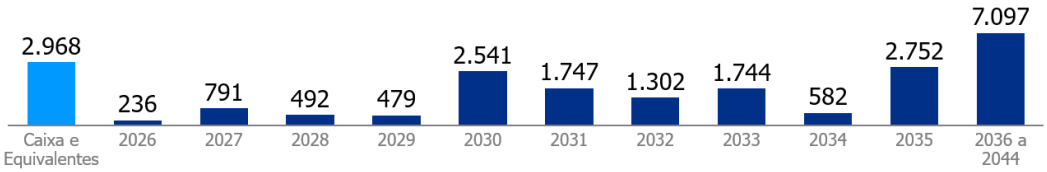
A operação de *liability management* realizada com a 21ª emissão de debêntures no 1T26, aliada às reduções do CDI anualizado (-125 bps vs 2025) e do IPCA acumulado em 12 meses (-24 bps vs 2025), contribuiu para a redução do custo médio nominal das dívidas da Companhia, que era 11,80% a.a. em 30 de setembro de 2026 (vs. 12,36% a.a. em 31 de dezembro de 2025). Considerando o IPCA acumulado (últimos 12 meses), o custo médio real* da dívida era 7,27% em 30 de setembro de 2026, com diminuição de 29 bps (vs. 7,56% em 31 de dezembro de 2025).

O prazo médio da dívida consolidada era 8,0 anos em 30 de setembro de 2026 (vs. 8,2 anos em 31 de dezembro de 2025), com perfil compatível com a natureza do negócio que combina baixo risco com alta previsibilidade de receitas e geração de caixa operacional, características que são destacadas pela Fitch ao reafirmar, em julho de 2026, o *rating* corporativo "triplo A" em escala local com perspectiva estável para a Companhia. Ao excluir as disponibilidades das controladas em conjunto, a dívida líquida da Companhia atingiu R$ 17.018,3 milhões, em 30 de setembro de 2026, aumento de R$ 2.890,4 milhões (+20,5% vs. 31 de dezembro de 2025). O aumento da dívida bruta deve-se principalmente à (i) captação de R$ 2,5 bilhões por meio das 22ª e 23ª emissões de debêntures; (ii) consolidação das dívidas da Interligação Elétrica do Madeira ("IE Madeira") (R$ 0,6 bilhão); e (iii) variação monetária sobre as dívidas. O aumento da dívida líquida foi parcialmente compensado pelos recursos captados na oferta pública primária de ações (*follow-on*) (R$ 1,2 bilhão), dos quais R$ 600 milhões foram destinados ao pagamento da torna para AXIA na conclusão da operação de descruzamento de participações societárias, sendo que os demais R$ 600 milhões serão destinados aos investimentos em reforços e melhorias.

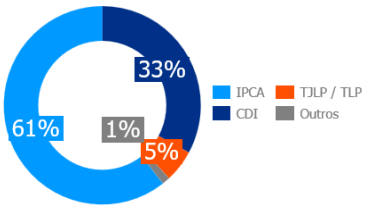
(*) Razão entre (i) Custo médio nominal; e (ii) IPCA últimos 12 meses
[1] CDI 3T25 3,65% - 3T26 3,38%

Cabe destacar que apenas os contratos de financiamento com o BNDES (R$ 649,9 milhões em 30 de setembro de 2026) possuem *covenants* financeiros, que são medidos anualmente pelo índice Dívida Líquida/EBITDA registrado em 31 de dezembro e que tem como limite 3,0x. O índice de alavancagem gerencial, seguindo a metodologia do BNDES, foi de 3,50x em 30 de setembro de 2026, comparado a 3,63x em 31 de dezembro de 2025. Mais detalhes sobre a alavancagem estão no anexo VII deste documento e maiores informações sobre o endividamento estão disponíveis no website da Companhia (clique aqui).

Cronograma de Amortização da Dívida Bruta
(R$ milhões)



Indexação da Dívida
30/09/2026

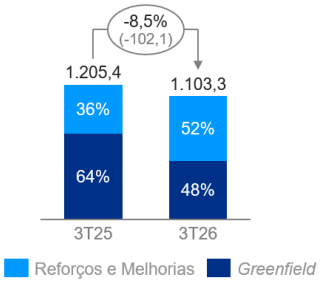


INVESTIMENTOS

Os investimentos da ISA ENERGIA BRASIL, suas empresas controladas e controladas em conjunto totalizaram R$ 1.103,3 milhões no 3T26, redução de R$ 102,1 milhões (-8,5%) em relação ao 3T25, refletindo, principalmente, o menor número de projetos *greenfield* em construção após a energização de Riacho Grande, Jacarandá e Piraquê, concluídas entre outubro de 2025 e junho de 2026.

Em contrapartida, a Companhia ampliou os investimentos em Reforços e Melhorias ("R&M"), que totalizaram R$ 578,5 milhões no 3T26, aumento de 32,1% em relação ao mesmo período de 2025.

Investimento em projetos
(R$ milhões, nominal)

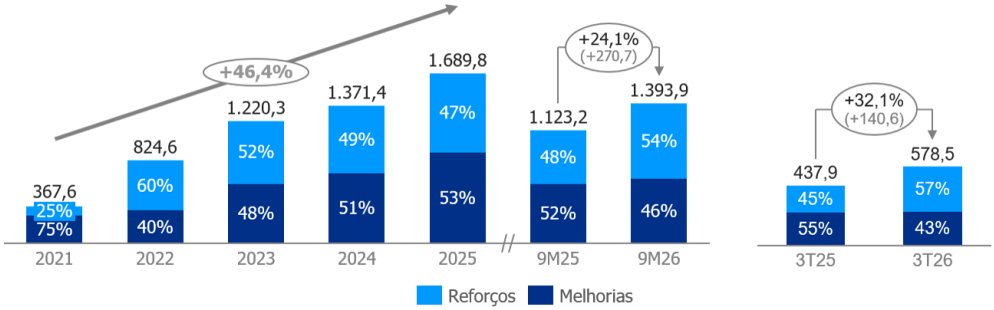


Investimentos em Reforços e Melhorias ("R&M")

Dos R$ 578,5 milhões investidos pela Companhia no 3T26, cerca de 57% foram destinados a projetos de Reforços enquanto 43% aos projetos de Melhorias.

Os investimentos em R&M acumularam R$ 1.393,9 milhões nos 9M26, aumento de 24,1% em relação ao mesmo período de 2025, refletindo a continuidade dos investimentos da Companhia na modernização dos ativos e na confiabilidade do sistema de transmissão. Desse total, cerca de 60% foram destinados a projetos de grande porte e 40% a projetos de pequeno porte. Além de contribuir para a qualidade da prestação do serviço, a renovação dos ativos favorece ganhos de eficiência operacional e a otimização dos custos de Operação e Manutenção ("O&M").

Histórico do investimento em R&M
(R$ milhões, nominal)

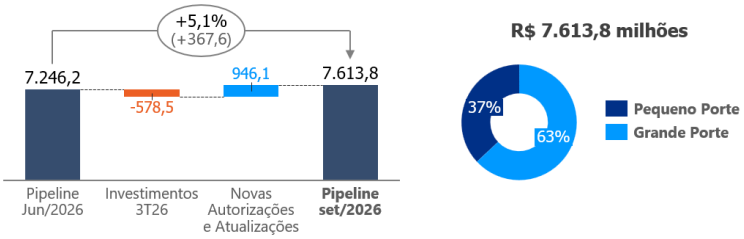


Em relação à energização dos projetos, nos primeiros nove meses de 2026, foram energizados cerca de R$ 947 milhões em investimentos, dos quais 16% correspondem a projetos de grande porte e 84% a projetos de pequeno porte.

Para projetos de pequeno porte, a habilitação da receita ocorre na RTP subsequente à energização, com efeitos retroativos à respectiva data de entrada em operação. Já para projetos de grande porte, a receita é previamente definida por Resolução Autorizativa (ReA) e passa a ser recebida a partir da entrada em operação.

Quanto ao planejamento de investimentos, ao fim do 3T26, a carteira autorizada da Companhia totalizava R$ 7,6 bilhões, 5,1% superior ao registrado ao fim do 2T26 devido à (i) novas autorizações da ANEEL; (ii) atualizações dos custos dos projetos; e (iii) correção monetária pelo IPCA, parcialmente compensadas pelos investimentos realizados ao longo do trimestre.

Investimento autorizado para projetos de R&M
(R$ milhões, termos reais em set/2026)

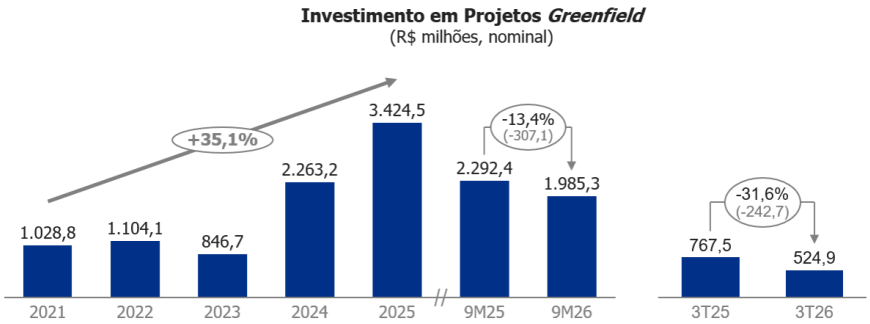


Investimentos em Projetos *Greenfield*

A Companhia investiu R$ 524,9 milhões em projetos licitados no 3T26, redução de 31,6% em relação ao 3T25, refletindo a menor quantidade de projetos *greenfield* em execução. Com a energização do projeto Jacarandá e do bloco 3 do projeto Piraquê, em abril e junho de 2026, respectivamente, a Companhia segue com o planejamento e execução dos projetos Serra Dourada e Itatiaia, que possuem RAP ciclo 2026/2027 total de R$ 596,9 milhões e cerca de R$ 4,1 bilhões em CAPEX remanescente.

Do total investido no trimestre, R$ 466,4 milhões foram destinados ao projeto Serra Dourada, que atingiu 64% de avanço físico (+15 p.p. vs. 2T26), e R$ 54,0 milhões ao projeto Itatiaia, que alcançou 35% (+2 p.p. vs. 2T26).

Dessa forma, os investimentos em projetos *greenfield* totalizaram R$ 1.985,3 milhões no 9M26, uma redução de R$ 307,1 milhões (-13,4%) em relação ao 9M25.



Segue tabela com informações dos projetos em construção:

Leilões	Projetos	Situação Atual	Contrato	Empresa	UF	RAP ISA ENERGIA BRASIL Ciclo 26/27 (R$ milhões)	Início das Obras	Prazo ANEEL	Avanço Físico[1]	CapEx Total do Projeto (R$ milhões, em termos reais, data-base set/26)	
										Total ANEEL	Total Realizado ISA ENERGIA BRASIL
001/2023 (jun/2023)	Serra Dourada (Lote 1)	Em construção	006/2023	ISA ENERGIA BRASIL	BA/MG	337,0	3T25	mar-29	64%	3.752,6	2.309,9
	Itatiaia (Lote 7)	Licenciamento Ambiental	012/2023	ISA ENERGIA BRASIL	RJ/MG	260	-	mar-29	35%	2.734,8	603,4
Total (2)						**596,9**				**6.487,4**	**2.913,3**

[1]Avanço do Projeto: evolução de todas as atividades relativas ao empreendimento até sua energização.

Mais informações sobre os projetos *greenfield* estão disponíveis no website da Companhia e você pode acessar clicando aqui.

MERCADO DE CAPITAIS

Composição Acionária

Controlada pela ISA, empresa multilatina que atua nos setores de energia elétrica, rodovias e telecomunicações, em 30 de setembro de 2026, 66,5% das ações de emissão da Companhia encontravam-se em circulação (*free float*).

Acionistas	ISAE3 (ON)		ISAE4 (PN)		Total (ON+PN)	
	Qtd Ações	%	Qtd Ações	%	Qtd Ações	%
ISA Capital do Brasil S.A	230.856.832	96,93%	5.144.528	1,11%	236.001.360	33,55%
Administração	-	-	-	-	-	-
Ações em Circulação (Free Float)	7.313.172	3,07%	460.013.216	98,89%	467.326.388	66,45%
AXIA Energia	5.340.330	2,24%	130.937.325	28,15%	136.277.655	19,38%
Outros	1.972.842	0,83%	329.075.891	70,75%	331.048.733	47,07%
Total	238.170.004	100,00%	465.157.744	100,00%	703.327.748	100,00%

Data base: 30/09/2026.

Desempenho das Ações

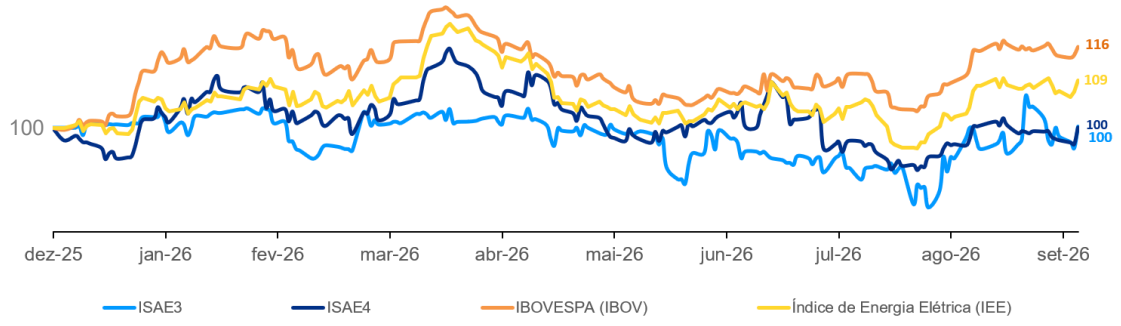
As ações ordinárias ("ISAE3") e preferenciais ("ISAE4") da ISA ENERGIA BRASIL encerraram o 3T26 cotadas, respectivamente, a R$ 34,08 (+2,3% vs. preço de fechamento do 2T26) e R$ 27,59 (-1,8% vs. preço de fechamento do 2T26). Neste mesmo período, o Índice de Energia Elétrica ("IEE") e o Ibovespa ("IBOV") apresentaram valorizações de 4,3% e 8,3%, respectivamente. A Companhia encerrou o 3T26 com valor de mercado de R$ 21,0 bilhões e, o volume financeiro médio diário negociado ("ADTV"[2]) da ISAE4 no trimestre foi de R$ 104,2 milhões (+27,6% vs. 2T26).

Mercado de Capitais	3T26	3T25	2T26	9M26	9M25
	703.327.748	658.882.604	658.882.604	703.327.748	658.882.604
Valor de Mercado[1] (R$ bilhões)	21,0	18,0	20,3	21,0	18,0
ISAE3					
Volume médio/dia (mil ações)	3,3	2,2	2,9	3,2	2,9
Volume financeiro médio/dia - ADTV[2] (R$ mil)	104	69	99	107	91
Cotação Média (R$)	32,22	30,79	33,78	33,33	31,28
Preço de fechamento (R$)	34,08	31,32	33,30	34,08	31,32
ISAE4					
Volume médio/dia (mil ações)	3.834	1.855	2.794	3.032	2.238
Volume financeiro médio/dia - ADTV[2] (R$ mil)	104.194	42.450	81.681	85.329	51.709
Cotação Média (R$)	27,20	22,76	28,76	28,01	23,02
Preço de fechamento (R$)	27,59	24,67	28,11	27,59	24,67

[1] calculado a partir do preço de fechamento das ações no período | [2] volume diário médio de negociações diárias (ADTV)

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia integrava 21 índices com destaque para o Ibovespa, IEE, Índice de Governança Corporativa ("IGC"), Índice de Dividendos ("IDIV") e Índice de Sustentabilidade Empresarial ("ISE"). No 3T26 as ações ISAE4 também passaram a integrar o universo MSCI como *Small Cap* nos índices MSCI Emerging Markets Small Cap, MSCI Emerging Markets IMI e MSCI ACWI IMI, ampliando sua presença em benchmarks globais e o universo potencial de investidores passivos, quantitativos e ativos de mercados emergentes.

Evolução ISAE3 x ISAE4 x Ibovespa x IEE – 2026
(base 100)



IBOVESPA B3 IBRA B3 IDIV B3 IEE B3 IGC B3 IGCT B3 MLCX B3 UTIL B3 IBRX100 B3 ICO2 B3 IBSD B3
IDIVERSA B3 ISE B3 IBBR B3 IBEP B3 IBEW B3 IBLV B3 IBBE B3 IBBC B3

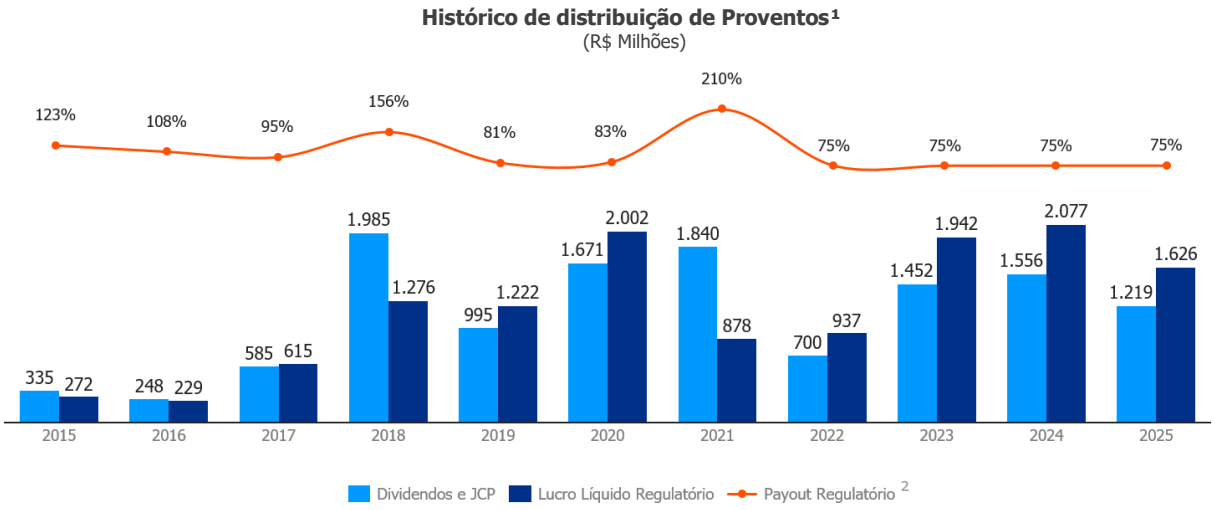
Proventos

Previsão estatutária: O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo que seja o maior valor entre R$ 359 milhões e 25% do lucro líquido do exercício (IFRS).

Prática de proventos: a ISA ENERGIA BRASIL adota como prática a distribuição de proventos de, no mínimo, 75% do lucro líquido regulatório (utilizado como *proxy* da geração de caixa), sujeita à aprovação em Assembleia, com a possibilidade de pagamento de dividendos intercalares, sempre garantindo que o provento seja igual ou superior ao mínimo obrigatório. Cabe destacar que a base de cálculo para os proventos de 2026 será o Lucro Líquido Regulatório pró-forma, que desconsidera o Efeito Contábil *One Off* (Descruzamento de Ativos) e foi de R$ 625,5 milhões no 3T26 e R$ 1.157,1 milhões no resultado acumulado do 9M26.

Em 29 de setembro de 2026, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de JCP, referentes ao resultado do 1º semestre de 2026, no valor total de R$ 398,7 milhões, correspondente a R$ 0,566877 por ação de ambas as espécies. A distribuição do valor do JCP líquido do imposto de renda na fonte foi dividida em três pagamentos, sendo cada um deles com suas respectivas datas base e "ex-direito".

Tipo de Provento	Data de Deliberação	Base de Distribuição	Data			Volume (R$ milhões)	R$ / Ação
			Base	Ex-Direito	Pagamento		
Juros Sobre Capital Próprio ("JCP")	29-set-26	Resultado do Exercício Social de 2026	8-out-26	9-out-26	7-dez-26	132,9	0,188959
			9-nov-26	10-nov-26	7-dez-26	132,9	0,188959
			25-nov-26	26-nov-26	7-dez-26	132,9	0,188959
						398,7	**0,566877**



¹ Disposição de proventos regime competência, conforme exercício social base de distribuição | ² Prática de distribuir no mínimo 75% do lucro líquido regulatório

SUSTENTABILIDADE

Os dados e indicadores apresentados referem-se à ISA ENERGIA BRASIL e suas subsidiárias de participação integral, salvo indicação em nota de rodapé. A gestão dessas informações é supervisionada e revisada pelo Conselho de Administração, por meio do Comitê Ambiental, Social e Governança Corporativa ("ASG").

Saiba mais sobre os compromissos de sustentabilidade no site da Companhia.

Destaques do Período

RECONHECIMENTO ENTRE AS MELHORES EMPRESAS DO BRASIL

A presença da ISA ENERGIA BRASIL no ranking Melhores & Maiores, da Revista Exame, reforça seu destaque em uma das mais tradicionais avaliações do ambiente empresarial brasileiro. A classificação reúne indicadores financeiros e operacionais, aspectos de governança e gestão, refletindo a solidez do negócio e a consistência de seus resultados. O desempenho traduz a capacidade de combinar crescimento sustentável, eficiência operacional e geração de valor para os stakeholders.

RECONHECIMENTO ETHOS

A ISA ENERGIA BRASIL está entre as 14 empresas mais engajadas do Instituto Ethos, sendo reconhecida por sua atuação nas agendas de ética, integridade, transparência e sustentabilidade empresarial. A distinção sinaliza a maturidade de sua governança e a condução responsável dos negócios, com efeitos positivos sobre a confiança dos *stakeholders*, a gestão de riscos e a criação de valor no longo prazo.

USP DIVERSA: DESENVOLVIMENTO DE TALENTOS PARA O SETOR ELÉTRICO

No terceiro ano consecutivo de parceria com o USP Diversa, a ISA ENERGIA BRASIL ampliou de 20 para 25 as bolsas destinadas a estudantes de engenharia em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O apoio vai além do auxílio financeiro: inclui mentoria, orientação de carreira e ações de desenvolvimento profissional. A iniciativa abre caminhos para novos talentos, amplia a diversidade no setor elétrico e contribui para formar profissionais preparados para os desafios da transição energética e da inovação.

GESTÃO CLIMÁTICA E DESCARBONIZAÇÃO

Pelo sétimo ano consecutivo, a ISA ENERGIA BRASIL recebeu o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol, principal reconhecimento nacional pela gestão e pelo reporte de emissões de gases de efeito estufa. Em 2025, a Companhia ampliou o monitoramento de sua cadeia de valor e acumulou redução de 27% nas emissões de SF_6 em quatro anos. Esses avanços demonstram a evolução da estratégia climática e sustentam a trajetória assumida para alcançar o Net Zero até 2050.

TROFÉU TRANSPARÊNCIA 2026

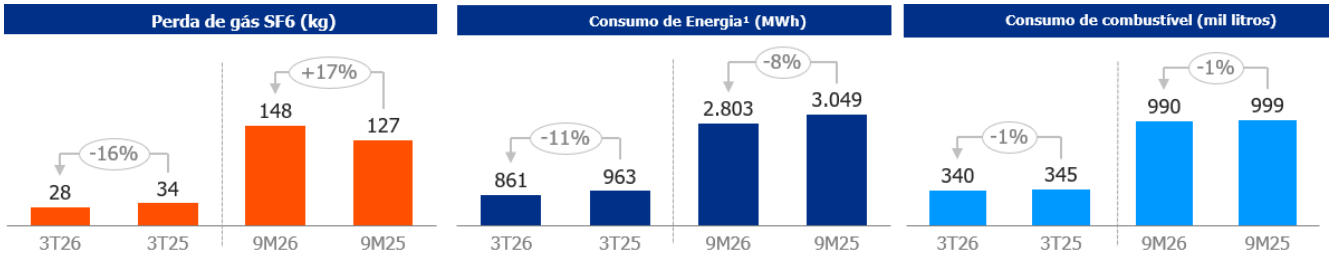
A ISA ENERGIA BRASIL conquistou o Troféu Transparência 2026, promovido pela ANEFAC, na categoria de empresas com receita líquida entre R$ 5 bilhões e R$ 20 bilhões. O reconhecimento destaca a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras da Companhia, considerando o detalhamento das notas explicativas, a aderência às normas contábeis e a divulgação voluntária de informações relevantes, reforçando seu compromisso com a transparência e a governança corporativa.

Indicadores de Sustentabilidade

Desempenho das Fontes de Emissão de CO2

No 3T26, a ISA ENERGIA BRASIL manteve o foco na gestão de suas emissões operacionais e na eficiência dos ativos. As perdas de SF_6 apresentaram redução de 16% em relação ao mesmo período do ano anterior, refletindo a efetividade das ações de monitoramento, inspeção e manutenção. No acumulado do ano, o indicador ainda registra aumento de 17%, influenciado principalmente por vazamentos pontuais de gás SF_6 em alguns ativos no 2T26, para os quais foram adotadas medidas corretivas e preventivas.
A Companhia também registrou redução de 11% no consumo de energia elétrica no trimestre e de 8% no acumulado de nove meses, resultado de ajustes no perímetro operacional após a transferência da IE EVRECY, combinados com esforços contínuos de gestão energética. O consumo de combustíveis apresentou redução de 1% tanto no trimestre quanto no acumulado do ano, refletindo ações de otimização da frota e de equipamentos estacionários.

Esses resultados reforçam o compromisso da ISA ENERGIA BRASIL com a eficiência operacional, a mitigação dos impactos ambientais e a execução de sua estratégia de descarbonização, alinhada à trajetória Net Zero.



[1] considera o consumo de energia proveniente exclusivamente da concessionária.

Saúde e Segurança do Trabalho ("SST")

No 3T26, a ISA ENERGIA BRASIL fortaleceu sua agenda SST por meio da ampliação das ações de monitoramento, fiscalização e engajamento das empresas contratadas. Ao longo do período, foram reforçados os mecanismos de identificação e tratamento de desvios, o acompanhamento de temas críticos e o compartilhamento de melhores práticas de segurança, com foco na prevenção de ocorrências e no aprimoramento contínuo dos controles operacionais.

Adicionalmente, a Companhia promoveu iniciativas de conscientização e engajamento voltadas à segurança, fortalecendo o protagonismo das lideranças e a disseminação de comportamentos seguros em toda a organização.

Categoria / Colaboradores	3T26	3T25	Var (%)	9M26	9M25	Var (%)
Acidentes sem afastamento						
Próprios	0	1	-1,0	1	3	-0,7
Terceiros	10	5	1,0	23	16	0,4
Total	**10**	**6**	**0,7**	**24**	**19**	**0,3**
Acidentes com Afastamento						
Próprios	2	0	N.A.	2	0	N.A.
Terceiros	2	5	-0,6	4	10	-0,6
Total	**4**	**5**	**-0**	**6**	**10**	**-0,4**
Acidentes com óbitos						
Próprios	0	0	N.A.	0	0	N.A.
Terceiros	0	1	-1,0	0	1	-1,0
Total	**0**	**1**	**-1**	**0**	**1**	**-1,0**
Taxa de frequência de acidentes						
Próprios	2,4	1,2	1,0	1,2	1,3	-0,0
Terceiros	2,3	1,9	0,2	1,6	1,6	-0,0

Essas iniciativas contribuem para o fortalecimento da governança em SST, a mitigação de riscos operacionais e a consolidação de uma cultura de segurança alinhada à execução segura e sustentável das atividades da Companhia.

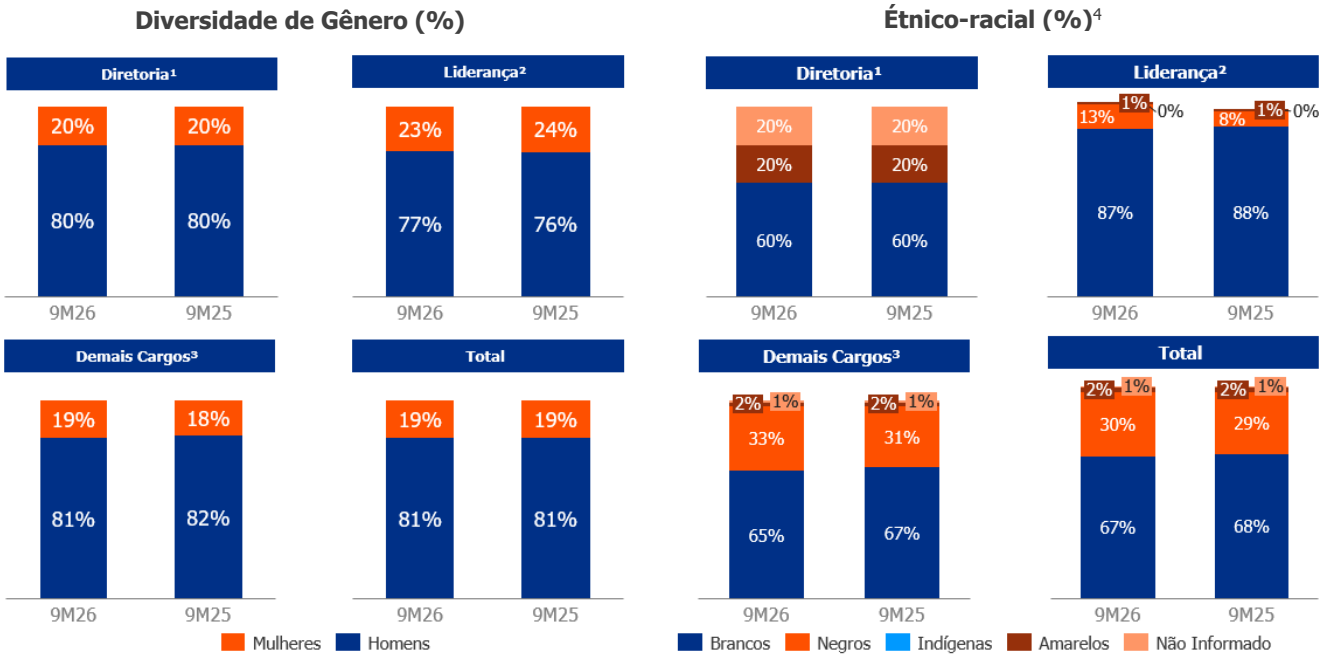
Diversidade

O Programa de Diversidade, Equidade, Inclusão e Pertencimento da ISA ENERGIA BRASIL manteve sua atuação estratégica no 3T26 com foco no desenvolvimento de talentos diversos, no fortalecimento da liderança inclusiva e na promoção de uma cultura de pertencimento, integrada à estratégia de gestão de pessoas da Companhia.

No período, destacaram-se a continuidade dos programas Empodera Talentos e Impulsiona Talentos, voltados ao desenvolvimento e aceleração de carreira de mulheres, além da realização do *workshop* Diálogo Inclusivo, que promoveu reflexões sobre vieses inconscientes e seus impactos nas relações e na tomada de decisão. A Companhia também realizou ações de sensibilização com lideranças sobre inclusão de pessoas com deficiência, reforçando o compromisso com ambientes cada vez mais acessíveis, diversos e acolhedores.

Os Grupos de Afinidade seguiram apoiando a governança do programa e o avanço das agendas prioritárias de diversidade, equidade, inclusão e pertencimento, contribuindo para o engajamento das pessoas e para o fortalecimento da cultura organizacional.

Essas iniciativas contribuem para a atração, o desenvolvimento e a retenção de talentos, fortalecem a marca empregadora e apoiam a geração de valor sustentável para o negócio.

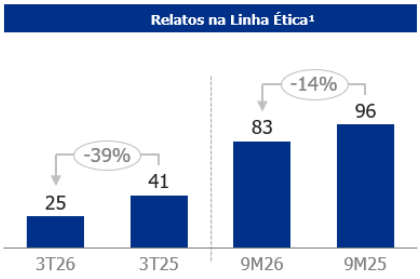


Os indicadores de diversidade consideram o total de colaboradores no último dia de cada período.

[1] Diretores estatutários e Presidente.
[2] Diretores empregados, Gerentes e Coordenadores.
[3] Especialistas e demais cargos, exceto Conselheiros, Aprendizes e Estagiários.
[4] As informações étnico-raciais são feitas de acordo com as classificações do IBGE.

Comportamento ético

No 3T26, a ISA ENERGIA BRASIL registrou 25 denúncias na Linha Ética, representando redução de 39% em relação ao 3T25. O site permaneceu como principal canal de recebimento, concentrando 72% dos registros, enquanto 56% das denúncias foram realizadas de forma anônima, reforçando a confiança nos canais disponíveis.



Das denúncias recebidas, 22 foram concluídas no período, sendo a maioria classificada como fora do escopo ou não procedente, após análise e direcionamento às áreas responsáveis. No trimestre, dois casos foram confirmados, ambos relacionados ao descumprimento de leis, normas e procedimentos.

Todas as ocorrências confirmadas foram avaliadas pelo Comitê de Ética, reportadas ao Comitê de Auditoria e Riscos e tratadas em conformidade com as políticas internas, resultando na adoção de medidas disciplinares e ações preventivas voltadas ao fortalecimento dos controles e à prevenção de recorrências.

Não foram registradas denúncias relacionadas a corrupção, suborno ou lavagem de dinheiro, nem processos judiciais associados a esses temas. Os resultados do período reforçam a importância da contínua promoção da cultura ética, da conformidade e da utilização adequada dos canais de integridade como instrumentos de prevenção, detecção e tratamento de potenciais desvios de conduta.

[1] São consideradas denúncias confirmadas aquelas analisadas e entendidas como verdadeiras.

Conformidade Ambiental

A Companhia não registrou multas significativas por não conformidade ambiental no período, tendo recebido autuações relacionadas à suposta utilização de recursos hídricos em desacordo com a outorga e à emissão de níveis de pressão sonora em desconformidade com a legislação. A empresa apresentou defesa e requereu o cancelamento das multas. Não foram recebidas sanções não monetárias.

* Multa significativa: Sanções por não conformidade ambiental (valor superior a US$10 mil).

EVENTOS SUBSEQUENTES

Alienação de participação relevante

Em 9 de outubro de 2026, a Companhia recebeu correspondência da AXIA Energia S.A. ("AXIA Energia") informando que passou a deter o total de 5.340.330 ações ordinárias ("ISAE3") e 115.202.535 ações preferenciais ("ISAE4") de emissão da ISA ENERGIA BRASIL, em decorrência de alienações de ações preferenciais (PN). Esses montantes representam, respectivamente, cerca de 2,24% e 24,77% do total de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia e, juntos, correspondem a 17,14% do seu capital social.

A AXIA Energia declara que não participa de qualquer contrato ou acordo que regule o exercício de direitos de voto sobre os valores mobiliários da ISA Energia. Informa, ainda, que sua participação societária tem caráter exclusivamente de investimento, não objetivando alteração do controle acionário ou da estrutura administrativa da Companhia. Clique aqui para acessar o comunicado ao mercado na íntegra.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Revisão Tarifária Periódica (RTP) - Contratos Licitados

RTP Licitadas 2026

Em junho de 2026, foi publicada a Nota Técnica 90/2026 STR-ANEEL (clique aqui), a qual reposicionou a RAP dos contratos dos empreendimentos licitados com RTP prevista para o ciclo tarifário em julho de 2026, entre eles: 005/2021 (IE Riacho Grande).

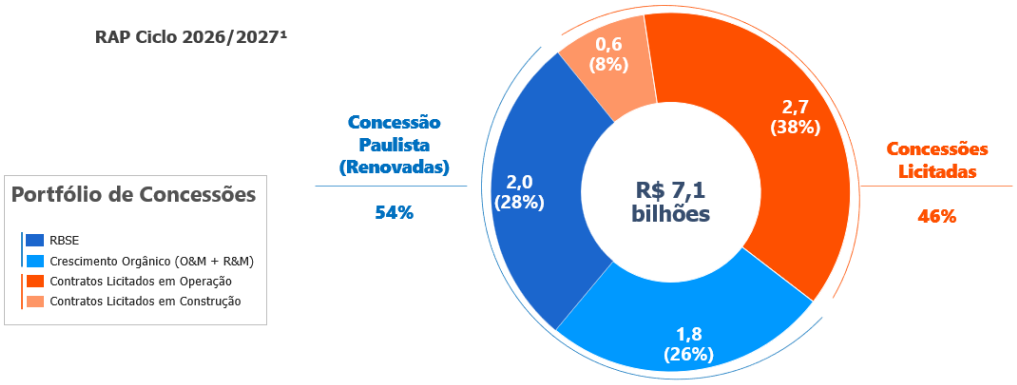
O índice de reposicionamento econômico real foi de +5,27%, com impacto positivo de R$ 4,9 milhões em valor absoluto. Considerando o IPCA do período de 4,72%, o índice de reposicionamento nominal foi de 10,25%:

RTP 2026 Licitadas								
Empresa	Particip. ISA ENERGIA BRASIL (%)	Contrato	RAP (R$ milhões, sem PA)			Índice Reposicionamento		Impacto na RAP (A x B) (R$ milhões)
			Vigente (Jun/25) (A)	Revisada (jun/26)	Var (R$)	Nominal	Real (B)	
IE Riacho Grande	100%	005/2021	93,1	102,7	9,5	10,25%	5,27%	4,91
Total			93	103	10	10,25%	5,27%	4,91
Total Particp. ISA ENERGIA BRASIL			93,1	102,7	9,5	10,25%	5,27%	4,91

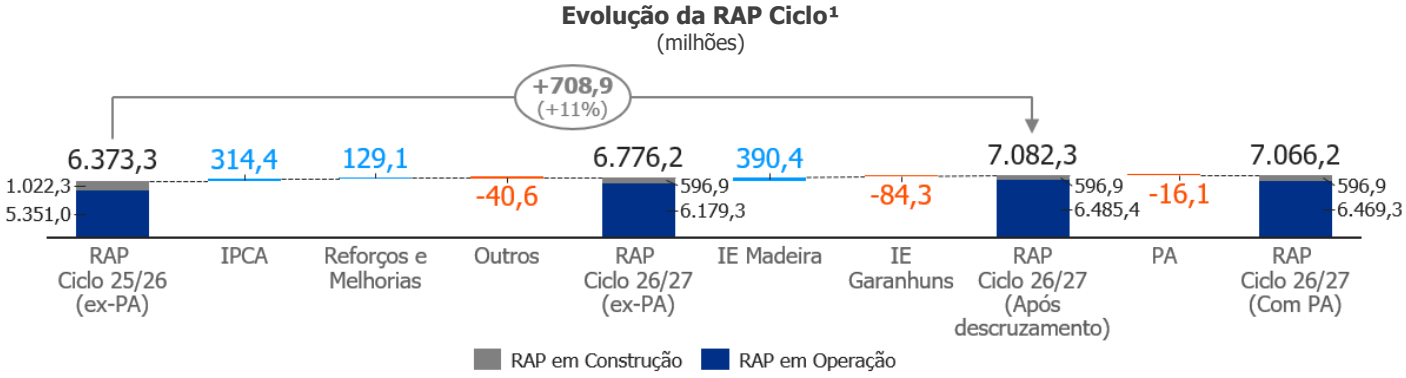
RAP Ciclo 2026/2027

Em 22 de junho de 2026 foi publicado o Despacho nº 2.268 (clique aqui), que estabeleceu a RAP da ISA ENERGIA BRASIL e suas empresas controladas e controladas em conjunto pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o Ciclo Tarifário de 12 meses compreendendo o período de 01 de julho de 2026 a 30 de junho de 2027 (ciclo 2026/2027). De acordo com o Despacho, a RAP[1] e os valores correspondentes às PAs do Consolidado e empresas controladas em conjunto, líquida de PIS/COFINS passou a ser de R$ 6.773 milhões, ponderado pela participação da ISA ENERGIA BRASIL nas empresas controladas em conjunto (data base junho de 2026). Excluindo os valores correspondentes às PAs, a RAP consolidada do ciclo seria de R$ 6.776 milhões, antes do descruzamento de ativos com a AXIA Energia.

Após o descruzamento de ativos, concluído em 31 de julho de 2026, a RAP ciclo desconsiderando a PA totalizou R$ 7.082,3 milhões. Deste montante, 53,7% representam a RAP do contrato renovado Concessão Paulista, incluindo R&M, RBSE e a parcela de O&M do contrato. Além disso, 46,3% da RAP refere-se a contratos licitados provenientes de leilões de transmissão ou aquisições realizadas pela Companhia, sendo (i) 37,8% de empreendimentos em operação, ou seja, com RAP ativa e; (ii) 8,4% de empreendimentos em construção, que adicionarão remuneração à Companhia quando concluídos.



¹ Receita Anual Permitida ("RAP") ciclo 2026/2027 | ² Operação e Manutenção + Reforços e Melhorias



¹ considera valores estabelecidos no momento da publicação das respectivas Resoluções Homologatórias da RAP dos ciclos tarifários.

A RAP do ciclo 2026/2027 cresceu R$ 708,9 milhões (+11,1%) em relação ao ciclo tarifário anterior (25/26). Os principais motivos dessa variação são:

- ▲ consolidação da RAP integral da IE Madeira (+R$ 390,4 milhões);
- ▲ atualização da RAP pela inflação para o ciclo 2026/2027 (+R$ 314,4 milhões);
- ▲ novos projetos de R&M que entraram em operação no último ciclo (+R$ 129,1 milhões);
- ▼ venda da participação na IE Garanhuns em julho de 2026 (-R$ 84,3 milhões).

Além disso, a resolução também definiu valores das PAs a serem compensadas no mesmo período para tratar eventuais ajustes financeiros. O valor total da PA, considerando o total Consolidado e o montante proporcional à participação da Companhia nas empresas controladas em conjunto, variou R$ 16,1 milhões para o ciclo 2026/2027.

Segue abaixo quadro resumo da RAP ciclo 2026/2027. Os valores são líquidos de PIS e COFINS, incluem encargos regulatórios P&D, TFSE e RGR e excluem os encargos CDE e PROINFA.

Controladora

Concessionária	Contrato	Projeto	índice	RAP Ciclo 25/26 REH 3.348	Inflação	R&M	RTP	Outros[1]	RAP Ciclo 26/27 DSP 2268	PA Total	RAP Ciclo 26/27 com PA	RAP Ciclo 25/26	Var % ex-PA
ISA ENERGIA BRASIL	059/2001	O&M	IPCA	835	40	63	0	-16	921		984	835	10,4%
		R&M		813	38	60	0	-15	897	63	897	813	10,2%
		RBSE		1.899	90	0	0	-0	1.989		1.989	1.899	4,7%
	012/2016	PBTE	IPCA	235	11	0	0	0	246	-8	237	235	4,7%
	002/2022	Piraquê	IPCA	343	16	0	0	0	359,3	-4	355	343	4,7%
Total Controladora Operacional				**4.125**	**195**	**123**	**0**	**-31**	**4.412**	**50**	**4.462**	**4.125**	**7%**

Subsidiárias Controladas

Concessionária	Contrato	Projeto	índice	RAP Ciclo 25/26 REH 3.348	Inflação	R&M	RTP	Outros[2]	RAP Ciclo 26/27 DSP 2268	PA Total	RAP Ciclo 26/27 com PA	RAP Ciclo 25/26	Var % ex-PA
Subsidiárias (100%) em operação				**1.263**	**77**	**6**	**5**	**-1**	**1.723**	**-54**	**1.669**	**1.263**	**36%**
IE Aguapeí	046/2017	Aguapeí	IPCA	83	4	0	0	0	87	-3	84	83	5%
IE Itaúnas	018/2017	Itaúnas	IPCA	72	3	3	0	0	79	2	81	72	10%
IE Itaquerê	027/2017	Itaquerê	IPCA	71	3	0	0	0	74	-2	72	71	5%
IEMG	004/2007	IEMG	IPCA	15	1	0	0	0	16	-1	15	15	5%
	007/2020	Triângulo Mineiro[3]	IPCA	46	2	3	0	0	51	1	52	46	10%
IENNE	001/2008	IENNE	IPCA	71	3	0	0	0	75	-2	73	71	5%
IE Japi	026/2009	Serra do Japi	IPCA	62	3	0	0	0	65	-1	64	62	5%
IE Jaguar 9	015/2008	Getulina	IPCA	77	4	0	0	0	81	-2	79	77	5%
IE Biguaçu	012/2018	Biguaçu	IPCA	56	3	0	0	0	59	-2	57	56	5%
IE Jaguar 6	143/2001	Botucatu-Xavantes	IGP-M	21	0	0	0	-1	20	-1	20	21	-2%
	042/2017	Bauru	IPCA	16	1	0	0	0	17	-1	16	16	5%
IE Tigabi	026/2017	Tibagi	IPCA	24	1	0	0	0	25	-1	24	24	5%
	006/2020	Três lagoas	IPCA	7	0	0	0	0	8	-0	8	7	5%
IE SUL	016/2008	Forquilinha	IPCA	20	1	0	0	0	21	-1	21	20	5%
	013/2008	Scharlau	IPCA	9	0	0	0	0	9	-0	9	9	5%
Evrecy	001/2020	Minuano	IPCA	53	3	0	0	0	55	-3	52	53	5%
IE Itapura	021/2018	Lorena	IPCA	18	1	0	0	0	19	-1	19	18	5%
	021/2011	Itapeti	IPCA	9	0	0	0	0	10	-0	9	9	5%
IE Jaguar 8	012/2008	Piratininga	IPCA	16	1	0	0	0	17	-0	16	16	5%
	011/2022	Jacarandá	IPCA	16	1	0	0	0	16,9	1	18	16	5%
IE Pinheiros	018/2008	Atibaia II	IPCA	9	0	0	0	0	9	-0	9	9	5%
IE Tibagi	014/2023	Água Vermelha	IPCA	8	0	0	0	0	8,9	0	9	8	5%
IE Riacho Grande	005/2021	Riacho Grande	IPCA	93	4	0	5	0	102,7	-3	100	93	10%
IE Madeira[1]	013/2009	Lote D	IPCA	408	19	0	0	0	428	-18	410	408	5%
	015/2009	Lote F		352	17	0	0	0	369	-15	354	352	5%
Consolidado ISA ENERGIA BRASIL em operação				**5.388**	**272**	**129**	**5**	**-32**	**6.135**	**-4**	**6.131**	**5.388**	**14%**

Subsidiárias Controle Compartilhado

Concessionária	Contrato	Projeto	índice	RAP Ciclo 25/26 REH 3.348	Inflação	R&M	RTP	Outros	RAP Ciclo 26/27 DSP 2268	PA Total	RAP Ciclo 26/27 com PA	RAP Ciclo 25/26	Var % ex-PA
Subsidiárias (não consolidadas) em operação				**828**	**31,6**	**0**	**0**	**0**	**702**	**-24**	**677**	**828**	**-15%**
IE Paraguaçu (50%)	003/2017	Paraguaçu	IPCA	162	7,7	0	0	0	170	-6	164	162	5%
IE Aimorés (50%)	004/2017	Aimorés	IPCA	109	5,1	0	0	0	114	-4	110	109	5%
IE Ivaí (50%)	022/2017	Ivaí	IPCA	399	18,8	0	0	0	418	-14	403	399	5%
IE Garanhuns (51%)[2]	022/2011	Garanhuns	IPCA	158	0,0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Participação ISA ENERGIA BRASIL				**415**	**16**	**0**	**0**	**0**	**351**	**-12**	**339**	**415**	**-16%**
ISA ENERGIA BRASIL Total em operação				**5.803**	**287**	**129**	**5**	**-32**	**6.485**	**-16**	**6.469**	**5.803**	**12%**

PROJETOS EM CONSTRUÇÃO

Concessionária	Contrato	Projeto	índice	RAP Ciclo 25/26 REH 3.348	Inflação	R&M	RTP	Outros	RAP Ciclo 26/27 DSP 2268	PA Total	RAP Ciclo 26/27 com PA	RAP Ciclo 25/26	Var % ex-PA
Concessões Controladora em Contrução				**570**	**27**	**0**	**0**	**0**	**597**	**0**	**597**	**570**	**5%**
ISA ENERGIA BRASIL	006/2023	Serra Dourada	IPCA	322	15	0	0	0	337	0	337	322	5%
	012/2023	Itatiaia	IPCA	248	12	0	0	0	260	0	260	248	5%
ISA ENERGIA BRASIL em construção				**570**	**27**	**0**	**0**	**0**	**597**	**0**	**597**	**570**	**5%**
ISA ENERGIA BRASIL TOTAL (OPERAÇÃO + CONSTRUÇÃO)				**6.373**	**314,4**	**129,1**	**5**	**-32**	**7.082**	**-16**	**7.066**	**6.373**	**11%**

[1] IE Madeira: RAP Ciclo 2026/2027 reflete o descruzamento de ativos com a AXIA Energia com consolidação como subsidiaria 100%. Anteriormente, a participação de 51% era contabilizada como empresa controlada em conjunto, via equivalência patrimonial | [2] IE Garanhuns: RAP Ciclo 2026/2027 reflete o descruzamento de ativos com a AXIA Energia. Anteriormente, a participação de 51% era contabilizada como empresa controlada em conjunto, via equivalência patrimonial, hoje deixa de integrar a base de ativos da Companhia.

Renovação Concessão Paulista - Contrato 059/2001 (RBNI/RBSE)

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 3 de dezembro de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram por unanimidade a prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001 nos termos da Lei 12.783/2013. Com isso o prazo da concessão foi prorrogado até dezembro de 2042 e o direito ao recebimento dos valores relativos aos ativos do NI (*) e do SE (**) foram garantidos à Companhia.

Os valores referentes aos ativos do NI, equivalente a R$2.891.291, conforme Portaria Interministerial nº 580, foram recebidos entre os anos de 2013 e 2015 (nota 14.1.3 (ii) das demonstrações financeiras referentes ao 4T24).

Em 2016, a ANEEL emitiu a Nota Técnica nº 336/2016 que apresentou proposta de regulamentação quanto ao previsto na Portaria nº 120/2016 do MME para a metodologia de cálculo do custo de capital (Ke) e do cálculo da RAP e determina os valores do SE e prazos de pagamento para as concessionárias. Em 30 de maio de 2017, foi emitido Despacho ANEEL nº 1.484/17, que reconheceu como valor destes ativos o total de R$4.094.440, na data base 31 de dezembro de 2012. Na metodologia contábil pelo modelo IFRS, o impacto inicial dos valores da RBSE foi reconhecido contabilmente em setembro de 2016 e o complemento do valor reconhecido pela ANEEL foi registrado contabilmente durante o segundo trimestre de 2017, e estão apresentados como "Ativos da concessão" (nota 5.1 das demonstrações financeiras referentes ao 4T24).

A Nota técnica nº 108/2020 – SGT/ANEEL, de 25 de junho de 2020, recalculou os valores da RAP a partir do ciclo 2020/2021, incluindo a parcela de remuneração do custo de capital (Ke) e operacionalizou os efeitos da revogação das liminares que impediam o pagamento do Ke. Tais valores foram incluídos nos cálculos da RTP e aprovados pela Diretoria da ANEEL pela Resolução Homologatória nº 2.714/2020. Atualmente, existem duas liminares vigentes.

Em 22 de abril de 2021, a ANEEL julgou favoravelmente o recurso administrativo interposto pela Companhia contra Resolução Homologatória nº 2.714/2020, que pleiteava o direito à atualização retroativa dos valores do RBSE, e aplicou o reperfilamento do componente financeiro do RBSE conforme Nota Técnica nº 068/2021 (nota 1.2a das demonstrações financeiras referentes ao 4T24). As premissas válidas a partir do ciclo 2021/2022 são: (i) a conclusão do pagamento do RBSE em 2028; (ii) a redução da amortização dos valores a receber do RBSE durante os ciclos 2021/2022 e 2022/2023; e (iii) a remuneração pelo WACC regulatório definido na RTP de 2018. A partir do ciclo 2023/2024, os fluxos de pagamentos previstos pela ANEEL retornaram aos patamares similares aos aprovados na Resolução Homologatória nº 2.714/2020.

Após a homologação do resultado da RTP das Transmissoras (ReH 2.851/21), que incluiu o reperfilamento do recebimento do componente financeiro do RBSE, a ABIAPE/ABRACE/ESBR apresentaram pedido de reconsideração, pós trânsito em julgado, questionando o cálculo do componente financeiro do RBSE e o reperfilamento. Em junho de 2021, a Superintendência Geral de Tarifas ("SGT") da ANEEL publicou a NT 117/2021 e emitiu comunicado público explicando não existirem erros de cálculo e tampouco erros metodológicos. Entretanto, em junho de 2022, a SGT da ANEEL emitiu a Nota Técnica nº 85/2022, que trata da análise dos pedidos de reconsideração interpostos no âmbito do pagamento do componente financeiro e reperfilamento do RBSE e, neste mesmo mês, ocorreu decisão monocrática (Despacho nº 1.762/2022) deliberada por diretor da ANEEL sobre o referido tema. Após decisão colegiada da diretoria da ANEEL, a decisão monocrática foi suspensa. Em abril de 2023, a SGT publicou a nova nota técnica (85/2023), que trata das manifestações acerca NT 085/2022 e o Ofício-Circular nº 23/2022, de 16 de agosto de 2022.

Em reunião de Diretoria realizada no dia 10 de junho de 2025, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") decidiu sobre o pedido interposto por agentes de mercado sobre Resolução Homologatória 2.851/21, que trata dos cálculos apresentados no âmbito do pagamento do componente financeiro da RBSE – Rede Básica Sistema Existente e, com isso, encerrou a discussão do tema em âmbito administrativo. A Diretoria votou pela aplicação parcial das indicações propostas na Nota Técnica 85/2023 ("NT85") e decidiu por: (i) manutenção da metodologia de cálculo postecipado; (ii) criação de novo perfil de pagamento com a separação em dois fluxos; (iii) e atualização do WACC a cada Revisão Tarifária Periódica.

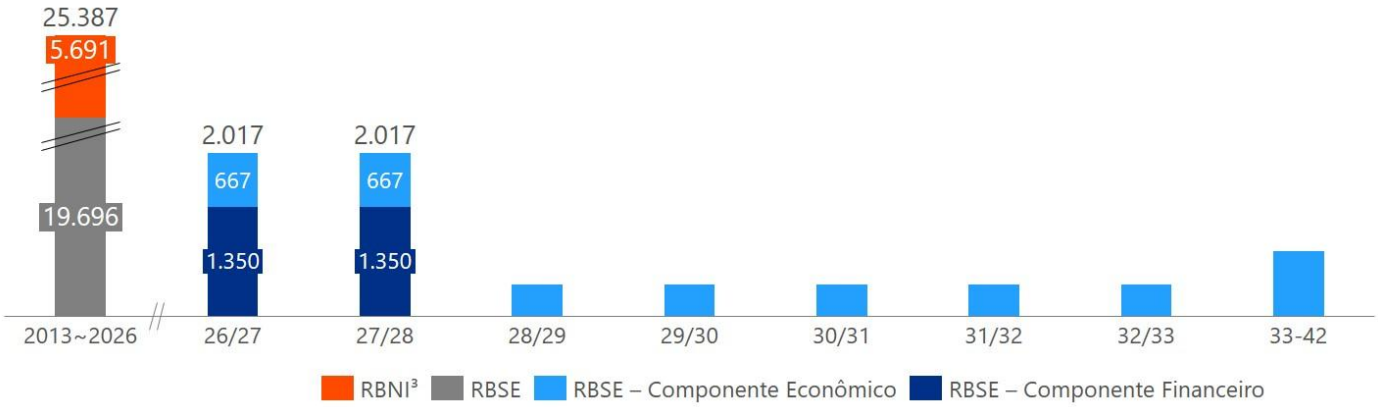
Além da discussão em âmbito administrativo que se encerrou em junho de 2025, está em tramitação o Processo nº TC 012.715/2017-4 perante o Tribunal de Contas da União ("TCU"), cujo objeto é a avaliação da conformidade e transparência da metodologia da definição dos valores dos ativos de transmissão existentes em 31/05/2000, mas não amortizados, bem como à metodologia de atualização e repasse desses valores à tarifa de energia elétrica pendente de análise. Em 05/07/2023, o Ministério Público do Tribunal de Contas da União – MPTCU manifestou-se favoravelmente ao ingresso da ISA ENERGIA BRASIL como parte interessada e concluiu que a opção regulatória do MME deve ser respeitada pelo TCU. O processo teve seu julgamento iniciado em 18 de novembro de 2025, ocasião em que o ministro relator apresentou voto pela legalidade da metodologia do Ke. Posteriormente, na sessão de 06 de maio de 2026, o TCU decidiu, por unanimidade, pelo arquivamento do referido processo.

Adicionalmente, a pauta encontra-se judicializada. Em 30 de setembro de 2026, existiam cerca de 40 (quarenta) ações em andamento, interpostas por entidades do setor, as quais debatem a legalidade da Portaria MME 120/2016. As decisões em 1ª instância reconheceram a legalidade da Portaria MME nº 120/2016 e a forma de pagamento ali estabelecida. As decisões de 1ª instância foram favoráveis às concessionárias. Contudo, elas estão sujeitas a reversão pelos tribunais superiores e, nesse sentido, no dia 26 de maio de 2026, a 7ª Turma do TRF1 julgou o recurso de apelação em cinco dos quarenta processos judiciais acima mencionados e decidiu por reconhecer a legalidade da incorporação dos ativos da RBSE à Base de Remuneração Regulatória e declarar a nulidade do §3º, do art. 1º, da Portaria MME n. 120/2016. Tais decisões estão sujeitas a recursos para tribunais superiores.

Não se pode desconsiderar a possibilidade de novas decisões judiciais alterarem uma ou mais condições do pagamento do RBSE. Eventuais novas decisões judiciais, dependendo do seu conteúdo e abrangência, se não revertidas a tempo e modo, podem trazer ou não impactos significativos ao recebimento da Companhia exigindo, inclusive, conforme o caso, a revisão de planos de investimentos, distribuição de proventos e estratégia corporativa, além dos regulares registros contábeis de tais impactos.

Considerando-se decisão da ANEEL em reunião de diretoria realizada no dia 10 de junho de 2025 e com base no reajuste tarifário para o ciclo 2026/2027, segue o fluxo de pagamentos dos valores devidos referente a renovação da Concessão Paulista:

Fluxo de Recebimento da RBSE [1] [2] [3] [4]



[1] Valores reais, data base junho de 2026, com base nas planilhas publicadas no encerramento da CP nº 12/2024.

[2] Desconsidera a parcela de CAIMI e Outras Receitas da RAP do RBSE.

[3] Movimentação da base de ativos que compõe o RBSE deverá reduzir gradualmente a parcela de RAP do componente econômico, e após o ciclo 33/34, permanecerá somente o valor referente a remuneração de capital de terrenos e almoxarifado até o fim da concessão, em 2042.

[4] Fluxo previsto do ciclo 28/29 a 32/33 foi estimado com base no laudo e nas premissas definidas na RTP de 2023. Os valores serão reavaliados no processo de revisão tarifária de 2028.

(*) NI – instalações energizadas a partir de 1º de junho de 2000
(**) SE – instalações de ativos não depreciados existentes em 31 de maio de 2000.

Plano de Complementação de Aposentadoria – Lei 4.819/58

O plano de complementação de aposentadoria, regido pela Lei Estadual 4.819/58, aplica-se aos empregados de autarquias e de sociedades anônimas em que o Estado de São Paulo fosse detentor da maioria das ações com direito de controle, admitidos até 13 de maio de 1974.

Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo, cuja operacionalização ocorreu conforme convênio firmado entre a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ("SEFAZ") e a Companhia em 10 de dezembro de 1999. A forma de pagamento da complementação da aposentadoria foi através de um fluxo mensal com origem na SEFAZ. Esta realizava uma transferência da quantia a ser paga para a ISA ENERGIA BRASIL e a Companhia realizava a transferência deste mesmo valor para a Fundação CESP, que então repassava aos aposentados.

A partir de janeiro de 2004, o pagamento aos aposentados passou a ser processado diretamente pela SEFAZ. Com essa mudança de processo, glosas passaram a ser aplicadas, como por exemplo, benefícios acima do teto (equivalente ao salário do governador do Estado de São Paulo). Desta forma, a SEFAZ passou a excluir este excedente do valor do benefício pago aos aposentados.

Ação Civil Pública e Ação Coletiva

Em junho de 2005, após decisão desfavorável na Justiça Comum, a Associação dos Aposentados da Funcesp ("AAFC") obteve liminar na Justiça do Trabalho, determinando que a quantia integral paga anteriormente seja mantida. Desde então, o processamento do pagamento dos benefícios voltou ao modelo original, em que a responsabilidade era da Fundação CESP, porém a SEFAZ transfere a quantia ajustada e a ISA ENERGIA BRASIL faz a complementação para que o pagamento aos aposentados seja feito de maneira integral, conforme estabelecido em liminar.

Ação de Cobrança

Desde 2005, a SEFAZ repassa à Companhia valor inferior ao necessário para o cumprimento do pagamento aos aposentados (~70%), por força da decisão liminar da 49ª Vara do Trabalho. A ISA ENERGIA BRASIL tem feito então a complementação para pagamento integral dos benefícios aos aposentados (~30%). Essa complementação realizada pela Companhia está sendo cobrada por meio de uma ação contra a SEFAZ.

Esta ação de cobrança foi julgada favorável à Companhia em 2ª instância. Em agosto de 2017, a SEFAZ interpôs Recurso Especial para o STJ, que aguarda análise de admissibilidade. Em 30 de setembro de 2026, o valor registrado no balanço da Companhia se manteve em cerca de R$ 2,9 bilhões, líquido da provisão para perdas sobre realização de créditos, realizada em 2013.

Entre agosto de 2018 e março de 2019, a ISA ENERGIA BRASIL recebeu repasse integral da SEFAZ em razão de decisão judicial liminar, posteriormente suspensa pelo STJ até julgamento do recurso da SEFAZ.

O recurso da SEFAZ foi julgado monocraticamente no Superior Tribunal de Justiça ("STJ") em março de 2024, determinando o retorno do processo ao TJSP, que deverá delimitar na decisão a responsabilidade de cada uma das partes entre si em relação às parcelas e rubricas que compõem as complementações de aposentadoria. Foi determinada a manutenção do pagamento das glosas pela ISA ENERGIA BRASIL (como ocorre desde 2005) até o trânsito em julgado da ação.

Em outubro de 2024, o STJ, por convenção das partes para tentativa de conciliação, suspendeu por 180 (cento e oitenta) dias o trâmite processual da ação de cobrança. Em 22 de maio de 2025 foi realizada audiência de instalação da mediação no Centro Judiciário de Solução de Conflitos do STJ ("CEJUSC/STJ") com a presença da Procuradoria do Estado de São Paulo, na qual renovou-se o prazo de suspensão do processo por mais 180 dias. Além da audiência de instalação, foram realizadas 6 audiências entre os meses de agosto e novembro de 2025.

Em 2026, quatro audiências de mediação foram realizadas nos dias 03 de fevereiro, 04 de abril, 16 de junho e 26 de agosto. A próxima audiência de mediação acontecerá em 2027, ainda sem data específica.

A tentativa de conciliação amigável não significa prejuízo aos direitos da Companhia e não altera qualquer decisão judicial vigente ou o atual fluxo de pagamentos. Caso a tentativa de conciliação seja infrutífera, o processo voltará a fluir como anteriormente.

A Companhia continua com os esforços direcionados para manter a decisão de mérito favorável conquistada no Tribunal de Justiça/SP.

O valor contabilizado pela Companhia na rubrica "Valores a receber - Secretaria da Fazenda" totalizou R$ 2.874,9 milhões em 30 de setembro de 2026. Adicionalmente, a Companhia possui provisão de R$ 516,3 milhões realizada em 2013 devido ao alargamento de prazo da expectativa de realização de parte do contas a receber do Estado de São Paulo e andamentos processuais, ocorridos naquele período. Cabe destacar que os valores acima mencionados são históricos e sua contabilização não considera qualquer tipo de correção ou atualização.

GLOSSÁRIO

ADTV (*Average Daily Traded Volume*) - Volume financeiro médio diário negociado de um ativo em determinado período.

ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) - Autarquia responsável por regular e fiscalizar a geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no Brasil.

CAAE (Custo Anual dos Ativos Elétricos) - Parcela da receita associada à remuneração dos investimentos em ativos elétricos, composta pela remuneração do capital e pela Quota de Reintegração Regulatória (QRR).

CAGR (*Compound Annual Growth Rate*) - Taxa de crescimento anual composto.

CAOM (Custos de Administração, Operação e Manutenção) - Parcela da receita destinada à cobertura dos custos de administração, operação e manutenção das instalações, incluindo os componentes definidos pela regulamentação aplicável. Pode ser dividida em (i) receita de O&M, que tem como finalidade cobrir os custos e despesas (exemplo: gastos com salários, despesas de manutenção e outros); e (ii) receita para cobrir os custos das instalações móveis e imóveis (CAIMI).

CAPEX (*Capital Expenditures*) – Investimentos realizados na aquisição, implantação, expansão, modernização ou melhoria de ativos.

CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) - Atua sob autorização do Poder Concedente e da regulação e fiscalização da ANEEL, com a finalidade de viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica entre os agentes da CCEE.

CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) - Encargo setorial destinado ao custeio de políticas públicas do setor elétrico, nos termos da regulamentação aplicável.

Crescimento orgânico - Crescimento decorrente de investimentos realizados nos ativos e concessões existentes, incluindo reforços e melhorias.

CVM (Comissão de Valores Mobiliários) – autarquia vinculada ao ministério da Fazenda, que tem o objetivo de fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários do Brasil.

EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation & Amortization*) - Resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização.

Encargos regulatórios – Valores arrecadados no âmbito da prestação do serviço de transmissão e destinados às finalidades previstas na regulamentação setorial, sem constituir receita operacional da transmissora quando aplicável.

Energização - Etapa caracterizada pela energização das instalações ou equipamentos de um empreendimento de transmissão, conforme os procedimentos aplicáveis (reforço, melhoria ou *greenfield*).

EPE (Empresa de Pesquisa Energética) – Empresa pública responsável pelo desenvolvimento de estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento do setor energético brasileiro.

DIT (Demais Instalações de Transmissão) - são instalações que não fazem parte da Rede Básica, geralmente por operarem em tensões inferiores a 230 kV ou por atenderem a usos específicos.

Greenfield - projetos de crescimento arrematados por meio de leilões e construídos do zero.

IBBC (Índice Bovespa BR+ Cap 5% B3) – Índice que busca refletir o desempenho de ativos de elevada negociabilidade e representatividade, limitando a participação individual de cada ativo a 5% na carteira.

IBBE (Índice Bovespa BR+ Equal Weight B3) – Índice da família Ibovespa BR+ estruturado com ponderação igual dos ativos que compõem sua carteira.

IBBR (Índice Bovespa B3 BR+) – Índice destinado a refletir o desempenho de uma carteira composta por ativos elegíveis de empresas brasileiras.

IBEP (Índice Bovespa B3 Empresas Privadas) – Índice destinado a refletir o desempenho de ativos elegíveis de empresas com controle acionário privado.

IBEW (Índice Bovespa B3 Equal Weight) – Índice composto pelos ativos elegíveis do Ibovespa, com ponderação igual entre os componentes da carteira.

IBOV B3 (Índice Bovespa B3) - Principal indicador de desempenho das ações negociadas na B3 e reúne as empresas mais importantes do mercado de capitais brasileiro. É composto pelas ações que representem 85% em ordem decrescente de Índice de Negociabilidade (IN) (buffer 90%); 95% de presença em pregão; 0,1% do volume financeiro no mercado a vista (lote-padrão); e não ser *penny stock*.

IBRA (Índice Brasil amplo) - Indicador do desempenho médio das cotações de todos os ativos negociados no mercado a vista (lote-padrão) da B3 que atendam a critérios mínimos de liquidez e presença em pregão, de forma a oferecer uma visão ampla do mercado acionário.

IBRX100 (Índice Brasil 100) - Indicador do desempenho médio das cotações dos 100 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro.

IBSD (Índice Bovespa *Smart* Dividendos) - Indicador de desempenho médio dos ativos de empresas listadas que se destacam em termos de remuneração dos investidores, sob a forma de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.

IBST (Índice Bovespa Dividendos BESST) - Indicador de desempenho médio dos ativos de maior negociabilidade, representatividade e que se destacam em termos de remuneração dos investidores dentro de setores específicos.

IBVL (Índice Bovespa *Smart Low Volatility* B3) - Indicador de desempenho médio dos ativos de maior negociabilidade, representatividade e que possuem menor volatilidade nos retornos diários.

ICO2 (Índice Carbono Eficiente) - Índice que considera aspectos relacionados à eficiência das empresas na emissão de gases de efeito estufa e às práticas adotadas para gestão dessas emissões. Adesão das companhias ao ICO2 B3 demonstra o comprometimento com sua eficiência na emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) e na adoção de práticas de gestão que conduzam a uma maior eficiência nessas emissões, contribuindo para o avanço da transição para uma economia de baixo carbono.

IDIV (Índice Dividendos) - Índice destinado a refletir o desempenho de ativos que se destacam pela remuneração aos investidores por meio da distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio .

IDVR (Índice de Diversidade B3) - Índice destinado a refletir o desempenho de empresas selecionadas com base em critérios relacionados à diversidade.

IE - Interligação Elétrica.

IEE (Índice de Energia Elétrica) - Índice setorial da Bolsa (B3) que tem como objetivo medir o desempenho do setor de energia elétrica.

IENS (Índice de Energia Não Suprida) - Indicador associado à energia que deixou de ser suprida em decorrência de interrupções no sistema.

IFES (Índice Infraestrutura ESG) - indicador de desempenho médio dos ativos de maior negociabilidade e representatividade dos setores de Utilidade Pública e Bens Industriais.

IGC (Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada) – indicador de desempenho médio das cotações dos ativos de empresas listadas no Novo Mercado ou nos Níveis 1 ou 2 da B3.

IGCT (Índice de Governança Corporativa Trade) - indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de emissão de empresas integrantes do IGC.

IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) - Índice oficial de inflação do Brasil, calculado pelo IBGE.

ISE B3 (Índice de Sustentabilidade Empresarial) - indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de empresas selecionadas pelo seu reconhecido comprometimento com a sustentabilidade empresarial.

JCP (Juros sobre Capital Próprio) Forma de remuneração aos acionistas, sujeita ao tratamento tributário previsto na legislação aplicável.

Leilões de Transmissão de Energia - Processos licitatórios estabelecidos pelo MME e ANEEL a fim de outorgar concessões para linhas de transmissão e subestações no Brasil.

M&A *(Mergers and Acquisitions)* - Fusões e aquisições.

Melhoria - Instalação, substituição ou reforma de equipamentos em instalações de transmissão existentes, ou adequação dessas instalações, visando manter a prestação adequada do serviço público de transmissão de energia elétrica.

MLCX (Índice *MidLarge* Cap) - desempenho médio dos ativos das empresas de maior capitalização da B3.

MME (Ministério de Minas e Energia) – Órgão da administração pública federal responsável pela formulação de políticas públicas relacionadas aos setores de energia e mineração.

O&M (Operação e Manutenção) – Atividades relacionadas à operação e à manutenção dos ativos e instalações.

ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) - Órgão responsável por executar as atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica do SIN.

Outras Receitas - Receitas associadas a atividades adicionais à prestação principal do serviço público de transmissão, sujeitas ao tratamento regulatório aplicável.

PA (Parcela de Ajuste) - Componente utilizado para compensar diferenças de arrecadação ou outros ajustes referentes a períodos anteriores, conforme regulamentação aplicável.

PMSO (Pessoal, Materiais, Serviços e Outros) – Conjunto de custos e despesas relacionados a pessoal, materiais, serviços de terceiros e outros itens operacionais.

PROINFA (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica) – Programa instituído para incentivar a participação de fontes alternativas renováveis na geração de energia elétrica no Brasil.

PV (Parcela Variável) - Parcela associada à disponibilidade e à capacidade das instalações de transmissão, que pode resultar em redução da receita em função de indisponibilidades e outros eventos previstos na regulamentação aplicável.

P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) – Atividades e investimentos destinados à pesquisa e ao desenvolvimento, conforme regulamentação aplicável.

QRR (Quota de Reintegração Regulatória) – Componente regulatório associado à recomposição do capital investido nos ativos ao longo de sua vida útil regulatória.

RAP (Receita Anual Permitida) - Receita estabelecida para remunerar a prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica, nos termos dos contratos de concessão e da regulamentação aplicável. Pode incorporar receitas adicionais associadas à entrada em operação de novos investimentos autorizados.

RB (Rede Básica) - Instalações de transmissão do SIN, de propriedade de concessionárias de serviço público de transmissão, definida segundo critérios estabelecidos na regulamentação da ANEEL.

RBNI (Rede Básica Novos Investimentos) - Parcela da receita (RAP) correspondente às novas instalações componentes da Rede Básica autorizadas e com receitas estabelecidas por resolução específica.

RBSE (Rede Básica do Sistema Existente) - Parcela da RAP correspondente às instalações componentes da Rede Básica, definidas no Anexo da Resolução nº 166, de 31 de maio de 2000.

Reforço - Instalação, substituição ou reforma de equipamentos em instalações de transmissão existentes, ou adequação dessas instalações, visando ao aumento da capacidade de transmissão, da confiabilidade do SIN ou da vida útil, ou à conexão de usuários.

RGR (Reserva Global de Reversão) – Encargo setorial instituído para as finalidades estabelecidas na legislação do setor elétrico.

RTP (Revisão Tarifária Periódica) – Processo periódico de revisão dos componentes de receita das concessões de transmissão, conforme os contratos de concessão e a regulamentação aplicável.

SIN (Sistema Interligado Nacional) – Conjunto de instalações e de equipamentos que possibilitam o suprimento de energia elétrica nas regiões do país interligadas eletricamente, conforme regulamentação aplicável.

TCU (Tribunal de Contas da União) – Órgão responsável pelo controle externo da administração pública federal, nos termos da legislação aplicável.

TFSEE (Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica) – Taxa destinada ao custeio das atividades de fiscalização dos serviços de energia elétrica, conforme legislação aplicável.

TUST (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica) – Tarifa paga por distribuidoras, geradoras e consumidores livres e especiais pela utilização da Rede Básica e das DIT, e é reajustada anualmente de acordo com (i) a inflação; e (ii) novas receitas, correspondentes aos empreendimentos energizados.

UTIL B3 (Índice Utilidade Pública) - indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de maior negociabilidade e representatividade do setor de utilidade pública (energia elétrica, água e saneamento e gás).

ANEXOS

Anexo I – Projetos Greenfield desde 2016| Crescimento

Leilões	Projetos	Contrato	Empresa	% ISA ENERGIA BRASIL	UF	RAP ISA ENERGIA BRASIL Ciclo 2026/2027 (R$ milhões)	Data de Necessidade[1]	Prazo ANEEL	CapEx ANEEL Participação ISA ENERGIA BRASIL data base leilão (R$ milhões)	CapEx ISA ENERGIA BRASIL realizado até 30/09/2026 (R$ milhões)	Licenci. Ambiental (LI)	Início da Construção	Avanço Fundiário	Avanço Físico	Entrada em Operação Comercial
013/2015 (out/2016)	Paraguaçú (Lote 3)	003/2017	IE Paraguaçu	50%	BA/MG	85	jan-19	fev-22	254,8	333,4	✓	2T19	100%	100%	3T22
	Aimorés (Lote 4)	004/2017	IE Aimorés	50%	MG	57,0	jan-19	fev-22	170,6	208,3	✓	2T19	100%	100%	2T22
	Itaúnas (Lote 21)	018/2017	IE Itaúnas	100%	ES	79,0	jul-18	jun-22	297,8	373,8	✓	3T18	100%	100%	4T23
005/2016 (abr/2017)	Ivaí (Lote 1)	022/2017	IE Ivaí	50%	PR	208,8	fev-21	ago-22	968,2	1.063,9	✓	4T19	100%	100%	4T22
	Tibagi (Lote 5)	026/2017	IE Tibagi	100%	SP / PR	24,8	jan-17	ago-21	134,6	117,5	✓	3T18	100%	100%	4T20
	Itaquerê (Lote 6)	027/2017	IE Itaquerê	100%	SP / PR	74,1	jun-18	ago-21	397,7	255,9	✓	3T18	100%	100%	3T20
	Aguapeí (Lote 29)	046/2017	IE Aguapeí	100%	SP / PR	87,2	dez-18	ago-21	601,9	363,4	✓	3T19	100%	100%	1T21
	Bauru (Lote 25)	042/2017	IE Jaguar 6	100%	SP	16,9	ago-19	fev-21	125,8	63,0	✓	2T18	100%	100%	3T19
002/2018 (jun/2018)	Lorena (Lote 10)	021/2018	IE Itapura	100%	SP	19,2	jan-20	set-22	237,9	126,1	✓	3T19	100%	100%	4T21
	Biguaçu (Lote 1)	012/2018	IE Biguaçu	100%	SC	58,9	set-21	set-23	641,4	458,8	✓	1T21	100%	100%	3T22
002/2019 (dez/2019)	Minuano (Lote 1)	001/2020	Evrecy	100%	RS	55,5	jan-20	mar-25	681,6	738,2	✓	3T22	100%	100%	4T24
	Três Lagoas (Lote 6)	006/2020	IE Tibagi	100%	MS / SP	7,8	jan-20	set-23	98,8	87,1	✓	2T21	100%	100%	2T22
	Triângulo Mineiro	007/2020	IEMG	100%	MG	50,9	jan-20	mar-25	553,6	519,6	✓	1T22	100%	100%	3T23
001/2020 (dez/2020)	Riacho Grande (Lote 7)	005/2021	IE Riacho Grande	100%	SP	102,7	jan-26	mar-26	1.140,6	922,1	✓	3T23	100%	100%	4T25
001/2022 (jun/2022)	Piraquê	008/2022	ISA ENERGIA BRASIL	100%	MG / ES	359,3	jan-26	set-27	3.653,6	3.867,7	✓	3T24	100%	100%	2T26
	Jacarandá (Lote 6)	011/2022	IE Jaguar 8	100%	SP	16,9	mar-26	mar-26	232,3	189,3	✓	3T24	100%	100%	2T26
001/2023 (jun/2023)	Serra Dourada (Lote 1)	006/2023	ISA ENERGIA BRASIL	100%	BA/MG	337,0	Imediata	mar-29	3.156,8	2.256,9	✓	3T25	96%	64%	-
	Itatiaia (Lote 7)	012/2023	ISA ENERGIA BRASIL	100%	RJ/MG	259,9	Imediata	mar-29	2.300,6	587,4	4T26	1T27	89%	35%	-
	Água Vermelha (Lote 9)	014/2023	IE Tibagi	100%	SP	8,9	Imediata	set-26	94,2	87,1	✓	3T24	100%	100%	2T25
Total (19)						**1.909,7**			**15.742,9**	**12.619,3**					

Clique aqui para acessar a planilha.

Anexo II – Investimentos em Projetos

Investimentos	Consolidado + Controladas em Conjunto		
(R$ milhões)	3T26	3T25	Var (%)
Reforços & Melhorias	**578,5**	**437,9**	**32,1%**
Projetos *Greenfield*	**524,9**	**767,5**	**-31,6%**
100% ISA ENERGIA BRASIL	**525,4**	**756,8**	**-30,6%**
Piraquê	1,6	503,6	-99,7%
Riacho Grande	0,0	70,0	-100,0%
Serra Dourada	466,4	124,0	276,0%
Itatiaia	54,0	30,2	79,0%
Jacarandá	0,0	30,3	-100,0%
Minuano	0,6	-1,3	N.A
Biguaçu	2,8	0,0	N.A
Controladas em conjunto	**-0,5**	**10,8**	**-105,1%**
Ivaí	-0,5	0,0	N.A
Total	**1.103,3**	**1.205,4**	**-8,5%**

Nota: Considera a participação proporcional da ISA ENERGIA BRASIL nas empresas não consolidadas (controladas em conjunto).

Anexo III - Balanço Patrimonial Regulatório

Ativo (R$ mil)	Consolidado 30/09/2026	 30/09/2025
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	441.736	1.356.062
Aplicações financeiras	2.526.363	808.924
Contas a Receber - Concessionárias e Permissionárias	604.510	469.745
Estoques	119.313	48.054
Tributos e contribuições a compensar	295.197	229.311
Instrumentos financeiros derivativos	0	37.384
Créditos com partes relacionadas	3.587	126.061
Despesas pagas antecipadamente	39.404	6.061
Caixa restrito	0	0
Outros	391.357	165.619
	4.421.467	**3.247.221**
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Caixa restrito	79.403	18.888
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	147.036	205.383
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	2.874.979	2.760.806
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0
Cauções e depósitos vinculados	46.551	46.049
Instrumentos financeiros derivativos	60.469	20.406
Outros	105.299	76.525
	3.313.737	**3.128.057**
Investimentos	43.159	1.366.474
Imobilizado	25.850.576	20.832.086
Intangível	4.321.430	1.819.316
	30.215.165	**24.017.876**
	33.528.902	**27.145.933**
Total do Ativo	**37.950.369**	**30.393.154**

Passivo e Patrimônio Líquido (R$ mil)	Consolidado 30/09/2026	Consolidado 30/09/2025
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	257.762	90.082
Debêntures	373.220	496.001
Arrendamento	16.721	18.677
Instrumentos financeiros derivativos	9.212	2.916
Fornecedores	252.088	254.342
Tributos e encargos sociais a recolher	269.226	213.752
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0
Encargos regulatórios a recolher	50.880	66.723
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	419.812	422.540
Obrigações trabalhistas	93.802	79.962
Valores a pagar – Vivest	834	1.335
Provisões - Capex	303.879	210.460
Outros	14.227	30.299
	2.061.663	**1.887.089**
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e financiamentos	1.035.325	669.117
Debêntures	18.096.273	14.696.513
Arrendamento	26.086	36.959
Instrumentos financeiros derivativos	15.163	17.312
Fornecedores	3.868	3.456
PIS e COFINS diferidos	20.717	25.773
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.246.491	1.524.834
Encargos Regulatórios a recolher	66.391	35.404
Provisões judiciais	175.410	157.457
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	891.705	850.307
Outros	396	334
	22.577.825	**18.017.466**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	4.790.020	3.590.020
Custo emissão ações	-20.837	0
Reservas de capital	666	666
Reservas de lucro	5.618.242	3.742.461
Reserva de Reavaliação	2.374.108	2.493.015
Outros Resultados Abrangentes	88.362	97.571
Dividendos adicionais propostos	279.322	279.322
	13.129.883	**10.203.055**
Participação de não controladores nos fundos de investimentos	180.998	285.544
	13.310.881	**10.488.599**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**37.950.369**	**30.393.154**

Anexo IV - Demonstração de Resultado Regulatório

Demonstração de Resultado	Consolidado					
(R$ mil)	3T26	3T25	Var (%)	9M26	9M25	Var (%)
Receita Operacional Bruta	**1.721.709**	**1.250.582**	**37,7%**	**4.536.355**	**3.718.702**	**22,0%**
Receita de Uso da Rede Elétrica	1.710.580	1.239.400	38,0%	4.503.747	3.684.824	22,2%
Outras	11.129	11.182	-0,5%	32.608	33.878	-3,7%
(-) Deduções à Receita Operacional	**-211.046**	**-178.249**	**18,4%**	**-556.054**	**-485.886**	**14,4%**
Tributos e Contribuições sobre a Receita	-149.279	-105.611	41,3%	-391.764	-319.498	22,6%
Encargos Regulatórios	-61.767	-72.638	-15,0%	-164.290	-166.388	-1,3%
(=) Receita Operacional Líquida	**1.510.663**	**1.072.333**	**40,9%**	**3.980.301**	**3.232.816**	**23,1%**
(-) Custos e Despesas Operacionais	**-462.704**	**-355.245**	**30,2%**	**-1.248.564**	**-1.164.048**	**7,3%**
Pessoal[1]	-117.093	-102.391	14,4%	-335.145	-316.306	6,0%
Material	-6.277	-5.647	11,2%	-17.241	-16.870	2,2%
Serviços	-83.512	-54.050	54,5%	-191.448	-146.005	31,1%
Depreciação	-250.970	-167.561	49,8%	-642.551	-591.342	8,7%
Outros	-4.852	-25.596	-81,0%	-62.178	-93.525	-33,5%
(=) Resultado do Serviço	**1.047.959**	**717.088**	**46,1%**	**2.731.737**	**2.068.768**	**32,0%**
(+/-) Resultado Financeiro	**-348.094**	**-293.134**	**18,7%**	**-1.469.918**	**-996.252**	**47,5%**
Rendimento de Aplicações Financeiras	92.495	90.045	2,7%	212.820	243.406	-12,6%
Resultado da Variação Monetária Líquida	11.475	-57.915	n.a	-430.924	-345.670	24,7%
Juros Ativo/Passivos	25	-152	n.a	191	-2.967	n.a
Juros/Encargos sobre empréstimos	-428.385	-336.504	27,3%	-1.207.141	-933.258	29,3%
Outras	-23.704	11.392	n.a	-44.864	42.237	n.a
(=) Resultado Operacional	**699.865**	**423.954**	**65,1%**	**1.261.819**	**1.072.516**	**17,7%**
(-) Equivalência Patrimonial	**34.153**	**100.365**	**-66,0%**	**197.208**	**266.983**	**-26,1%**
(-) Outras Receitas/Despesas Operacionais	**1.891.155**	**3.833**	**49238,8%**	**1.803.863**	**-58.835**	**n.a**
(=) Resultado Anterior aos Tributos	**2.625.173**	**528.152**	**397,0%**	**3.262.890**	**1.280.664**	**154,8%**
(-) IR e CSLL	**-712.529**	**39.853**	**n.a**	**-793.806**	**-91.093**	**771,4%**
Corrente	27.387	38.604	-29,1%	-108.113	-45.021	140,1%
Diferido	-739.916	1.249	n.a	-685.693	-46.072	1388,3%
(=) Lucro/Prejuízo Consolidado	**1.912.644**	**568.005**	**236,7%**	**2.469.084**	**1.189.571**	**107,6%**
(-) Partic. Acionista não Controlador	**-7.836**	**-17.976**	**-56,4%**	**-32.677**	**-46.548**	**-29,8%**
(=) Lucro/Prejuízo	**1.904.808**	**550.029**	**246,3%**	**2.436.407**	**1.143.023**	**113,2%**

[1] Inclui custos e despesas com Entidade de Previdência Privada

Anexo V – Fluxo de Caixa Indireto – Regulatório[1]

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Consolidado	
(R$ mil)	9M26	9M25
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**3.218.830**	**2.661.340**
Lucro líquido do período	2.469.084	1.189.571
Benefício a empregados – déficit atuarial	0	0
PIS e COFINS diferidos	-5.056	-13.159
Depreciação e amortização	709.810	656.061
Imposto de renda e contribuição social diferidos	684.466	46.070
Provisão para Demandas judiciais	-7.396	-47.676
Custo residual de ativo imobilizado/intangível baixado	54.352	31.711
Beneficio fiscal – ágio incorporado	28	27
Resultado de equivalência patrimonial	-256.469	-266.981
Receita sobre aplicações financeiras	-92.156	-104.762
Juros e variações cambiais sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	1.624.187	1.264.876
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	-22.825	-44.432
Ganho por compra vantajosa na aquisição de Controlada	-1.866.294	0
Ganho na alienação de participação societária	-72.055	0
Instrumento Financeiro	31.831	-3.418
Transações com acionistas não controladores	-32.677	-46.548
(Aumento) diminuição de ativos	**-362.135**	**648.097**
Caixa restrito	0	0
Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias	-11.411	157.976
Estoques	-10.757	-9.242
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	-114.173	-143.176
Tributos e contribuições a compensar	-43.438	124.171
Despesas pagas antecipadamente	-28.590	-6.016
Cauções e depósitos vinculados	1.110	-188
Crédito com controladas	0	0
Outros	-154.876	524.572
Aumento (diminuição) de passivos	**-21.759**	**-92.477**
Fornecedores	-13.969	26.776
Tributos e encargos sociais a recolher	111.763	189.651
Obrigações trabalhistas	10.223	11.456
Pagamentos de impostos	-173.758	-136.660
Encargos regulatórios a recolher	-29.471	13.784
Provisões	258.221	-4.896
Valores a pagar Vivest	-501	435
Reserva Global de Reversão	-1.860	-1.861
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	41.400	-14.873
Benefício pós emprego - passivo atuarial	0	0
Outros	-223.807	-176.289
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**2.834.936**	**3.216.960**
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	**-5.780.374**	**-4.336.821**
Caixa restrito	-676	874
Aplicações financeiras	-4.051.984	-5.093.394
Resgates de Aplicações financeiras	2.476.483	4.115.325
Imobilizado e Intangível	-3.447.539	-3.359.626
Aquisiçao de participação acionária	-1.415.225	0
Alienação de participação acionária	462.362	0
Dividendos recebidos	196.205	0
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	**2.031.112**	**-1.075.710**
Adições Empréstimos e Debêntures	6.285.083	2.007.347
Pagamentos Empréstimos e Debêntures (principal)	-3.769.540	-1.030.172
Pagamentos Empréstimos e Debêntures (juros)	-926.199	-719.616
Pagamentos Arrendamento Mercantil (principal e juros)	-18.107	-11.094
Instrumentos financeiros derivativos	-55.498	13.660
Integralização de capital	1.200.000	0
Custo da emissão de ações	-20.837	0
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	-663.790	-1.335.835
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	**-914.326**	**-2.195.571**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.356.062	2.914.747
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	441.736	719.176
Variação em caixa e equivalentes de caixa	**-914.326**	**-2.195.571**

[1]O fluxo de caixa indireto contabilizado na metodologia regulatória considera as saídas de caixa relacionadas aos projetos *greenfield, brownfield* e de Reforços e Melhorias como fluxos de investimentos.

Anexo VI – Resultado Regulatório Empresas não consolidadas

IE AIMORÉS						
Demonstração do Resultado (R$ mil)	**3T26**	**3T25**	**Var (%)**	**9M26**	**9M25**	**Var (%)**
Receita Operacional Bruta	**29.668**	**29.772**	**-0,3%**	**89.604**	**86.681**	**3,4%**
Deduções à receita operacional	-3.085	-3.167	-2,6%	-9.217	-9.121	1,1%
Receita Operacional Líquida	**26.583**	**26.605**	**-0,1%**	**80.387**	**77.560**	**3,6%**
Custos e Despesas	-1.571	-765	105,4%	-4.314	-4.119	4,7%
Depreciação	-2.722	-2.721	0,0%	-8.165	-8.163	0,0%
EBITDA	**25.012**	**25.840**	**-3,2%**	**76.073**	**73.441**	**3,6%**
Resultado do Serviço	**22.290**	**23.119**	**-3,6%**	**67.908**	**65.278**	**4,0%**
Resultado Financeiro	-8.511	-7.179	18,6%	-25.456	-5.850	335,1%
Outras receitas/despesas líquidas	0	0	N.A.	0	0	N.A.
Lucro antes do IR & CSLL	**13.779**	**15.940**	**-13,6%**	**42.452**	**59.428**	**-28,6%**
IR & CSLL	-2.253	-1.797	25,4%	-5.297	-6.411	-17,4%
Lucro líquido	**11.526**	**14.143**	**-18,5%**	**37.155**	**53.017**	**-29,9%**
Part .ISA ENERGIA BRASIL (50%) no EBITDA	**12.506**	**12.920**	**-3,2%**	**38.037**	**36.721**	**3,6%**
Part .ISA ENERGIA BRASIL (50%) no Lucro	**5.763**	**7.072**	**-18,5%**	**18.578**	**26.509**	**-29,9%**

IE PARAGUAÇU						
Demonstração do Resultado (R$ mil)	**3T26**	**3T25**	**Var (%)**	**9M26**	**9M25**	**Var (%)**
Receita Operacional Bruta	**46.840**	**45.303**	**3,4%**	**135.904**	**129.348**	**5,1%**
Deduções à receita operacional	-4.863	-4.757	2,2%	-13.915	-14.122	-1,5%
Receita Operacional Líquida	**41.977**	**40.546**	**3,5%**	**121.989**	**115.226**	**5,9%**
Custos e Despesas	-2.195	-1.626	35,0%	-6.443	-5.994	7,5%
Depreciação	-4.657	-4.658	0,0%	-13.972	-13.962	0,1%
EBITDA	**39.782**	**38.920**	**2,2%**	**115.546**	**109.232**	**5,8%**
Resultado do Serviço	**35.125**	**34.262**	**2,5%**	**101.574**	**95.270**	**6,6%**
Resultado Financeiro	-15.699	-13.663	14,9%	-46.254	-9.957	364,5%
Outras receitas/despesas líquidas	0	0	N.A.	0	0	N.A.
Lucro antes do IR & CSLL	**19.426**	**20.599**	**-5,7%**	**55.320**	**85.313**	**-35,2%**
IR & CSLL	-2.851	-2.547	11,9%	-3.508	-8.591	-59,2%
Lucro líquido	**16.575**	**18.052**	**-8,2%**	**51.812**	**76.722**	**-32,5%**
Part .ISA ENERGIA BRASIL (50%) no EBITDA	**19.891**	**19.460**	**2,2%**	**57.773**	**54.616**	**5,8%**
Part .ISA ENERGIA BRASIL (50%) no Lucro	**8.288**	**9.026**	**-8,2%**	**25.906**	**38.361**	**-32,5%**

IE IVAÍ						
Demonstração do Resultado (R$ mil)	**3T26**	**3T25**	**Var (%)**	**9M26**	**9M25**	**Var (%)**
Receita Operacional Bruta	**71.517**	**103.409**	**-30,8%**	**294.346**	**313.371**	**-6,1%**
Deduções à receita operacional	-11.918	-10.862	9,7%	-35.289	-32.873	7,3%
Receita Operacional Líquida	**59.599**	**92.547**	**-35,6%**	**259.057**	**280.498**	**-7,6%**
Custos e Despesas	-4.907	-6.278	-21,8%	-15.714	-16.292	-3,5%
Depreciação	-12.534	-15.243	-17,8%	-40.546	-42.329	-4,2%
EBITDA	**53.518**	**86.269**	**-38,0%**	**241.964**	**264.256**	**-8,4%**
Resultado do Serviço	**42.158**	**71.026**	**-40,6%**	**202.798**	**221.878**	**-8,6%**
Resultado Financeiro	-70.668	-31.264	126,0%	-203.455	-148.136	37,3%
Outras receitas/despesas líquidas	-1.174	0	N.A.	-1.380	49	n.a
Lucro antes do IR & CSLL	**-29.683**	**39.762**	**n.a**	**-2.036**	**73.791**	**n.a**
IR & CSLL	43.092	-13.523	n.a	33.692	-25.092	n.a
Lucro líquido	**13.409**	**26.240**	**-48,9%**	**31.656**	**48.699**	**-35,0%**
Part .ISA ENERGIA BRASIL (50%) no EBITDA	**26.759**	**43.135**	**-38,0%**	**120.982**	**132.128**	**-8,4%**
Part .ISA ENERGIA BRASIL (50%) no Lucro	**6.704**	**13.120**	**-48,9%**	**15.828**	**24.349**	**-35,0%**

AIE (IE IVAÍ + IE PARAGUAÇU + IE AIMORÉS)						
Demonstração do Resultado (R$ mil)	**3T26**	**3T25**	**Var (%)**	**9M26**	**9M25**	**Var (%)**
Receita Operacional Bruta	**148.025**	**178.484**	**-17,1%**	**519.854**	**529.400**	**-1,8%**
Deduções à receita operacional	-19.866	-18.786	5,7%	-58.421	-56.116	4,1%
Receita Operacional Líquida	**128.159**	**159.698**	**-19,7%**	**461.433**	**473.284**	**-2,5%**
Custos e Despesas	-8.673	-8.669	0,0%	-26.471	-26.405	0,3%
Depreciação	-19.913	-22.622	-12,0%	-62.683	-64.454	-2,7%
EBITDA	**118.312**	**151.029**	**-21,7%**	**433.583**	**446.929**	**-3,0%**
Resultado do Serviço	**99.573**	**128.407**	**-22,5%**	**372.280**	**382.426**	**-2,7%**
Resultado Financeiro	-94.878	-52.106	82,1%	-275.165	-163.943	67,8%
Outras receitas/despesas líquidas	-1.174	0	N.A.	-1.380	49	n.a
Lucro antes do IR & CSLL	**3.522**	**76.301**	**-95,4%**	**95.736**	**218.532**	**-56,2%**
IR & CSLL	37.988	-17.867	n.a	24.887	-40.094	n.a
Lucro líquido	**41.510**	**58.435**	**-29,0%**	**120.623**	**178.438**	**-32,4%**
Part .ISA ENERGIA BRASIL (50%) no EBITDA	**59.156**	**75.515**	**-21,7%**	**216.791**	**223.464**	**-3,0%**
Part .ISA ENERGIA BRASIL (50%) no Lucro	**20.755**	**29.217**	**-29,0%**	**60.311**	**89.219**	**-32,4%**

Anexo VII – Covenants (R$ milhões)

BNDES (apuração anual)	
Dívida Líquida 30/09/26	18.311,6
EBITDA últimos 12 meses	5.239,1
Dívida Líquida/EBITDA 30/09/26	**3,50**
Patrimônio Líquido 30/09/26	24.033,6
Divida Liq./(Divida Liq. + PL) 30/09/26	**0,43**

Os principais compromissos financeiros dos contratos de financiamento (*covenants* financeiros) que a ISA ENERGIA BRASIL está sujeita são estabelecidos conforme abaixo:

Os Contratos de financiamento com **BNDES** (válidos até o vencimento do contrato em 2041) devem cumprir os indicadores financeiros máximos de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado BNDES ≤ 3,0 e Dívida Líquida/ (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) ≤ 0,6. O saldo desses financiamentos junto ao BNDES na data de 30/09/2026, somam o montante de R$ 649,9 milhões em que os contratos possibilitam pré-pagamento.

Os indicadores são apurados ao final de cada exercício social. Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices, a Companhia deverá consolidar todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à sua

participação), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%. O EBITDA é calculado de acordo com a metodologia definida nos contratos, cuja última apuração ocorreu com as informações de 31 de dezembro de 2025 e a Companhia e suas controladas atenderam aos requisitos relacionados a cláusulas restritivas. A próxima apuração será realizada com os dados de 31 de dezembro de 2026. Em novembro de 2025, a Companhia recebeu carta do BNDES formalizando a anuência prévia e a abstenção da declaração de vencimento antecipado de determinados contratos de financiamento, no contexto do acompanhamento dos indicadores financeiros referentes ao exercício de 2025.

Para fins gerenciais o indicador de Dívida Líquida/EBITDA de acordo com essa metodologia é calculado trimestralmente e foi de 3,50x no 3T26.

Anexo VIII – Balanço Patrimonial – IFRS

Ativo (R$ mil)	Consolidado 30/09/2026	Consolidado 30/09/2025
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	441.736	1.356.062
Aplicações Financeiras	2.526.363	808.924
Ativo de concessão	5.255.908	4.106.084
Estoques	121.914	72.704
Tributos e contribuições a compensar	295.197	229.311
Instrumentos financeiros derivativos	0	37.384
Créditos com partes relacionadas	2.559	126.579
Despesas pagas antecipadamente	39.404	6.061
Caixa restrito	0	0
Adiantamento a Fornecedores	0	0
Outros	768.706	344.330
	9.451.787	**7.087.439**
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Caixa restrito	79.403	18.888
Ativo de concessão	41.790.962	32.325.214
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	2.874.979	2.760.806
Cauções e depósitos vinculados	46.551	46.049
Estoques	137.129	94.871
Instrumentos financeiros derivativos	60.469	20.406
Outros	105.299	76.525
	45.094.792	**35.342.759**
Investimentos	1.335.629	4.154.815
Imobilizado	159.998	180.126
Intangível	96.724	436.233
	1.592.351	**4.771.174**
	46.687.143	**40.113.933**
Total do Ativo	**56.138.930**	**47.201.372**

Passivo e Patrimônio Líquido (R$ mil)	Consolidado 30/09/2026	 30/09/2025
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	257.762	90.082
Debêntures	373.220	496.001
Arrendamento	16.721	18.677
Instrumentos financeiros derivativos	9.212	2.916
Fornecedores	251.102	254.445
Tributos e encargos sociais a recolher	268.557	213.325
Encargos Regulatórios a recolher	50.880	66.723
Juros sobre capital próprio e dividendos a	419.812	422.540
Obrigações trabalhistas	93.802	79.962
Valores a pagar – Vivest	834	1.335
Outros	318.102	240.765
	2.060.004	**1.886.771**
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e financiamentos	1.035.325	669.117
Debêntures	18.096.273	14.696.513
Arrendamento	26.086	36.959
Instrumentos financeiros derivativos	15.163	17.312
Fornecedores	3.868	3.456
Provisão para Contingências	194.532	163.035
PIS e COFINS Diferidos	3.933.329	2.966.130
Imposto de renda e contribuição social	6.672.253	5.287.595
Encargos Regulatórios a recolher	66.391	35.404
Outros	2.124	2.069
	30.045.344	**23.877.590**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	4.790.020	3.590.020
(-) Custo com emissão de ações	- 20.837	-
Reservas de Capital	666	666
Reservas de Lucro	18.714.837	17.183.674
Outros Resultados Abrangentes	88.576	97.785
Dividendos adicionais propostos	279.322	279.322
	23.852.584	**21.151.467**
Participação de não controladores nos fundos de investimentos	180.998	285.544
	24.033.582	**21.437.011**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**56.138.930**	**47.201.372**

Anexo IX – Demonstração de Resultados – IFRS

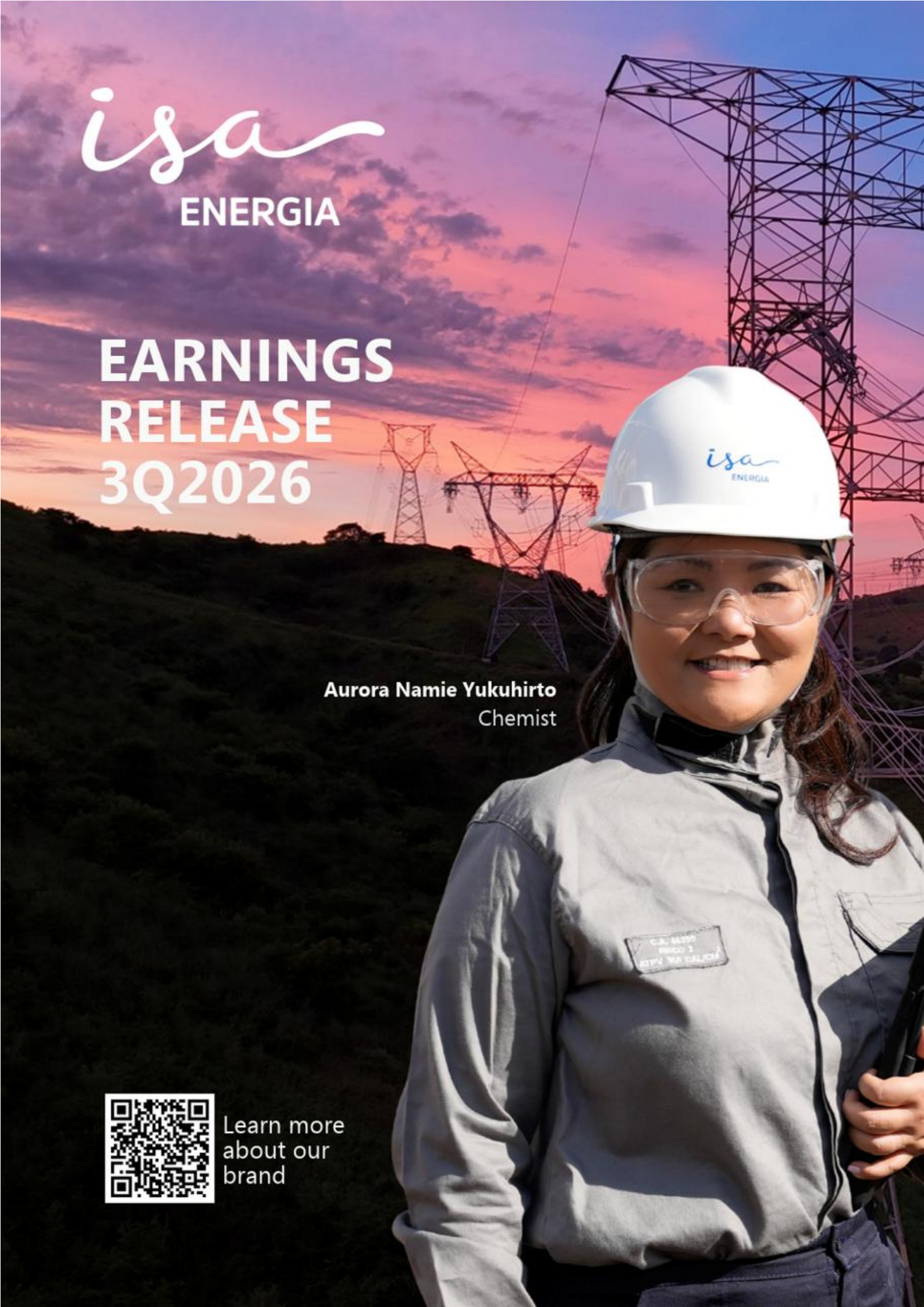
Demonstração de Resultado (R$ milhões)	Consolidado					
	3T26	3T25	Var (%)	9M26	9M25	Var (%)
Receita Operacional Bruta	**2.630,1**	**2.881,9**	**-8,7%**	**8.334,3**	**7.195,6**	**15,8%**
Receita de infraestrutura	1.428,8	1.516,7	-5,8%	4.326,9	4.218,2	2,6%
Receita bruta de Operação e Manutenção	464,0	294,2	57,7%	1.170,1	945,7	23,7%
Remuneração dos ativos de concessão	726,6	1.060,8	-31,5%	2.807,6	2.003,4	40,1%
Outras Receitas	10,7	10,1	5,8%	29,7	28,3	4,9%
Deduções à Receita Operacional	**-296,4**	**-322,9**	**-8,2%**	**-892,4**	**-791,8**	**12,7%**
Receita Operacional Líquida	**2.333,7**	**2.559,0**	**-8,8%**	**7.442,0**	**6.403,9**	**16,2%**
Custos e Despesas Operacionais	**-1.339,9**	**-1.396,3**	**-4,0%**	**-4.040,6**	**-4.028,2**	**0,3%**
Pessoal	-140,6	-126,1	11,5%	-468,7	-379,1	23,6%
Material	-382,8	-453,5	-15,6%	-1.421,1	-1.443,9	-1,6%
Serviços	-755,8	-744,7	1,5%	-1.935,5	-1.969,3	-1,7%
Depreciação	-14,9	-8,7	71,5%	-33,1	-25,6	29,0%
Outros	-45,8	-63,2	-27,6%	-182,2	-210,3	-13,4%
Receitas – Revisão Tarifaria Periódica (RTP)	**49,0**	**-6,9**	**-812,9%**	**49,0**	**159,5**	**-69,3%**
Resultado do Serviço	**1.042,8**	**1.155,8**	**-9,8%**	**3.450,4**	**2.535,1**	**36,1%**
Resultado Financeiro	**-348,4**	**-293,3**	**18,8%**	**-1.470,7**	**-996,8**	**47,5%**
Rendimento de Aplicações Financeiras	92,5	90,0	2,7%	212,8	243,4	-12,6%
Resultado da Variação Monetária Líquida	11,1	-50,5	-122,1%	-431,7	-291,5	48,1%
Juros Ativo/Passivos	0,0	-0,2	-116,4%	0,2	-3,0	-106,4%
Juros/Encargos sobre empréstimos	-428,4	-336,5	27,3%	-1.207,1	-933,3	29,3%
Outras	-23,7	3,8	-722,6%	-44,9	-12,5	260,3%
Resultado Operacional	**694,3**	**862,5**	**-19,5%**	**1.979,7**	**1.538,4**	**28,7%**
Equivalência Patrimonial	**59,9**	**109,5**	**-45,3%**	**359,1**	**403,7**	**-11,0%**
Outras Receitas/Despesas Operacionais	**283,8**	**14,4**	**1875,5%**	**289,8**	**14,7**	**1878,0%**
Resultado Anterior aos Tributos	**1.038,0**	**986,4**	**5,2%**	**2.628,6**	**1.956,7**	**34,3%**
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	**-116,3**	**-183,6**	**-36,7%**	**-384,4**	**-196,9**	**95,2%**
Corrente	27,4	38,6	-29,1%	-110,8	-45,0	146,1%
Diferido	-143,7	-222,2	-35,3%	-273,6	-151,9	80,1%
Lucro/Prejuízo Consolidado	**921,7**	**802,8**	**14,8%**	**2.244,2**	**1.759,8**	**27,5%**
Participação do Acionista não Controlador	-7,8	-18,0	-56,4%	-32,7	-46,5	-29,8%
Lucro/Prejuízo	**913,8**	**784,8**	**16,4%**	**2.211,5**	**1.713,2**	**29,1%**

Anexo X – Fluxo de Caixa – IFRS (R$ mil)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Consolidado	
(R$ mil)	9M26	9M25
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**-4.591.721**	**-4.457.990**
Lucro líquido do período	2.244.205	1.759.777
Benefício a empregados – déficit atuarial	4.060	5.769
Depreciação e amortização	33.072	25.631
PIS e COFINS diferidos	331.728	292.773
IR e CS diferidos	273.584	151.924
Provisão para Demandas Judiciais	-15.262	-46.226
Valor residual de ativo permanente baixado	29.528	59
Benefício fiscal – ágio incorporado	28	27
Receita sobre aplicações financeiras	-92.156	-104.762
Juros e variações cambiais sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	1.624.187	1.264.876
Juros e variações cambiais sobre ativos e passivos	-1.501	-45.101
Resultado de equivalência patrimonial	-359.145	-403.702
Contas a receber - Ativo de Concessão	-8.355.460	-7.323.530
Instrumentos financeiros	-8.349	-3.418
Realização de ativo de Concessão na aquisição de Controlada	12.982	14.461
Transações com acionistas não controladores	-32.677	-46.548
Ganho por compra vantajosa na aquisição de participação societária	-468.353	0
Perda na alienação de participação societária	187.808	0
(Aumento) diminuição de ativos	**4.065.174**	**3.923.533**
Caixa restrito	0	0
Contas a receber - Ativo de concessão	4.706.652	3.909.080
Estoques	-45.038	48.404
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	-114.173	-141.904
Tributos e contribuições a compensar	-43.438	125.961
Cauções e depósitos vinculados	1.110	-188
Despesas pagas antecipadamente	-28.590	-6.016
Crédito com controladas	0	0
Outros	-411.349	-11.804
Aumento (diminuição) de passivos	**-71.011**	**-82.654**
Fornecedores	-15.058	28.619
Tributos e encargos sociais a recolher	111.521	188.717
Pagamentos IR/CSLL	-173.758	-136.660
Obrigações trabalhistas	10.223	11.456
Encargos regulatórios a recolher	-29.471	13.784
Provisões	-36.396	-5.089
Valores a pagar Vivest	0	0
Reserva Global de Reversão	-1.860	-1.861
Outros	63.788	-181.620
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**-597.558**	**-617.111**
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	**-2.388.505**	**-502.749**
Caixa restrito	-676	-399
Aplicações financeiras	-4.051.984	-5.093.394
Resgates de Aplicações financeiras	2.476.483	4.115.325
Aquisição de Imobilizado	-32.901	-10.297
Intangível	-22.770	-10.717
Aquisição de participação acionária	-1.415.224	0
Alienação de participação acionária	462.362	0
Dividendos recebidos	196.205	496.733
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	**2.071.737**	**-1.075.710**
Adições de empréstimos e debêntures	6.285.083	2.007.347
Pagamentos de Empréstimos e Debêntures (principal)	-3.769.540	-1.030.172
Pagamentos de Empréstimos e Debêntures (juros)	-926.199	-719.616
Pagamentos Arrendamento Mercantil (principal e juros)	-18.107	-11.094
Instrumentos financeiros derivativos	-14.872	13.660
Custo com emissão de ações	-20.837	0
Recurso para aumento de capital	1.200.000	0
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	-663.791	-1.335.835
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	**-914.326**	**-2.195.571**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.356.062	2.914.747
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	441.736	719.176
Variação em caixa e equivalentes de caixa	**-914.326**	**-2.195.571**

isa ENERGIA

EARNINGS RELEASE 3Q2026



Aurora Namie Yukuhirto
Chemist

Learn more about our brand

São Paulo, November 3, 2026 – ISA ENERGIA BRASIL S.A. ("ISA ENERGIA BRASIL" or the "Company"; B3: ISAE3 and ISAE4) announces its results for the third quarter of 2026 (3Q26). The Regulatory Results are presented in accordance with the procedures and guidelines issued by the Regulatory Authority and the accounting policies established in the Electricity Sector Accounting Manual ("MCSE"), with the aim of facilitating an understanding of the Company's business. The Regulatory Results are audited annually by the same independent auditor responsible for the statutory financial statements and are not reviewed quarterly. In addition, results prepared in accordance with the rules of the Brazilian Securities and Exchange Commission ("CVM"), the applicable technical pronouncements issued by the Accounting Pronouncements Committee ("CPC"), and the International Financial Reporting Standards ("IFRS") issued by the International Accounting Standards Board ("IASB") are available in the "Appendices" section of this document..

Regulatory Indicators (R$ million)	Consolidated					
	3Q26	3Q25	Chg (%)	9M26	9M25	Chg (%)
Net Revenue	**1,510.7**	**1,072.3**	**40.9%**	**3,980.3**	**3,232.8**	**23.1%**
PMSO	**-235.3**	**-187.5**	**25.5%**	**-625.2**	**-551.9**	**13.3%**
Manageable PMSO	-217.0	-185.5	17.0%	-604.3	-546.1	10.6%
EBITDA	**3,190.1**	**888.5**	**259.0%**	**5,178.2**	**2,601.3**	**99.1%**
EBITDA Margin	*211.2%*	*82.9%*	*128.3 p.p*	*130.1%*	*80.5%*	*49.6 p.p*
Net Income[1]	**1,904.8**	**550.0**	**246.3%**	**2,436.4**	**1,143.0**	**113.2%**
Net Margin	*126.1%*	*51.3%*	*74.8 p.p*	*61.2%*	*35.4%*	*25.9 p.p*
ROE (LTM)	**21.7%**	**20.8%**	**0.9 p.p**	**21.7%**	**20.8%**	**0.9 p.p**
Net Debt	17,018.3	12,887.2	32.1%	17,018.3	12,887.2	32.1%
CapEx (ex-M&A)	**1,103.3**	**1,205.4**	**-8.5%**	**3,379.2**	**3,415.5**	**-1.1%**

[1]Adjusted by non-controlling interest.

Financial Highlights 3Q26

Net Revenue R$ 1,510.7 million (+40.9%)

PMSO R$ 235.3 million (+25.5%)

EBITDA R$ 3,190.1 million (+259.0%)

CAPEX R$ 1,103.3 million (-8.5%)

Net Debt R$ 17.018,3 million (+32.1%)

Conference Call 3Q26

Conference call in Portuguese with simultaneous translation into English

Date: November 04th, 2026 **Time:** 10h00 (BRT) / 08h00 (EST)

The event will be streamed on Zoom: click here

All connection data is available on the Investor Relations website
ri.isaenergiabrasil.com.br/en

EVENTS OF THE PERIOD

23rd Debenture Issuance

On July 16, 2026, the Company completed its 23rd issuance of simple, non-convertible debentures, totaling R$1.5 billion in a single series, with a four-year term and cost of CDI + 0.42% per year. The proceeds raised were fully allocated to replenish the Company's cash position. Click here for further information.

Primary Public Offering of Shares (ISAE4)

On July 15, 2026, the Company informed the market about the follow-on public offering ("Follow-on") of a primary distribution of initially 22.2 million new preferred shares ("ISAE4"). The number of shares initially offered could be increased, at the issuer's discretion and in agreement with the offering coordinators, by up to 22.2 million preferred shares. The offering was priced on July 23, when 44.4 million preferred shares were issued at a price of R$27.00 per share. Settlement took place on July 28. To access the offering documents, click here.

24th Debenture Issuance

On July 23, 2026, the Company completed its 24th issuance of simple, non-convertible debentures, raising R$1.0 billion in a single series with a 4.5-year term and a cost of CDI + 0.42% per year. As provided for in the offering indenture, the settlement period extends through February 2027 and, to date, the proceeds have not been disbursed. Upon settlement, the proceeds will be fully allocated to investments in Retrofitting and Improvements ("R&I"). Click here for further information.

Closing of the IE Madeira and IE Garanhuns Asset Unwinding

On July 31, 2026, ISA ENERGIA BRASIL completed the unwinding of cross-shareholdings involving its equity interests in IE Madeira and IE Garanhuns, a transaction disclosed to the market through a material fact published on March 19, 2026. Upon completion of the transaction, the Company began to hold 100% of IE Madeira, the concessionaire responsible for 2,385 km of direct current transmission lines, with Annual Allowed Revenue ("AAR"), excluding the Adjustment Portion ("PA") and net of PIS/COFINS, of R$796.7 million for the 2026/2027 cycle. The Company also ceased to hold an interest in IE Garanhuns, which has 633 km of transmission lines and AAR, excluding PA and net of PIS/COFINS, totaling R$165.3 million for the same cycle.

Following the fulfillment of the conditions precedent and the payment of a R$1.2 billion cash adjustment to AXIA, IE Madeira's results began to be fully consolidated by the Company as of August 2026. For further information, please refer to the material fact.

Announcement of Shareholder Distribution

On September 29, 2026, ISA ENERGIA BRASIL's Board of Directors approved the distribution of earnings related to the results for the first half of 2026, in the form of Interest on Equity ("IoE"), in the total amount of R$398.7 million, corresponding to R$0.566877 per share of both classes. The distribution of the IoE amount, net of withholding income tax, was divided into three installments, each with its respective record date and ex-rights date. Click here to access the full notice to shareholders.

Earning Type	Deliberation Date	Distribution Base	Date			Total[1] (R$ million)	R$ / share
			Record	Ex-right	Payment		
Interest on Equity ("IOE")	29-Sep-26	Result of the fiscal year 2026	8-Oct-26	9-Oct-26	7-Dec-26	132.9	0.188959
			9-Nov-26	10-Nov-26	7-Dec-26	132.9	0.188959
			25-Nov-26	26-Nov-26	7-Dec-26	132.9	0.188959
						398.7	**0.566877**

Notes on financial information

The financial information presented in this document refers to the three-month period ended September 30, 2026, and was prepared in accordance with the standards, procedures and guidelines issued by the Regulatory Agency, as well as the accounting policies established in the Electricity Sector Accounting Manual, approved by ANEEL through Normative Resolution No. 933, dated May 28, 2021, and the guidelines set forth in ANEEL's Order No. 2,904, dated September 17, 2021.

The information referred to as EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) is presented in accordance with CVM Resolution 156/22.

Additionally, the financial and operating information included in this results discussion is subject to rounding and, as a result, total amounts shown in tables and charts may differ from the direct numerical aggregation of the figures that preceded them.

Below is the calculation of EBITDA under regulatory accounting in accordance with Normative Resolution No. 933 and Order No. 2,904:

(R$ million)	Consolidated					
	3Q26	3Q25	Chg (%)	9M26	9M25	Chg (%)
(=) Regulatory Net Income	**1,904.8**	**550.0**	**246.3%**	**2,436.4**	**1,143.0**	**113.2%**
(+) Non-controlling shareholder particp.	7.8	18.0	-56.4%	32.7	46.5	-29.8%
(+) IRPJ/CSLL	712.5	-39.9	n.a	793.8	91.1	771.4%
(-) Equity Income	-34.2	-100.4	-66.0%	-197.2	-267.0	-26.1%
(+) Financial Result	348.1	293.1	18.7%	1,469.9	996.3	47.5%
(+) Depreciation/Amortization	251.0	167.6	49.8%	642.6	591.4	8.7%
(=) Regulatory EBITDA	**3,190.1**	**888.5**	**259.0%**	**5,178.2**	**2,601.3**	**99.1%**
(+) Equity Income	34.2	100.4	-66.0%	197.2	267.0	-26.1%
(=) Regulatory EBITDA CVM 156/2022	**3,224.2**	**988.9**	**226.1%**	**5,375.4**	**2,868.3**	**87.4%**

The calculation of EBITDA in accordance with accounting practices adopted in Brazil and International Financial Reporting Standards ("IFRS") issued by the International Accounting Standards Board ("IASB") based on EBITDA as per regulatory accounting is available in the section "Comparison of Results (Regulatory vs. IFRS)" (click here).

CONTENT

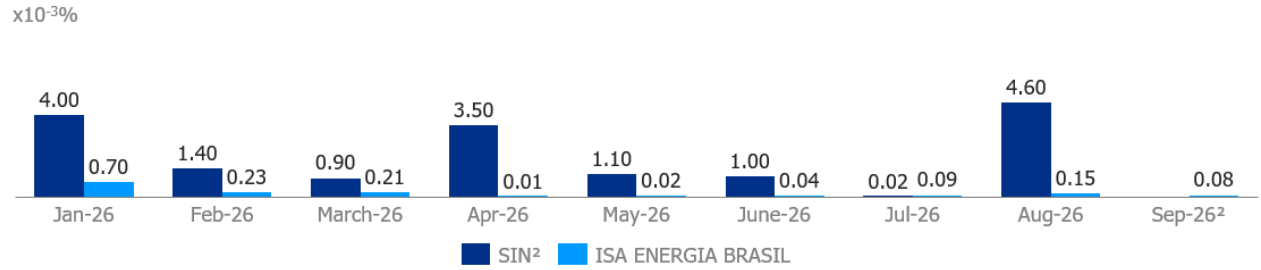
EVENTS OF THE PERIOD	**3**
OPERATING REVENUE	7
EBITDA AND MARGIN	12
FINANCIAL RESULT	13
EQUITY INCOME	14
NET INCOME[1]	16
COMPARISON OF RESULTS (REGULATORY VS. IFRS)	17
INDEBTEDNESS	**19**
INVESTMENTS	**21**
INVESTMENTS IN RETROFITTING AND IMPROVEMENTS PROJECTS ("R&I")	21
INVESTMENTS IN GREENFIELD PROJECTS	22
CAPITAL MARKETS	**23**
EARNINGS	24
SUSTAINABILITY	**25**
HIGHLIGHTS OF THE PERIOD	25
SUSTAINABILITY KPI'S	26
OTHER RELEVANT INFORMATION	**29**
PERIODIC TARIFF REVIEW (PRT) – NEW CONCESSIONS	29
PAULISTA CONCESSION RENEWAL - CONTRACT 059/2001 (RBNI/RBSE)	32
SUPPLEMENTARY RETIREMENT PLAN – LAW 4,819/58	34
GLOSSARY	**35**
ATTACHMENTS	**38**

OPERATING PERFORMANCE

For transmission assets with voltage levels below 230 kV, associated with connection points to distribution companies, the main operational performance indicator is the Non-Supplied Energy Index ("IENS"). IENS corresponds to the percentage ratio between the total volume of energy not supplied to distribution agents during the events recorded in the period and the total energy that would have been supplied in the absence of interruptions. This indicator therefore reflects the amount of energy that was not consumed by end customers as a result of failures or interruptions in the system.

Below is the Company's IENS[1] measurement for the third quarter of 2026:

IENS % 2026



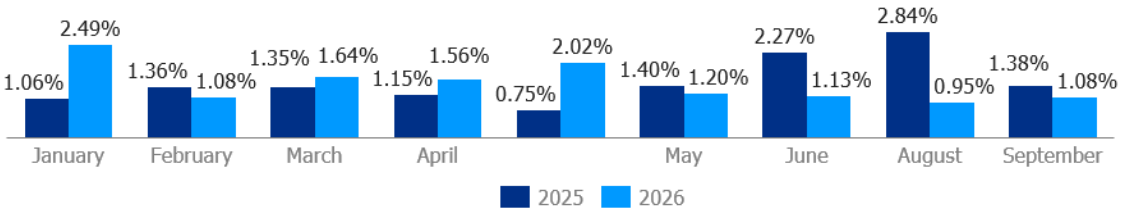
[1] Connection assets associated with distribution companies with voltage levels below 230 kV are considered.

[2] September data for the SIN were not made available by the National Electric System Operator ("ONS").

Variable Portion

The Variable Portion ("PV") is a regulatory mechanism applied by the Brazilian Electricity Regulatory Agency ("ANEEL") that reduces the Annual Allowed Revenue ("AAR") of transmission concessionaires when failures, outages or operating restrictions are recorded. The deduction is proportional to the unavailability verified. The indicator considers Basic Grid assets with voltage levels equal to or above 230 kV and is calculated as the ratio between the gross PV for the period and the corresponding AAR.

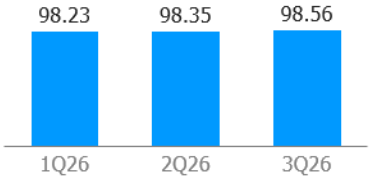
PV % 2026



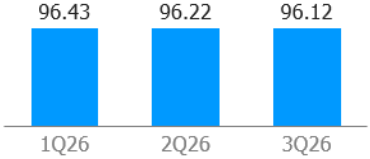
* PV data are dynamic and may be subsequently revised as a result of the conclusion of proceedings and appeals filed with the ONS.

Asset Availability (%)

Transmission lines



Power Transformers



*Only the basic network assets are considered
**The National Electricity System Operator (ONS) calculates the indicator for families of equipment, which is the combination of type and voltage.
***Data accumulated in the form of a moving window.
****Source: ONS.

FINANCIAL PERFORMANCE (Regulatory Results)

Operating Revenue

Operating Revenue	Consolidated					
(R$ million)	3Q26	3Q25	Chg (%)	9M26	9M25	Chg (%)
Eletric Network Revenue	**1,710.6**	**1,239.4**	**38.0%**	**4,503.7**	**3,684.8**	**22.2%**
RBSE	**519.5**	**511.5**	**1.6%**	**1,542.6**	**1,648.7**	**-6.4%**
Paulista Concession (059/2001 contract)	**519.3**	**468.1**	**10.9%**	**1,484.7**	**1,340.2**	**10.8%**
Operating & Maintenance (O&M)[1]	249.2	238.3	4.6%	725.7	708.5	2.4%
Retrofitting & Improvements (R&I)	270.1	229.8	17.5%	759.0	631.7	20.2%
New Concessions	**551.9**	**265.1**	**108.2%**	**1,274.5**	**773.7**	**64.7%**
Basic Project (CAEE + O&M)	533.4	247.4	115.6%	1,220.5	739.2	65.1%
Retrofitting & Improvements (R&I)	18.6	17.7	4.9%	54.0	34.4	56.8%
Adjustment Portion (PA) and anticipation	**98.5**	**-52.2**	**n.a**	**142.2**	**-163.6**	**n.a**
Variable Portion (PV)	**-16.0**	**-15.6**	**2.5%**	**-49.6**	**-44.2**	**12.3%**
Regulatory charges ex RAP (CDE and PROINFA)	**37.2**	**62.5**	**-40.4%**	**109.4**	**130.0**	**-15.8%**
Others	**11.1**	**11.2**	**-0.5%**	**32.9**	**33.9**	**-2.9%**
Gross Revenue	**1,721.7**	**1,250.6**	**37.7%**	**4,536.6**	**3,718.7**	**22.0%**
Deduction	**-211.0**	**-178.2**	**18.4%**	**-556.1**	**-485.9**	**14.4%**
Taxes and Contributions (PIS & Cofins)	-149.3	-105.6	41.3%	-391.8	-319.5	22.6%
Regulatory charges ex AAR (CDE and PROINFRA)	-33.7	-57.8	-41.7%	-98.7	-116.9	-15.6%
Regulatory charges in AAR (P&D, RGR and TFSEE)	-28.1	-14.8	89.3%	-65.6	-49.5	32.5%
Net Revenue	**1,510.7**	**1,072.3**	**40.9%**	**3,980.6**	**3,232.8**	**23.1%**

[1] AAR related to the operation and maintenance portion of existing assets considered in the renewal process of contract 059/2001.

Consolidated gross revenue reached R$1,721.7 million in 3Q26, an increase of R$471.1 million (+37.7%) compared to 3Q25. In 9M26, consolidated gross revenue increased by R$817.9 million (+22.0%) compared to 9M25. In addition to the tariff adjustment for the 2026/2027 cycle, including the 4.72% inflation adjustment to the AAR based on Brazil's Broad National Consumer Price Index ("IPCA"), the main revenue variations in the period were:

Paulista Concession (contract 059/2001)

- ▲ Incorporation of the AAR from large-scale Retrofitting and Improvement ("R&I") projects energized over the last 12 months;

Auctioned Contracts

- ▲ Beginning of the receipt of R$478.9 million in AAR (2026/2027 cycle) from the Riacho Grande, Jacarandá and Piraquê projects, which started operations between October 2025 and June 2026;
- ▲ Consolidation of 100% of IE Madeira's results in consolidated revenue as of August 2026 (+R$144.5 million), following the completion of the unwinding of cross-shareholdings with AXIA Energia. Previously, the Company's 51% interest was recognized as equity income.

Adjustment Portion ("PA") and Anticipation

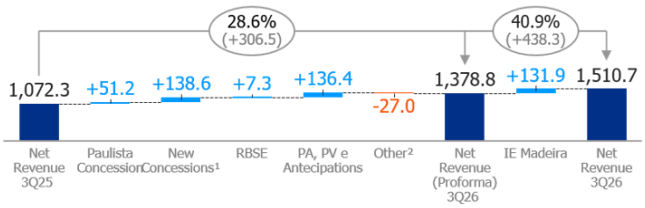
PA + Anticipations + Reimbursements	Consolidated		
(R$ Million)	3Q26	3Q25	Chg (%)
PA Cycle Readjustment	150.1	0.0	n.a.
Improvements annual payment	11.5	11.0	4.7%
Anticipation (Sector Surplus | Deficit))	-63.1	-36.8	71.4%
CDE Reimbursement	0.0	-26.4	-100.0%
TOTAL	98.5	-52.2	n.a.

- ▲ Positive PA of R$150.1 million related to the tariff-cycle adjustment (2025/2026 vs. 2026/2027);
- ▲ Reimbursement from the Energy Development Account ("CDE"): CDE is classified as a pass-through item and does not constitute Company revenue. Accordingly, the Company changed its accounting treatment so that CDE would no longer be recognized in the income statement as of August 2025, since the gross CDE revenue recorded was fully provisioned in the following month;
- ▼ Lower volume of advances related to the sector's revenue surplus or deficit (-R$37.2 million).

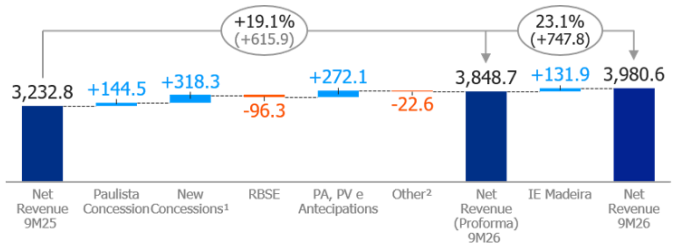
NET REVENUE

Net revenue increased by R$438.3 million (+40.9%) compared to 3Q25, totaling R$1,510.7 million. In 9M26, net revenue increased by R$747.8 million (+23.1%) compared to 9M25.

Net Revenue – 3Q26 vs. 3Q25
(R$ million)



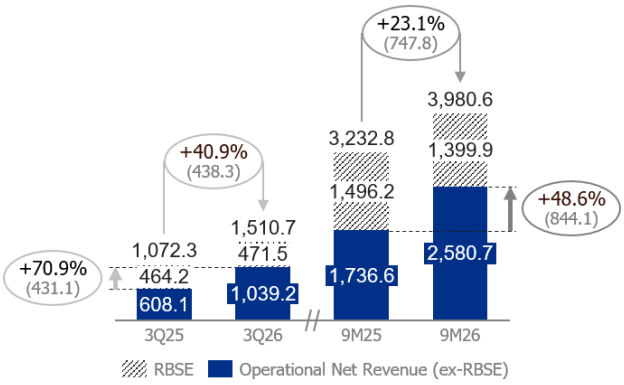
Net Revenue – 9M26 vs. 9M25
(R$ million)



¹ Considers adjustment by the IPCA and project energization | ² Charges and taxes on revenue.

Net revenue excluding RBSE reached R$1,039.2 million in 3Q26, an increase of R$431.1 million (+70.9%) compared to 3Q25. In 9M26, cumulative net revenue excluding RBSE increased by R$844.1 million (+48.6%) compared to 9M25.

Net Revenue
(R$ million)



O&M Costs and Expenses

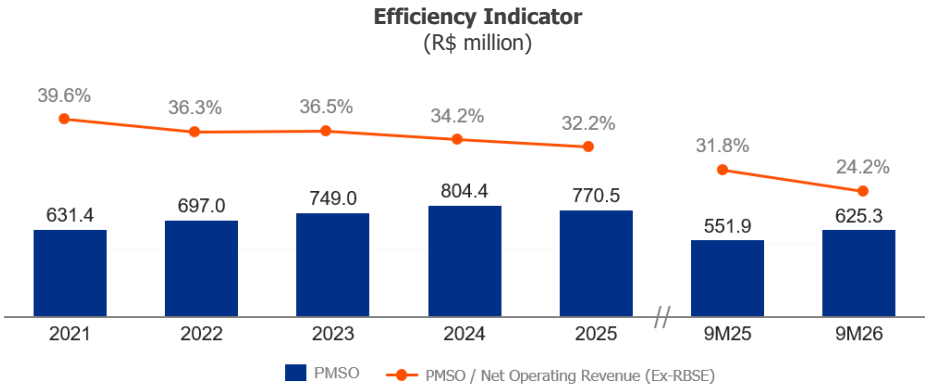
O&M Costs and Expenses (R$ million)	Consolidated					
	3Q26	3Q25	Chg (%)	9M26	9M25	Chg (%)
Personnel	-115.7	-100.5	15.2%	-331.1	-310.5	6.6%
Material	-6.3	-5.6	11.2%	-17.2	-16.9	2.2%
Services	-66.6	-54.1	23.2%	-174.5	-146.0	19.5%
Others	-28.4	-25.4	12.1%	-81.4	-72.7	12.0%
Manageable PMSO	**-217.0**	**-185.5**	**17.0%**	**-604.3**	**-546.1**	**10.6%**
Non-recurring	-16.9	0.0	N.A.	-16.9	0.0	N.A.
Private Pension Entity	-1.4	-1.9	-29.6%	-4.1	-5.8	-29.6%
PMSO	**-235.3**	**-187.5**	**25.5%**	**-625.2**	**-551.9**	**13.3%**
Contingencies	23.6	-0.2	n.a	19.2	-20.8	n.a
Depreciation	-251.0	-167.6	49.8%	-642.6	-591.3	8.7%
Other costs and expenses	**-227.4**	**-167.8**	**35.5%**	**-623.3**	**-612.2**	**1.8%**
Total	**-462.7**	**-355.2**	**30.2%**	**-1,248.6**	**-1,164.0**	**7.3%**

The main events that caused variations in manageable PMSO during the period were as follows:

- **Personnel**: (i) higher costs related to salaries, payroll charges and benefits due to the 2025/2026 collective bargaining agreement; and (ii) the full consolidation of IE Madeira as of August 2026. These increases were partially offset by lower expenses associated with severance payments.
- **Services:** higher expenses associated with: (i) legal success fees; (ii) cleaning and mowing services; and (iii) travel for training and support for new operations. The increase in expenses was partially offset by lower expenditure on corporate training.
- **Other:** higher costs associated with: (i) property tax ("IPTU"), mainly due to the update of the market value of properties and inflation adjustments; and (ii) insurance renewals. These effects were partially offset by lower expenses related to taxes levied on foreign services.

In addition to the manageable PMSO variations explained above, the Company recorded R$15.5 million in non-recurring expenses related to the unwinding of cross-shareholdings completed in 3Q26. During the quarter, the private pension provision (an actuarial liability estimated based on benefits, as provided for under CPC 33) decreased by R$0.6 million (-29.6% vs. 3Q25). This variation had no cash effect and was mainly explained by the higher discount rate used to calculate the present value of future obligations, resulting from the increase in NTN-B yields considered in the annual actuarial reassessment conducted in December 2025.

The chart below shows the evolution of the Company's operating efficiency, measured by the ratio between PMSO and net revenue excluding RBSE.



CONTINGENCIES

The Company recorded a R$23.6 million gain from contingencies in 3Q26, compared to an expense of R$0.2 million in 3Q25. The variation was mainly due to the conclusion of legal proceedings related to the RBNI indemnification upon

the renewal of the Paulista Concession Agreement. The settlement entered into with AXIA Energia resulted in a payment of R$32.1 million, compared to a provision of R$63.4 million, allowing the Company to reverse R$31.3 million during the quarter.

DEPRECIATION

The Company recorded depreciation expense of R$250.9 million in 3Q26, an increase of 49.8% (R$83.4 million) compared to 3Q25, mainly due to:

- ▲ Recognition of a depreciation provision related to the Piraquê project, which began commercial operations in 2Q26 (R$29.8 million);
- ▲ Full consolidation of IE Madeira as of August 2026, with an impact of R$24.3 million on depreciation expenses recorded in 3Q26;
- ▲ Progress in the unitization of R&I projects under the Paulista Concession over the last 12 months (+R$18.9 million);
- ▲ Unitization of Riacho Grande's assets with ANEEL (+R$5.3 million compared to 3Q25).

As a result, operating costs and expenses totaled R$462.7 million in 3Q26 (+30.2% compared to 3Q25). In 9M26, they totaled R$1,248.6 million (+7.3% compared to 9M25).

Other Operating Income and Expenses

Other Operating Income and Expenses (R$ million)	Consolidated					
	3Q26	3Q25	Chg (%)	9M26	9M25	Chg (%)
Income	**1,941.2**	**58.3**	**3231.8%**	**1,957.6**	**68.1**	**2775.3%**
Disposal of Non-Operational Assets	-2.2	7.9	n.a	2.9	12.9	-77.2%
Update of amounts of warrants receivable (SJC terrain)	3.1	12.1	-74.4%	9.0	16.9	-47.0%
Insurance Indemnity Proceeds	0.0	4.8	-100.0%	1.9	4.8	-60%
Gain and Remuneration From SE Centro	1.9	33.5	-94.3%	5.5	33.5	-84%
One-off accounting effect (Asset unwinding)	1,938.3	0.0	N.A.	1,938.3	0.0	N.A.
Expenses	**-49.4**	**-55.7**	**-11.4%**	**-152.1**	**-129.6**	**17.3%**
Disposal of Non-Operational Assets	-0.8	-8.7	-90.8%	-8.3	-14.3	-41.8%
Amortization of capital gains (PBTE and SF Energia)	-12.8	-15.0	-14.3%	-39.2	-43.2	-9.3%
Cost of decommissioning assets*	-35.7	-32.0	11.7%	-104.5	-72.1	45.0%
Others	**-0.7**	**0.0**	**N.A.**	**-1.7**	**1.4**	**N.A.**
Eliminations	**0.0**	**1.3**	**-100.0%**	**0.0**	**1.3**	**-100.0%**
Total	**1,891.2**	**3.8**	**n.a**	**1,803.9**	**-58.9**	**n.a**

* Costs associated with the decommissioning, disposal and write-off of assets.

Other Operating Income and Expenses totaled R$1,891.2 million in income in 3Q26, compared to R$3.8 million in 3Q25, mainly reflecting income of R$1,938.3 million related to the one-off accounting effect of the unwinding of the equity interests in IE Madeira and IE Garanhuns, as shown in the table below. Other variations included: (i) a R$31.6 million reduction in gains and compensation related to the Centro Substation, approved by ANEEL in 3Q25; (ii) a R$9.0 million reduction in the monetary adjustment of court-ordered payments; (iii) a negative impact of R$2.2 million from the disposal of obsolete assets, resulting from the timing mismatch between the accounting write-offs of the assets and the recognition of their respective disposals; and (iv) a R$3.7 million increase in asset decommissioning costs related to dismantling activities carried out as part of Retrofitting and Improvements projects.

The unwinding of the equity interests in IE Madeira and IE Garanhuns resulted in a positive, non-recurring, non-cash accounting effect of R$1,938.3 million ("One-Off Accounting Effect (Assets' Unwinding)"). This effect comprises: (i) a bargain purchase gain related to the additional 49% interest acquired in IE Madeira (R$655.2 million); (ii) the fair value remeasurement of the previously held 51% interest in IE Madeira (R$1,211.0 million); and (iii) a gain of R$72.1 million on the disposal of the 51% interest in IE Garanhuns, as shown in the table below:

One-off Accounting Effect (Asset Unwinding)	
(R$ million)	Regulatory
Bargain purchase gain	655.2
Remeasurement of previously held interest (CPC 15 - item 42)	1,211.0
Gain on disposal of Garanhuns	72.1
One-off Accounting Effect (Asset Unwinding)	**1,938.3**

EBITDA and MARGIN

EBITDA (R$ million)	Consolidated					
	3Q26	3Q25	Chg (%)	9M26	9M25	Chg (%)
Net revenue	1,510.7	1,072.3	40.9%	3,980.3	3,232.8	23.1%
Costs and expenses (ex-depreciation)	-211.7	-187.7	12.8%	-606.0	-572.7	5.8%
Other expenses and revenues (ex-amortization)	1,891.2	3.8	N.A.	1,803.9	-58.8	N.A.
EBITDA	**3,190.1**	**888.5**	**259.0%**	**5,178.2**	**2,601.3**	**99.1%**
(-) One-Off Accounting Effect (Assets' Unwinding)	-1,938.3	0.0	N.A.	-1,938.3	0.0	N.A.
EBITDA Pro forma	**1,251.7**	**888.5**	**40.9%**	**3,239.8**	**2,601.3**	**24.5%**

In addition to the recognition of the One-Off Accounting Effect (Assets' Unwinding), the variation was mainly explained by:

- ▲ Full consolidation of IE Madeira's operations as of August 2026;
- ▲ Start of operations of greenfield projects and large-scale Retrofitting and Improvements projects over the last 12 months;
- ▲ Tariff adjustment for the 2026/2027 cycle;
- ▲ Improvement in the efficiency indicator, with a reduction in the PMSO-to-net-revenue ratio in 9M26 compared to 9M25, reflecting revenue growth above the increase in operating expenses.

EBITDA (R$ million)	Consolidated + Non-consolidated					
	3Q26	3Q25	Chg (%)	9M26	9M25	Chg (%)
Consolidated	**3,190.1**	**888.5**	**259.0%**	**5,178.2**	**2,601.3**	**99.1%**
Non-consolidated	**86.8**	**191.2**	**-54.6%**	**448.5**	**526.7**	**-14.8%**
IE Madeira (51%)[1]	22.8	101.7	-77.6%	191.6	256.8	-25.4%
IE Garanhuns (51%)[1]	4.9	14.0	-65.0%	40.1	46.5	-13.7%
IE Aimorés (50%)	12.5	12.9	-3.2%	38.0	36.7	3.6%
IE Paraguaçu (50%)	19.9	19.5	2.2%	57.8	54.6	5.8%
IE Ivaí (50%)	26.8	43.1	-38.0%	121.0	132.1	-8.4%
Total	**3,276.9**	**1,079.7**	**203.5%**	**5,626.7**	**3,128.0**	**79.9%**

EBITDA from ISA ENERGIA BRASIL's interest in jointly controlled companies totaled R$86.8 million in 3Q26, a decrease of R$104.6 million (-54.6%) compared to 3Q25. In 9M26, EBITDA from ISA ENERGIA BRASIL's interest in jointly controlled companies totaled R$448.5 million, down 14.8% compared to 9M25.

In August, following the completion of the unwinding of equity interests, IE Madeira began to be fully consolidated into the Company's results, while IE Garanhuns ceased to be part of the Company's assets. Therefore, equity income from IE Madeira and IE Garanhuns in 3Q26 refers exclusively to July 2026.

Total EBITDA, considering ISA ENERGIA BRASIL's consolidated results and its interest in jointly controlled companies, was R$3,276.9 million in 3Q26 (+203.5% vs. 3Q25). Further details are available in the "Equity Income" section of this document (click here).

[1] Equity income from IE Madeira and IE Garanhuns includes results recognized through July 2026, due to the completion of the unwinding of the equity interests on July 31, 2026.

Financial Result

Financial Result (R$ million)	Consolidated					
	3Q26	3Q25	Chg (%)	9M26	9M25	Chg (%)
Financial Income	**107.9**	**115.4**	**-6.5%**	**282.4**	**332.3**	**-15.0%**
Financial investment income	92.5	90.0	2.7%	212.8	243.4	-12.6%
Other financial income	15.4	25.4	-39.3%	69.6	88.9	-21.7%
Financial Expenses	**-456.0**	**-408.6**	**11.6%**	**-1,752.3**	**-1,328.5**	**31.9%**
Interest and charges on loans	-428.5	-336.7	27.2%	-1,207.4	-936.4	28.9%
Monetary variation	8.5	-54.6	-115.6%	-436.8	-337.7	29.4%
Other financial expenses	-36.1	-17.3	108.8%	-108.1	-54.4	98.6%
Total	**-348.1**	**-293.1**	**18.7%**	**-1,469.9**	**-996.3**	**47.5%**

The Company recorded net financial expenses of R$348.1 million in 3Q26, an increase of R$55.0 million (+18.7%) compared to 3Q25:

- ▲ **Interest and charges on loans:** reflected the higher average debt balance, driven by (i) the 20th, 22nd and 23rd debenture issuances, totaling R$4.5 billion, to finance the Company's growth; and (ii) the consolidation of IE Madeira's financial expenses. These effects were partially offset by the lower CDI rate during the period (3.38% in 3Q26 vs. 3.65% in 3Q25) and an approximately 80-basis-point reduction in the average spread on the institutional debenture issuances included in the liability-management transaction carried out through the 21st debenture issuance in 1Q26;
- ▼ **Monetary variation:** the decrease mainly reflected (i) the lower IPCA variation (-0.09% in 3Q26 vs. 0.39% in 3Q25), partially offset by (ii) a R$3.0 billion increase in gross debt indexed to IPCA compared to 3Q25. For accounting purposes, 3Q results reflect inflation from June through August.
- ▲ **Other financial expenses:** the increase in derivative-related financial expenses in 3Q26 compared to 3Q25 mainly reflected the mark-to-market adjustment of a swap in which the Company holds a long IPCA position and a short CDI position. The upward shift in the forward CDI curve increased the present value of the short position, negatively affecting the derivative's fair value and resulting in higher financial expenses in the quarter (-R$20.5 million);

Net financial expenses increased by 47.5% in 9M26, or R$473.6 million, compared to R$996.3 million in 9M25.

Equity Income

Equity Income (R$ million)	Consolidated					
	3Q26	3Q25	Chg (%)	9M26	9M25	Chg (%)
IE Madeira (51%)[1]	**10.0**	**61.8**	**-83.9%**	**107.2**	**144.5**	**-25.8%**
IE Garanhuns (51%)[1]	**3.4**	**9.3**	**-63.3%**	**29.6**	**33.2**	**-10.8%**
AIE (50%)	**20.8**	**29.2**	**-29.0%**	**60.3**	**89.2**	**-32.4%**
IE Aimorés	5.8	7.1	-18.5%	18.6	26.5	-29.9%
IE Paraguaçu	8.3	9.0	-8.2%	25.9	38.4	-32.5%
IE Ivaí	6.7	13.1	-48.9%	15.8	24.3	-35.0%
Total	**34.2**	**100.4**	**-66.0%**	**197.2**	**267.0**	**-26.1%**

Equity income totaled R$34.2 million in 3Q26, a reduction of R$66.2 million (-66.0%) compared to 3Q25, mainly due to the effects of the unwinding of the equity interests with AXIA Energia. In 9M26, equity income totaled R$197.2 million, down 26.1% compared to 9M25. The other variations are detailed below:

Aliança Interligação Elétrica ("AIE")

Comprising three projects in partnership with TAESA (Aimorés, Paraguaçu and Ivaí) AIE recorded a decrease of R$8.5 million in 3Q26 (-29.0% vs. 3Q25), mainly explained by:

- **IE Aimorés and IE Paraguaçu:** higher financial expenses on debentures, as the debt proceeds were disbursed at the end of 2Q25, partially offset by the IPCA adjustment for the tariff cycle.
- **IE Ivaí:** lower operating results, mainly due to the recognition of a provision related to the Variable Portion for Delayed Commercial Operation ("PVA") associated with the project's startup in 2022, following ANEEL's denial of the administrative appeal. This effect was partially offset by: (i) lower monetary adjustment on debt due to the lower IPCA[2] in 3Q26; and (ii) the IPCA adjustment for the 2026/2027 tariff cycle.

Click here to view the condensed income statement of the jointly controlled companies.

[1] Equity income from IE Madeira and IE Garanhuns includes results recognized through July 2026, due to the completion of the unwinding of the equity interests on July 31, 2026. | [2] IPCA: -0.09% in 3Q26 vs. +0.39% in 3Q25

IRPJ and CSLL

IRPJ|CSLL	Consolidated					
(R$ million)	3Q26	3Q25	Chg (%)	9M26	9M25	Chg (%)
Current	27.4	38.6	-29.1%	-108.1	-45.0	140.1%
Deferred	-739.9	1.2	n.a	-685.7	-46.1	1388.3%
Total	**-712.5**	**39.9**	**n.a**	**-793.8**	**-91.1**	**771.4%**
Effective rate	27.1%	-7.5%	35 p.p	24.3%	7.1%	17.2 p.p

The Company recorded an Income Tax and Social Contribution on Net Income ("IR/CSLL") expense of R$712.5 million in 3Q26, compared to income of R$39.9 million in 3Q25. In 3Q25, the distribution of R$444.7 million in Interest on Equity ("IoE") reduced the IR/CSLL tax base. In 3Q26, although the distribution of R$398.7 million in IoE also generated a tax benefit, this effect was more than offset by the R$659.0 million negative deferred tax impact arising from the One-Off Accounting Effect related to the unwinding of the equity interests, as shown in the table below:

IRPJ/CSLL	
(R$ million)	Regulatory
One-off accounting effect (Asset unwinding)	**1,938.3**
IR/CSLL current – IE Garanhuns	-24.5
IR/CSLL deferred – IE Madeira (CPC 32)	-634.5
IR/CSLL without/One-off accounting effect	**-659.0**
Total	**1,279.3**

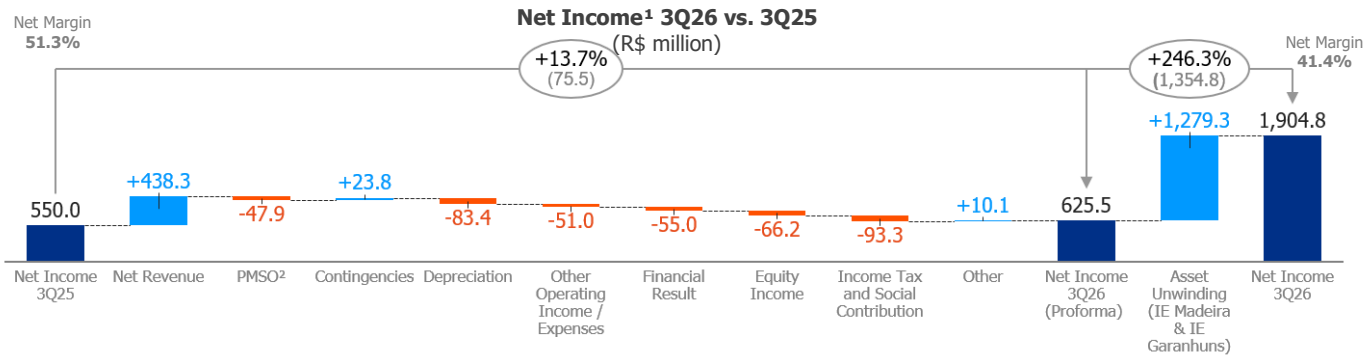
In 9M26, current and deferred IR/CSLL expenses totaled R$793.8 million, compared to R$91.1 million in 9M25.

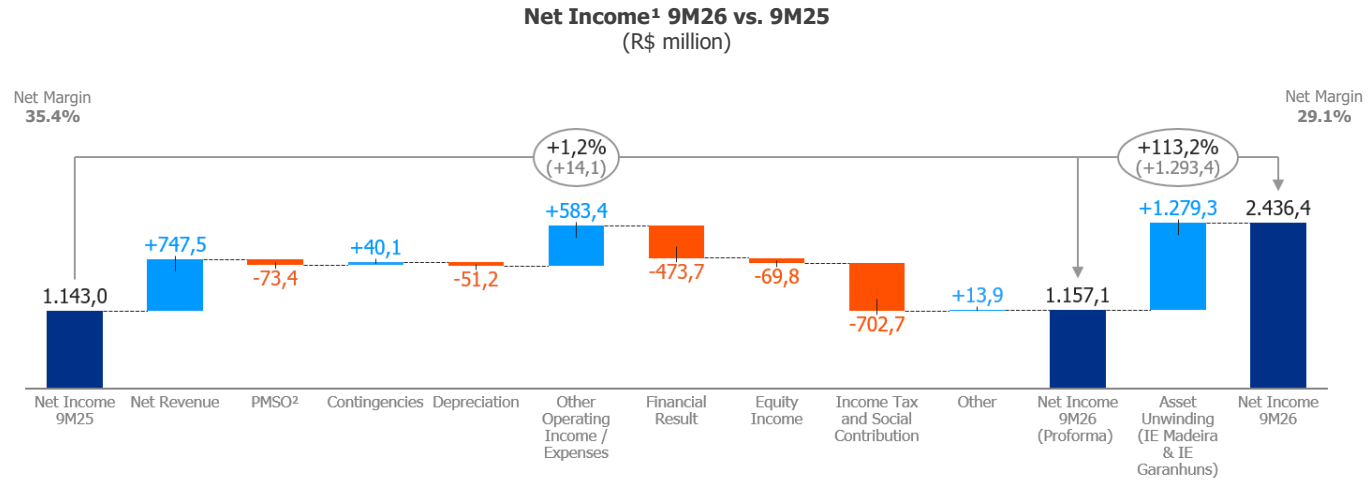
Net Income[1]

As a result of the factors explained above, net income for the quarter totaled R$1,904.8 million, an increase of R$1,354.8 million (+246.3%) compared to 3Q25. In 9M26, net income totaled R$2,436.4 million.

Excluding the One-Off Accounting Effect (Assets Unwinding) net of IR/CSLL, net income totaled R$625.5 million in 3Q26, an increase of R$75.5 million compared to 3Q25. In 9M26, net income excluding this effect totaled R$1,157.1 million, up 1.2% compared to 9M25.

As this is a non-cash accounting effect, the One-Off Accounting Effect (Assets Unwinding) will be excluded from regulatory net income, which is used as a reference for the Company's earnings distribution practices.





[1] adjusted by non-controlling interest | [2] Personnel, Material, Services and Others.

Comparison of Results (Regulatory vs. IFRS)

In 3Q26, the Company recorded net income of R$913.8 million under IFRS accounting, an increase of R$129.2 million (+16.4%) compared to 3Q25. The detailed IFRS income statement is available in Appendix IX of this document.

Income Statement (IFRS) (R$ million)	Consolidated					
	3Q26	3Q25	Chg (%)	9M26	9M25	Chg (%)
Net Operating Revenue	2,333.7	2,559.0	-8.8%	7,442.0	6,403.9	16.2%
Costs of Infrastructure Implementation Services, operation and maintenance and services provided	-1,272.6	-1,340.5	-5.1%	-3,839.1	-3,831.3	0.2%
Gross Profit	1,061.1	1,218.4	-12.9%	3,602.8	2,572.6	40.0%
Operational Revenue and Expenses	325.3	61.2	431.3%	496.4	380.8	30.4%
Earnings before financial income and expenses and taxes on earnings	1,386.4	1,279.7	8.3%	4,099.3	2,953.5	38.8%
Financial Income	-348.4	-293.3	18.8%	-1,470.7	-996.8	47.5%
Earnings Before Taxes	1,038.0	986.4	5.2%	2,628.6	1,956.7	34.3%
Income tax and Social Contribution on Earnings	-116.3	-183.6	-36.7%	-384.4	-196.9	95.2%
Consolidated Profit/Loss	921.7	802.8	14.8%	2,244.2	1,759.8	27.5%
Non-Controlling Shareholder's Stake	-7.8	-18.0	-56.4%	-32.7	-46.5	-29.8%
Consolidated Profit/Loss for the Period	**913.8**	**784.8**	**16.4%**	**2,211.5**	**1,713.2**	**29.1%**

Revenue - IFRS 15: As per IFRS, revenues from investments made during the concession period are booked with margin from construction of infrastructure and after determining the discount rate for assets under the contract. In addition, there is revenue from remuneration of assets under contract, which is the recomposition of the amount receivable from the discount rate over time. As per regulatory rules, revenue reflects the AAR recognized as billed during the concession period.

Costs of investments: As per IFRS, infrastructure implementation costs refer to investments made during the construction period, calculated based on investments in Capex acquisitions (equipment, services and internal and external labor). As per regulatory rules, investments are treated as fixed assets.

Depreciation: Pursuant to IFRS, there is no depreciation of concession assets since these are not considered fixed assets, but rather a financial asset or asset under contract. As per IFRS, fixed assets largely relate to assets used by the Company and are not linked to the concession agreement. For Regulatory purposes, the concession assets are deemed fixed assets and depreciated on a straight-line basis over their useful life.

Equity Income: The main effects of equity income reflect the explanations of revenue, costs and depreciation for the wholly owned subsidiaries.

Income Tax/Social Contribution: As per IFRS, Income Tax/Social Contribution is provisioned monthly on an accrual basis and calculated pursuant to Law 12,973/14, such that the amounts taxed consider the realization of cash. The Company adopts the taxable income method and uses a monthly estimate.

Business combinations and disposal of investments: In the asset unwinding transaction, the accounting effects differ between IFRS and regulatory accounting due to the carrying amounts of the investments under each accounting framework. For the acquisition of a 49% interest in IE Madeira, the accounting treatment considers the fair value of the company's equity, based on an appraisal report. Under regulatory accounting, the investment's carrying amount was lower than its fair value, resulting in the recognition of a gain, whereas under IFRS, the carrying amount exceeded its fair value, resulting in the recognition of a loss.

On the disposal of Garanhuns, the consideration received of R$462 million was lower than the investment's carrying amount under IFRS, resulting in a loss of R$187 million. Under regulatory accounting, in turn, the investment's carrying amount was lower than the consideration received, resulting in a gain of R$72 million.

Following is the calculation of EBITDA as per IFRS pursuant to CVM Resolution 156/22:

(R$ million)	Consolidated					
	3Q26	3Q25	Var (%)	9M26	9M25	Var (%)
(=) Net Profit IFRS	**913.8**	**784.8**	**16.4%**	**2,211.5**	**1,713.2**	**29.1%**
(+) Non-controlling shareholder particp.	7.8	18.0	-56.4%	32.7	46.5	-29.8%
(+) IRPJ/CSLL	116.3	183.6	-36.7%	384.4	196.9	95.2%
(-) Equity Income	-59.9	-109.5	-45.3%	-359.1	-403.7	-11.0%
(+) Financial Result	348.4	293.3	18.8%	1,470.7	996.8	47.5%
(+) Depreciation/Amortization	14.9	8.7	71.5%	33.1	25.6	29.0%
(=) EBITDA IFRS	**1,341.5**	**1,178.9**	**13.8%**	**3,773.2**	**2,575.4**	**46.5%**
(+) Equity Income	59.9	109.5	-45.3%	359.1	403.7	-11.0%
(=) EBITDA IFRS CVM 156/2022	**1,401.3**	**1,288.4**	**8.8%**	**4,132.4**	**2,979.1**	**38.7%**

Following is the calculation of EBITDA as per Regulatory accounting based on EBITDA CVM 156/22:

(R$ million)	Consolidated					
	3Q26	3Q25	Chg (%)	9M26	9M25	Chg (%)
EBITDA IFRS (CVM 156/22)	**1,401.3**	**1,288.4**	**8.8%**	**4,132.4**	**2,979.1**	**38.7%**
(-) Infrastructure implementation revenue	-1,408.0	-1,516.8	-7.2%	-4,257.5	-4,228.9	0.7%
(-) Concession assets remuneration	-726.6	-1,060.8	-31.5%	-2,807.6	-2,003.4	40.1%
(-) Efficiency gains in infrastructure implementation	-20.8	0.1	n.a	-69.4	10.7	n.a
(-) O&M Revenue	-464.0	-294.2	57.7%	-1,170.1	-945.7	23.7%
(+) Electric network use revenue	1,710.6	1,239.4	38.0%	4,503.7	3,684.8	22.2%
(+) Other Revenue	0.4	1.1	-59.7%	2.9	5.6	-47.6%
(+) Deferred PIS and COFINS	85.4	144.7	-41.0%	336.3	305.9	10.0%
(+) Infrastructure implementation cost	1,103.9	1,194.7	-7.6%	3,376.5	3,404.8	-0.8%
(-) O&M Cost	10.6	6.2	70.5%	16.9	18.3	-7.7%
(-) General and Administrative expenses	-1.2	-0.9	31.9%	8.1	6.8	18.5%
(-) Equity Income	-25.7	-9.2	180.8%	-161.9	-136.7	18.4%
(-) Other operational revenues (expenses)	1,607.4	-10.5	n.a	1,514.1	-73.5	n.a
REGULATORY EBITDA (CVM 156/22)	**3,224.2**	**988.9**	**226.1%**	**5,375.4**	**2,868.3**	**87.4%**
Equity Income	-34.2	-100.4	-66.0%	-197.2	-267.0	-26.1%
REGULATORY EBITDA	**3,190.1**	**888.5**	**259.0%**	**5,178.2**	**2,601.3**	**99.1%**

INDEBTEDNESS

DEBT R$ (million)	09/30/26	12/31/25	Chg (%)
Gross Debt[3]	**19,805.4**	**16,007.3**	**23.7%**
Short-term Debt	647.7	604.8	7.1%
Long-term Debt	19,157.7	15,402.6	24.4%
Consolidated Availabilities	**2,968.1**	**2,165.0**	**37.1%**
ISA ENERGIA BRASIL and Subsidiaries	2,787.1	1,879.4	48.3%
Jointly-controlled subsidiaries[1]	181.0	285.5	-36.6%
Consolidated Net Debt[2]	**17,018.3**	**14,127.9**	**20.5%**

[1] A part of the Company's funds is invested in exclusive investment funds, which are also used separately by the wholly owned subsidiaries and jointly controlled subsidiaries (IE Aimorés, IE Paraguaçu and IE Ivaí) and refer to shares in highly liquid investment funds that are easily convertible into cash, regardless of the maturity of the assets allocated to them. | [2] Net debt considers cash and cash equivalents of ISA ENERGIA BRASIL and wholly owned subsidiaries. | [3] Considers leasing operations, according to the electricity sector accounting manual ("MCSE") in force since January 2022, which considers the adoption of CPC 6 by ANEEL.

The Company's gross debt reached R$19,805.4 million at the end of 3Q26, an increase of R$3,798.0 million (+23.7%) compared to the balance at the end of 4Q25. The Company also ended 3Q26 with total cash and cash equivalents of R$2,968.1 million (+37.1% vs. December 31, 2025).

The Company completed the following debt issuances in 9M26:

- 21st debenture issuance (R$3.9 billion): proceeds fully used for the optional acquisition of the 9th, 13th, 15th (first, second and third series) and 16th debenture issuances as part of a liability-management transaction;
- 22nd debenture issuance (R$1.0 billion): incentivized green issuance comprising two series, maturing in 2041 and bearing interest at IPCA plus 6.46% per year;
- 23rd debenture issuance (R$1.5 billion): conventional single-series issuance, maturing in 2030 and bearing interest at CDI plus 0.42% per year;
- 24th debenture issuance (R$1.0 billion): single-tranche issuance maturing in 2030, at a cost of CDI + 0.42% p.a. It is worth noting that, as provided for in the offering indenture, the settlement period extends through February 2027. As of the date hereof, the proceeds have not yet been disbursed and, therefore, are not included in the Company's indebtedness.

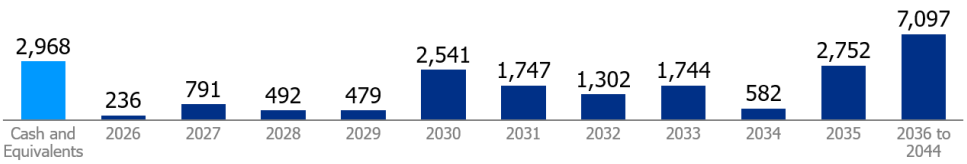
The liability-management transaction carried out through the 21st debenture issuance in 1Q26, combined with the reductions in the annualized CDI rate (-125 bps vs. 2025) and the IPCA accumulated over the last 12 months (-24 bps vs. 2025), contributed to reducing the Company's average nominal cost of debt, which stood at 11.80% p.a. as of September 30, 2026 (vs. 12.36% p.a. as of December 31, 2025). Considering the IPCA accumulated over the last 12 months, the average real cost* of debt stood at 7.27% as of September 30, 2026, a reduction of 29 bps compared to 7.56% as of December 31, 2025.

The average term of consolidated debt was 8.0 years as of September 30, 2026 (vs. 8.2 years as of December 31, 2025), a profile consistent with the nature of the business, which combines low risk with high revenue predictability and operating cash flow generation. These characteristics were highlighted by Fitch when it reaffirmed the Company's local-scale corporate rating of "AAA," with a stable outlook, in July 2026.

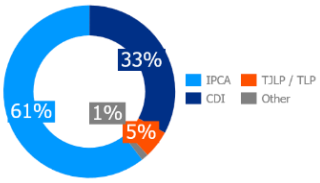
Excluding cash and cash equivalents held by jointly controlled companies, the Company's net debt reached R$17,018.3 million as of September 30, 2026, an increase of R$2,890.4 million (+20.5% vs. December 31, 2025). The increase in gross debt was mainly due to: (i) R$2.5 billion raised through the 22nd and 23rd debenture issuances; (ii) the consolidation of IE Madeira debt (R$0.6 billion); and (iii) monetary adjustment on debt. The increase in net debt was partially offset by the R$1.2 billion raised through the primary public offering of shares (follow-on), of which R$600 million was allocated to the cash adjustment paid to AXIA upon completion of the transaction to unwind the equity interests. The remaining R$600 million will be allocated to investments in Retrofitting and Improvements.

It is worth noting that only the financing agreements with BNDES (R$649.9 million as of September 30, 2026) have financial covenants. These covenants are measured annually based on the Net Debt/EBITDA ratio recorded as of December 31 and are subject to a limit of 3.0x. The managerial leverage ratio, calculated in accordance with the BNDES methodology, was 3.50x as of September 30, 2026, compared to 3.63x as of December 31, 2025. Further details on leverage are available in Annex VII of this document, while additional information on the Company's indebtedness is available on its website (click here).

Gross debt amortization schedule
(R$ million)



Debt Indexation
09/30/2026



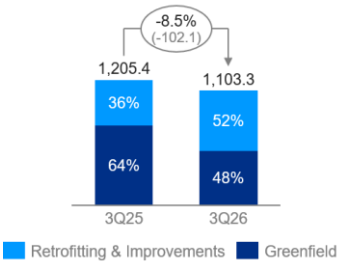
(*) Ratio between (i) the average nominal cost; and (ii) the IPCA accumulated over the last 12 months.
[1] CDI: 3.65% in 3Q25 and 3.38% in 3Q26.

INVESTMENTS

Investments by ISA ENERGIA BRASIL, its subsidiaries and jointly controlled companies totaled R$1,103.3 million in 3Q26, a decrease of R$102.1 million (-8.5%) compared to 3Q25, mainly reflecting the lower number of greenfield projects under construction following the energization of the Riacho Grande, Jacarandá and Piraquê projects, completed between October 2025 and June 2026.

On the other hand, the Company increased investments in Retrofitting and Improvements ("R&I"), which totaled R$578.5 million in 3Q26, up 32.1% compared to the same period of 2025.

Investment in projects
(R$ million, in nominal terms)

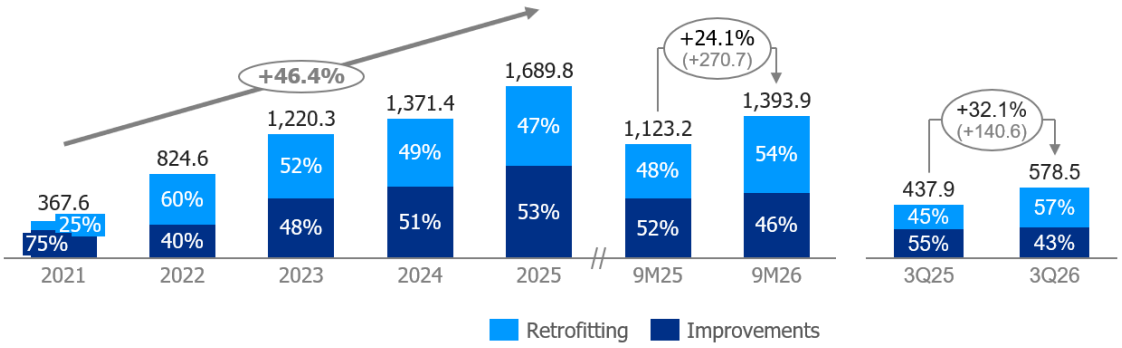


Investments in Retrofitting and Improvements Projects ("R&I")

Of the R$578.5 million invested by the Company in 3Q26, approximately 57% was allocated to Retrofitting projects and 43% to Improvement projects.

Investments in R&I totaled R$1,393.9 million in 9M26, up 24.1% compared to the same period of 2025, reflecting the Company's continued investments in asset modernization and transmission-system reliability. Of this amount, approximately 60% was allocated to large-scale projects and 40% to small-scale projects. In addition to improving service quality, asset renewal supports operating-efficiency gains and the optimization of Operations and Maintenance ("O&M") costs.

Investments in R&I
(R$ million, in nominal terms)

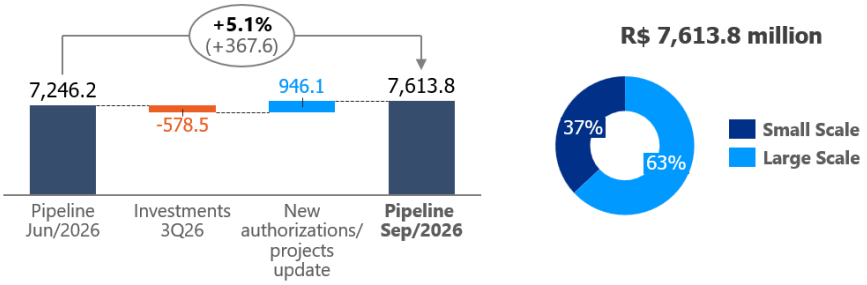


Regarding project energization, approximately R$947 million in investments started operations in the first nine months of 2026, of which 16% related to large-scale projects and 84% to small-scale projects.

For small-scale projects, revenue is enabled in the Periodic Tariff Review ("PTR") following energization, with retroactive effects to the respective commercial operation date. For large-scale projects, revenue is previously established through an Authorizing Resolution ("ReA") and begins to be received upon the start of commercial operations.

Regarding investment planning, at the end of 3Q26, the Company's authorized project portfolio totaled R$7.6 billion, 5.1% higher than at the end of 2Q26, due to: (i) new authorizations granted by ANEEL; (ii) updates to project costs; and (iii) monetary adjustment by IPCA. These effects were partially offset by investments made during the quarter.

Investment authorized for R&I projects
(R$ million, real terms as of Sep/2026)



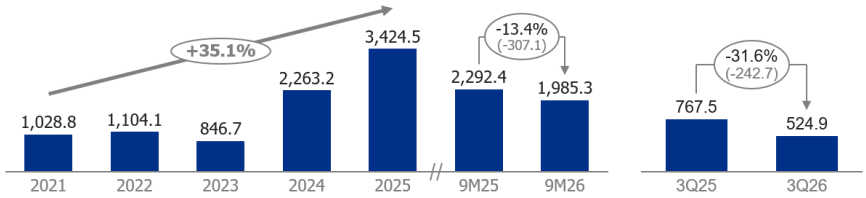
Investments in Greenfield Projects

The Company invested R$524.9 million in auctioned projects in 3Q26, down 31.6% compared to 3Q25, reflecting fewer greenfield projects under construction. Following the commissioning of the Jacarandá project and block 3 of the Piraquê project in April and June 2026, respectively, the Company continues to plan and execute the Serra Dourada and Itatiaia projects, which have combined AAR of R$596.9 million for the 2026/2027 tariff cycle and approximately R$4.1 billion in remaining CAPEX.

Of the total amount invested during the quarter, R$466.4 million was allocated to the Serra Dourada project, which reached 64% physical progress (+15 p.p. vs. 2Q26), and R$54.0 million to the Itatiaia project, which reached 35% (+2 p.p. vs. 2Q26).

Accordingly, investments in greenfield projects totaled R$1,985.3 million in 9M26, a decrease of R$307.1 million (-13.4%) compared to 9M25.

Investments in Greenfield Projects
(R$ million, in nominal terms)



The table below presents information on the projects under construction:

Auction	Project	Current Status	Contract	Company	State	AAR ISA ENERGIA BRASIL Cycle 26/27 (R$ million)	Start of Construction	ANEEL Deadline	Physical Progress	Total CapEx - ISA ENERGIA BRASIL Participation (R$ million, in real terms, as of Sep/26)	
										Total ANEEL	Actual ISA ENERGIA BRASIL
001/2023 (jun/2023)	Serra Dourada (Lot 1)	Under construction	006/2023	ISA ENERGIA BRASIL	BA/MG	337.0	3Q25	Mar-29	64%	3,752.6	2,309.9
	Itatiaia (Lot 7)	Environmental Licensing	012/2023	ISA ENERGIA BRASIL	RJ/MG	259.9	-	Mar-29	35%	2,734.8	603.4
Total (2)						**596.9**				**6,487.4**	**2,913.3**

[1]Project Development: evolution of all activities related to the project until its energization.

For more information about Greenfield projects, visit our website.

CAPITAL MARKETS

Ownership Breakdown

Controlled by ISA, a multilatina operating in the electric power, toll-road and telecommunications sectors, the Company had 66.5% of its outstanding shares in free float as of September 30, 2026.

Shareholders	ISAE3 (common)		ISAE4 (preferred)		Total (common + preferred)	
	Shares	%	Shares	%	Shares	%
ISA Capital do Brasil S.A	230,856,832	96.93%	5,144,528	1.11%	236,001,360	33.55%
Management	-	-	-	-	-	-
Free Float	7,313,172	3.07%	460,013,216	98.89%	467,326,388	66.45%
AXIA Energia	5,340,330	2.24%	130,937,325	28.15%	136,277,655	19.38%
Others	1,972,842	0.83%	329,075,891	70.75%	331,048,733	47.07%
Total	**238,170,004**	**100.00%**	**465,157,744**	**100.00%**	**703,327,748**	**100.00%**

Data base: 09/30/2026.

Stock Performance

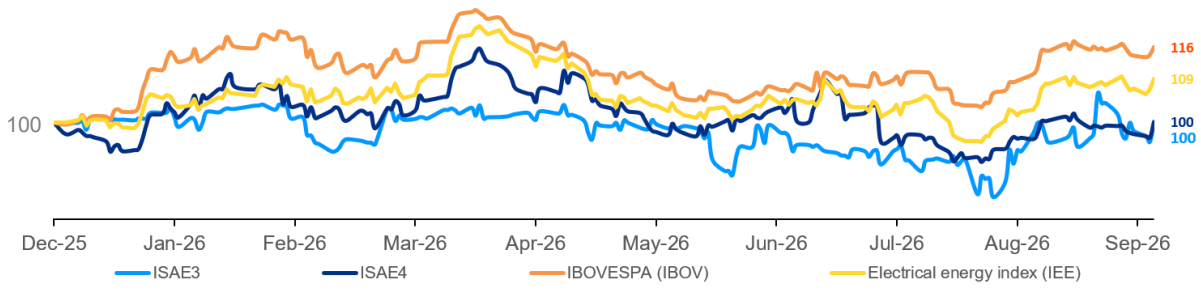
ISA ENERGIA BRASIL's common ("ISAE3") and preferred ("ISAE4") shares closed 3Q26 at R$34.08 (+2.3% vs. the 2Q26 closing price) and R$27.59 (-1.8%), respectively. During the same period, the Electric Energy Index ("IEE") and the Ibovespa ("IBOV") rose 4.3% and 8.3%, respectively. The Company ended 3Q26 with a market capitalization of R$21.0 billion, while ISAE4's average daily trading volume ("ADTV"[2]) totaled R$104.2 million in the quarter (+27.6% vs. 2Q26).

Capital markets	3Q26	3Q25	2Q26	9M26	9M25
Number of shares	**703,327,748**	**658,882,604**	**658,882,604**	**703,327,748**	**658,882,604**
Market Capitalization[1] (R$ billion)	21.0	18.0	20.3	21.0	18.0
ISAE3					
Average volume/day (thousand shares)	3.3	2.2	2.9	3.2	2.9
ADTV[2] (1,000 R$)	104	69	99	107	91
Average price (R$)	32.22	30.79	33.78	33.33	31.28
Closing price (R$)	34.08	31.32	33.30	34.08	31.32
ISAE4					
Average volume/day (thousand shares)	3,834	1,855	2,794	3,032	2,238
ADTV[2] (1,000 R$)	104,194	42,450	81,681	85,329	51,709
Average price (R$)	27.20	22.76	28.76	28.01	23.02
Closing price (R$)	27.59	24.67	28.11	27.59	24.67

[1] Calculated based on the closing share price for the period. | [2] Average Daily Trading Volume ("ADTV")

As of September 30, 2026, the Company was included in 21 indices, notably the Ibovespa, the Electric Power Index ("IEE"), the Corporate Governance Index ("IGC"), the Dividend Index ("IDIV"), and the Corporate Sustainability Index ("ISE"). In 3Q26, ISAE4 shares were also added to the MSCI universe as a Small Cap constituent of the MSCI Emerging Markets Small Cap, MSCI Emerging Markets IMI, and MSCI ACWI IMI indices, expanding the Company's presence in global benchmarks and its potential investor universe across passive, quantitative, and active emerging markets strategies.

Evolution ISAE3 x ISAE4 x Ibovespa x IEE – 2026
(base 100)



IBOVESPA B3 IBRA B3 IDIV B3 IEE B3 IGC B3 IGCT B3 MLCX B3 UTIL B3 IBRX100 B3 ICO2 B3 IBSD B3
IDIVERSA B3 ISE B3 IBBR B3 IBEP B3 IBEW B3 IBLV B3 IBBE B3 IBBC B3

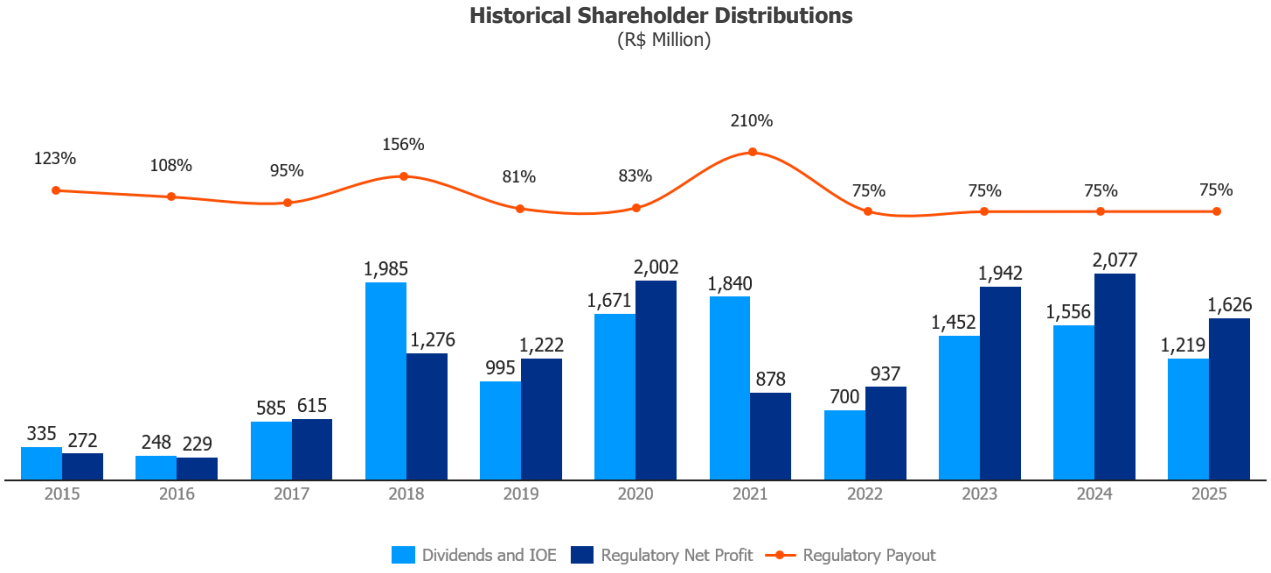
Shareholder Distributions

Statutory provision: The Company's Bylaws provide for the distribution of a minimum dividend corresponding to the greater of R$359 million and 25% of net income for the year under IFRS.

Shareholder distribution practice: SA ENERGIA BRASIL adopts the practice of distributing at least 75% of regulatory net income (used as a proxy for cash generation), subject to approval at the Shareholders' Meeting, with the possibility of paying interim dividends, while always ensuring that shareholder distributions are equal to or greater than the mandatory minimum dividend. The calculation basis for 2026 distributions will be pro forma regulatory net income, which excludes the One-Off Accounting Effect (Assets' Unwinding) interests and totaled R$625.5 million in 3Q26 and R$1,157.1 million in 9M26.

On September 29, 2026, the Board of Directors approved the distribution of Interest on Equity ("IoE") related to the results for the first half of 2026, in the total amount of R$398.7 million, corresponding to R$0.566877 per share of both classes. The distribution of IoE, net of withholding income tax, was divided into three payments, each with its respective record date and ex-rights date.

Earning Type	Deliberation Date	Distribution Base	Date			Total[1] (R$ million)	R$ / share
			Record	Ex-right	Payment		
Interest on Equity ("IOE")	29-Sep-26	Result of the fiscal year 2026	8-Oct-26	9-Oct-26	7-Dec-26	132.9	0.188959
			9-Nov-26	10-Nov-26	7-Dec-26	132.9	0.188959
			25-Nov-26	26-Nov-26	7-Dec-26	132.9	0.188959
						398.7	**0.566877**



SUSTAINABILITY

The data and indicators presented refer to ISA ENERGIA BRASIL and its wholly owned subsidiaries, unless otherwise indicated in a footnote. The management of this information is overseen and reviewed by the Board of Directors, through the Environmental, Social and Corporate Governance Committee ("ESG"). Learn more about the sustainability commitments on the Company's website.

Highlights of the Period

RECOGNIZED AMONG BRAZIL'S BEST COMPANIES

ISA ENERGIA BRASIL's inclusion in Exame magazine's Melhores & Maiores ranking reinforces its prominent position in one of Brazil's most established corporate assessments. The ranking combines financial and operating indicators with governance and management criteria, reflecting the strength of the business and the consistency of its results. This performance demonstrates the Company's ability to combine sustainable growth, operating efficiency and value creation for stakeholders.

ETHOS RECOGNITION

ISA ENERGIA BRASIL is among the 14 companies most actively engaged with Instituto Ethos and was recognized for its work in ethics, integrity, transparency and corporate sustainability. This distinction demonstrates the maturity of the Company's governance and its responsible approach to conducting business, positively contributing to stakeholder trust, risk management and long-term value creation.

USP DIVERSA: DEVELOPING TALENT FOR THE ELECTRICITY SECTOR

In the third consecutive year of its partnership with USP Diversa, ISA ENERGIA BRASIL increased the number of scholarships for engineering students in socioeconomically vulnerable circumstances from 20 to 25. The support extends beyond financial assistance and includes mentoring, career guidance and professional-development initiatives. The program creates opportunities for new talent, promotes greater diversity in the electricity sector and contributes to the development of professionals prepared for the challenges of energy transition and innovation.

CLIMATE MANAGEMENT AND DECARBONIZATION

For the seventh consecutive year, ISA ENERGIA BRASIL received the Gold Seal from the Brazilian GHG Protocol Program, Brazil's leading recognition for greenhouse-gas emissions management and reporting. In 2025, the Company expanded the monitoring of its value chain and achieved a cumulative 27% reduction in SF_6 emissions over four years. These advances demonstrate the evolution of the Company's climate strategy and support its pathway toward achieving Net Zero by 2050.

2026 TRANSPARENCY AWARD

ISA ENERGIA BRASIL received the 2026 Transparency Award, promoted by ANEFAC, in the category for companies with net revenue between R$5 billion and R$20 billion. The recognition highlights the quality and integrity of the Company's financial statements, considering the level of detail in the explanatory notes, compliance with accounting standards and voluntary disclosure of relevant information, reinforcing its commitment to transparency and corporate governance.

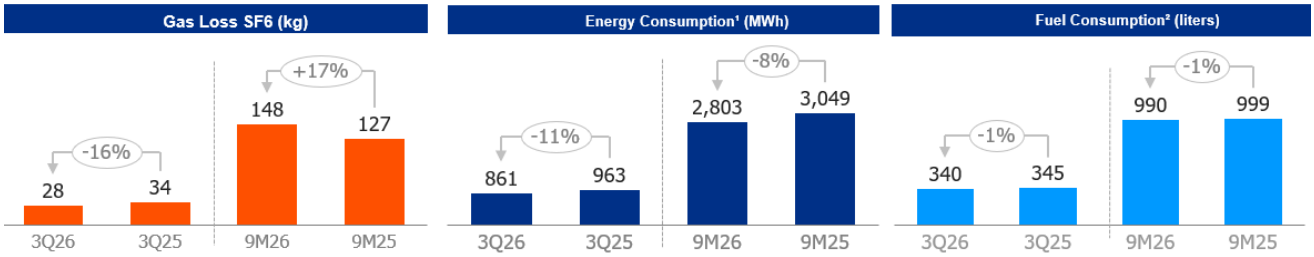
Sustainability KPI's

Performance of CO2 Emission Sources

In 3Q26, ISA ENERGIA BRASIL remained focused on managing its operational emissions and improving asset efficiency. SF_6 leakage decreased by 16% compared to the same period of the previous year, reflecting the effectiveness of monitoring, inspection and maintenance initiatives. Year to date, however, the indicator increased by 17%, mainly due to isolated SF_6 leaks from certain assets in 2Q26, for which corrective and preventive measures were implemented.

The Company also recorded an 11% reduction in electricity consumption during the quarter and an 8% decrease in 9M26, reflecting adjustments to its operational perimeter following the transfer of IE EVRECY, combined with ongoing energy-management efforts. Fuel consumption decreased by 1% both in the quarter and year to date, reflecting initiatives to optimize the vehicle fleet and stationary equipment.

These results reinforce ISA ENERGIA BRASIL's commitment to operating efficiency, mitigating environmental impacts and implementing its decarbonization strategy in line with its net-zero pathway.



[1] considers electricity consumption exclusively from the utility.

Occupational Health and Safety ("OHS")

In 3Q26, ISA ENERGIA BRASIL strengthened its Occupational Health and Safety ("OHS") agenda by expanding the monitoring, oversight and engagement of contractors. During the period, the Company enhanced its mechanisms for identifying and addressing non-compliance, monitoring critical issues and sharing safety best practices, with a focus on preventing incidents and continuously improving operating controls.

The Company also promoted safety awareness and engagement initiatives, strengthening leadership accountability and encouraging safe behaviors throughout the organization.

Category / Employee	3Q26	3Q25	Chg (%)	9M26	9M25	Chg (%)
Accidents with absense						
Employees	0	1	-1.0	1	3	-0.7
Third-parties Employees	10	5	1.0	23	16	0.4
Total	**10**	**6**	**0.7**	**24**	**19**	**0.3**
Accidents without absence						
Employees	2	0	N.A.	2	0	N.A.
Third-parties Employees	2	5	-0.6	4	10	-0.6
Total	**4**	**5**	**-0.2**	**6**	**10**	**-0.4**
Accidents with Death						
Employees	0	0	N.A.	0	0	N.A.
Third-parties Employees	0	1	-1.0	0	1	-1.0
Total	**0**	**1**	**-1.0**	**0**	**1**	**-1.0**
Accidents Frequency Rate						
Employees	2.4	1.2	1.0	1.2	1.3	-0.0
Third-parties Employees	2.3	1.9	0.2	1.6	1.6	-0.0

These initiatives support stronger OHS governance, the mitigation of operating risks and the continued development of a safety culture aligned with the safe and sustainable execution of the Company's activities.

Diversity

ISA ENERGIA BRASIL's Diversity, Equity, Inclusion and Belonging Program maintained its strategic focus in 3Q26 on developing diverse talent, strengthening inclusive leadership and fostering a culture of belonging, fully integrated into the Company's people-management strategy.

Key initiatives during the period included the continued implementation of the Empodera Talentos and Impulsiona Talentos programs, aimed at developing women and accelerating their careers, as well as the Diálogo Inclusivo workshop, which encouraged reflection on unconscious bias and its impact on relationships and decision-making. The Company also conducted awareness initiatives with leaders on the inclusion of people with disabilities, reinforcing its commitment to increasingly accessible, diverse and welcoming workplaces.

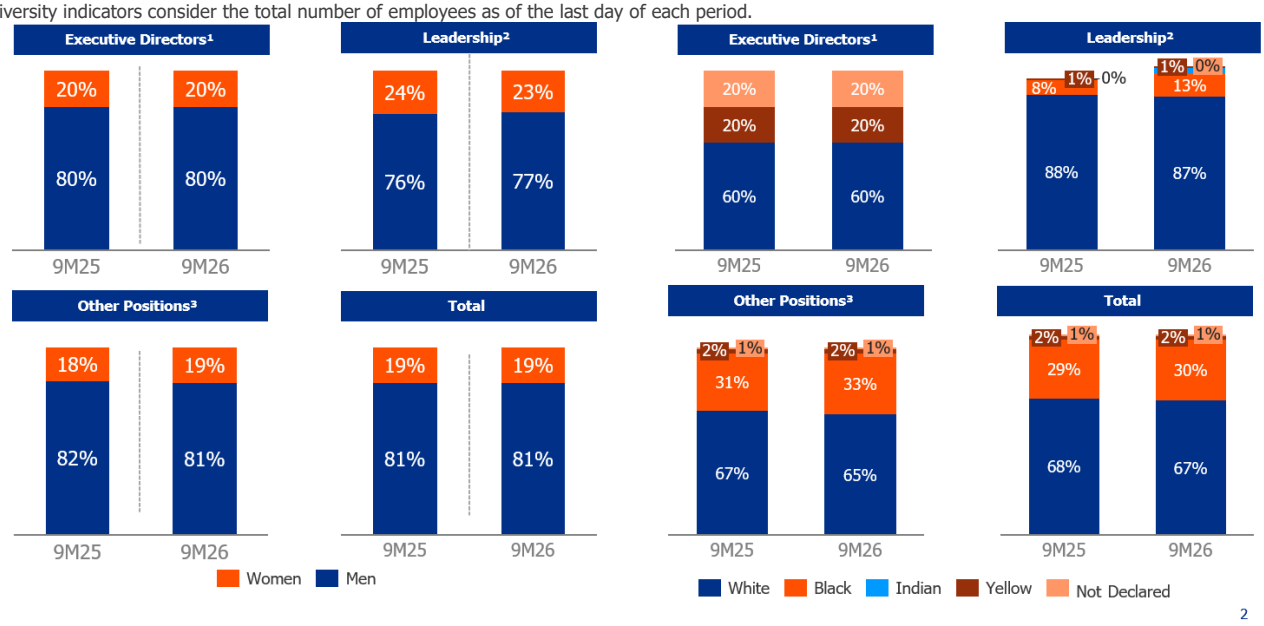
The Affinity Groups continued to support program governance and advance the priority diversity, equity, inclusion and belonging agendas, contributing to employee engagement and a stronger organizational culture.

These initiatives support talent attraction, development and retention, strengthen the employer brand and contribute to sustainable value creation for the business.

Gender (%)

Ethnic Diversity (%)[4]

Diversity indicators consider the total number of employees as of the last day of each period.

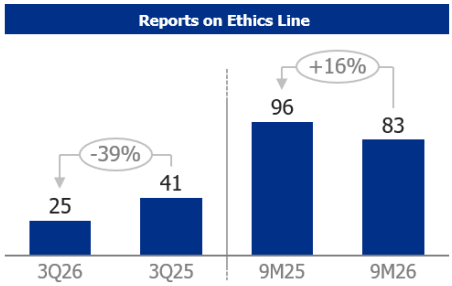


[1] Statutory Officers and the Chief Executive Officer.
[2] Employed Officers, Managers and Coordinators.
[3] Specialists and other positions, except for Board Members, Apprentices and Interns.
[4] Ethnicity/race information is based on the classifications established by IBGE.

Ethical Conduct

In 3Q26, ISA ENERGIA BRASIL recorded 25 reports through the Ethics Line, representing a 39% decrease compared to 3Q25. The website remained the main reporting channel, accounting for 72% of submissions, while 56% of reports were made anonymously, reinforcing trust in the available channels.

Of the reports received, 22 were concluded in the period, most of which were classified as out of scope or not confirmed after investigation and referral to the responsible areas. During the quarter, two cases were confirmed, both related to non-compliance with laws, rules and procedures.



All confirmed occurrences were reviewed by the Ethics Committee, reported to the Audit and Risks Committee and handled in accordance with internal policies, resulting in the adoption of disciplinary measures and preventive actions aimed at strengthening controls and preventing recurrence.

No reports related to corruption, bribery or money laundering were recorded, nor were there any legal proceedings associated with these topics. The results for the period reinforce the importance of continuously promoting an ethical culture, compliance and the proper use of integrity channels as instruments for the prevention, detection and handling of potential misconduct.

[1] Confirmed reports are those analyzed and deemed to be true.

Environmental Compliance

The Company did not record any significant fines for environmental non-compliance during the period. It received notices of violation related to the alleged use of water resources inconsistent with the applicable permit and noise levels exceeding legal limits. The Company filed defenses and requested that the fines be canceled. No non-monetary sanctions were imposed.

[1] Significant fine: sanctions for environmental non-compliance exceeding US$10 thousand.

SUBSEQUENT EVENTS

Disposal of Significant Equity Interest

On October 9, 2026, the Company received correspondence from AXIA Energia S.A. ("AXIA Energia") informing that it now holds a total of 5,340,330 common shares ("ISAE3") and 115,202,535 preferred shares ("ISAE4") issued by ISA ENERGIA BRASIL, as a result of disposals of preferred shares. These amounts represent approximately 2.24% and 24.77% of the total common and preferred shares issued by the Company, respectively, and together correspond to 17.14% of its capital stock.

AXIA Energia stated that it was not a party to any contract or agreement governing the exercise of voting rights over ISA ENERGIA BRASIL's securities. It also stated that its equity interest was held solely for investment purposes, with no intention of changing the Company's controlling shareholders or management structure. Click here to access the full notice to the market.

OTHER RELEVANT INFORMATION

Periodic Tariff Review (PRT) – New Concessions

2026 PTR – New Concessions

In June 2026, Technical Note 2026/90 (click here) was published, revising the AAR of transmission assets whose concessions are subject to a Periodic Tariff Review (PTR) in the tariff cycle beginning in July 2026, including Concession Contract No. 005/2021 (IE Riacho Grande).

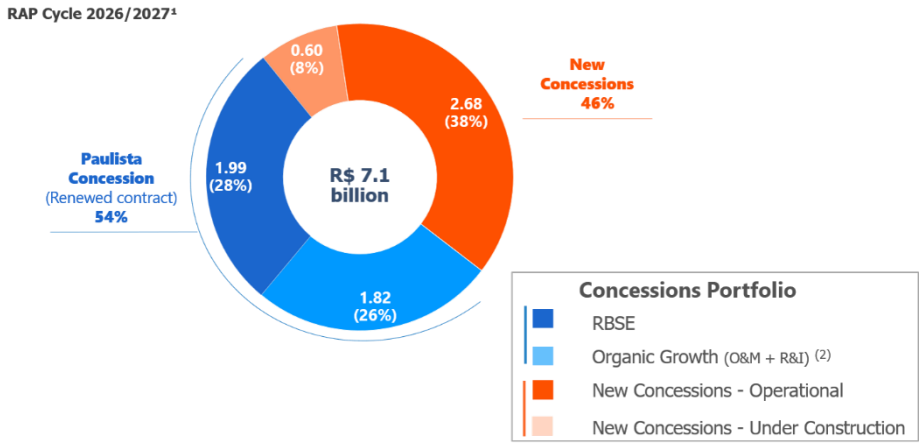
The real economic repositioning index was +5.27%, resulting in a positive impact of R$ 4.9 million in absolute terms. Considering the 4.72% IPCA inflation rate for the period, the nominal repositioning index reached 10.25%.

RTP 2026 New Concessions								
Company	Particip. ISA ENERGIA BRASIL (%)	Contract	AAR (R$ million, ex-PA)			Repositioning Index		Impact on AAR (A x B) (R$ million)
			Current (Jun/25) (A)	Reviewed (jun/26)	Chg (R$)	Nominal	Real (B)	
IE Riacho Grande	100%	005/2021	93.1	102.7	9.5	10.25%	5.27%	4.91
Total			93	103	10	10.25%	5.27%	4.91
Total Particp. ISA ENERGIA BRASIL			93.1	102.7	9.5	10.25%	5.27%	4.91

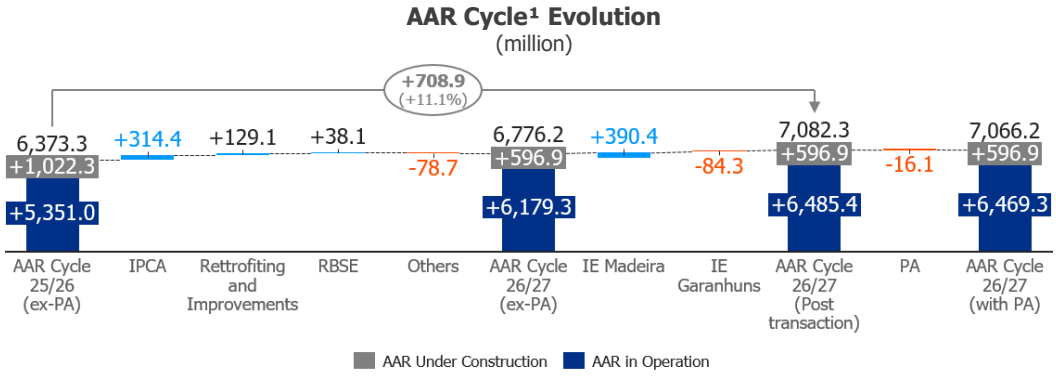
AAR 2026/2027 Cycle

On June 22, 2026, Order No. 2,268 was published (click here), which established the AAR of ISA ENERGIA BRASIL and its subsidiaries and jointly controlled companies for the availability of the transmission facilities that comprise the Basic Grid and Other Transmission Facilities, for the 12-month Tariff Cycle covering the period from July 1, 2026 to June 30, 2027 (2026/2027 cycle). According to the Order, AAR[1] and the amounts corresponding to the PAs of the consolidated companies and jointly controlled companies, net of PIS/COFINS, became R$ 6,773 million, weighted by ISA ENERGIA BRASIL's interest in the jointly controlled companies (base date June 2026). Excluding the amounts corresponding to the PAs, consolidated AAR for the cycle is R$ 6,776 million.

After the asset unwinding concluded on July 31, 2026, AAR for the cycle, excluding PA, totaled R$ 7,082.3 million. Of this amount, 53.7% represents AAR from the renewed Paulista Concession contract, including Retrofitting and Improvements ("R&I"), RBSE and the Operation and Maintenance ("O&M") portion of the contract. In addition, 46.3% of AAR refers to auctioned contracts from transmission auctions or acquisitions carried out by the Company, of which (i) 37.8% relates to projects in operation, i.e., with active AAR; and (ii) 8.4% relates to projects under construction, which will add remuneration to the Company when completed.



¹ AAR cycle 2026/2027 | ² Operation and Maintenance + Retrofitting and Improvements



¹ Based on the values established at the time of publication of the respective AAR Tariff Cycle Homologation Resolutions.

AAR for the 2026/2027 cycle increased by R$ 708.9 million (+11.1%) compared to the previous tariff cycle (2025/2026). The main reasons for this variation are:

- ▲ incorporation of IE Madeira's full AAR (+R$ 390.4 million);
- ▲ AAR inflation adjustment for the 2026/2027 cycle (+R$ 314.4 million);
- ▲ new R&I projects that started operations in the last cycle (+R$ 129.1 million);
- ▼ sale of interest in IE Garanhuns in August 2026 (-R$ 84,3 million).

In addition, the resolution also defined the PA amounts to be offset in the same period to address any financial adjustments. Total PA, considering the consolidated total and the amount proportional to the Company's interest in jointly controlled companies, varied by R$ 16.1 million for the 2026/2027 cycle.

The summary table of AAR for the 2026/2027 cycle is presented below. Amounts are net of PIS and COFINS, including regulatory charges for R&D, TFSEE and RGR, and exclude CDE and PROINFA charges.

Parent Company

Concessionaire	Contract	Project	Index	AAR 25/26 Cycle REH 3.348	Inflation	R&I	RTP	Other[1]	AAR 26/27 Cycle DSP 2268	PA Total	AAR 26/27 Cycle with PA	AAR 25/26 Cycle	Chg % ex-PA
ISA ENERGIA BRASIL	059/2001	O&M	IPCA	835	40	63	0	-16	921	63	984	835	10.4%
		R&M		813	38	60	0	-15	897		897	813	10.2%
		RBSE		1,899	90	0	0	-0	1,989		1,989	1,899	4.7%
	012/2016	PBTE	IPCA	235	11	0	0	0	246	-8	237	235	4.7%
	002/2022	Piraquê	IPCA	343	16	0	0	0	359.3	-4	355	343	4.7%
Total Parent Company				**4,125**	**195**	**123**	**0**	**-31**	**4,412**	**50**	**4,462**	**4,125**	**7%**

Controlled Subsidiaries

Concessionaire (R$ million)	Contract	Project	Index	AAR 25/26 Cycle REH 3.348	Inflation	R&I	RTP	Other[2]	AAR 26/27 Cycle DSP 2268	PA Total	AAR 26/27 Cycle with PA	AAR 25/26 Cycle	Chg % ex-PA
Subsidiaries (100%) in operation				**1,263**	**77**	**6**	**5**	**-1**	**1,723**	**-54**	**1,669**	**1,263**	**36%**
IE Aguapeí	046/2017	Aguapeí	IPCA	83	4	0	0	0	87	-3	84	83	5%
IE Itaúnas	018/2017	Itaúnas	IPCA	72	3	3	0	0	79	2	81	72	10%
IE Itaquerê	027/2017	Itaquerê	IPCA	71	3	0	0	0	74	-2	72	71	5%
IEMG	004/2007	IEMG	IPCA	15	1	0	0	0	16	-1	15	15	5%
	007/2020	Triângulo Mineiro[3]	IPCA	46	2	3	0	0	51	1	52	46	10%
IENNE	001/2008	IENNE	IPCA	71	3	0	0	0	75	-2	73	71	5%
IE Japi	026/2009	Serra do Japi	IPCA	62	3	0	0	0	65	-1	64	62	5%
IE Jaguar 9	015/2008	Getulina	IPCA	77	4	0	0	0	81	-2	79	77	5%
IE Biguaçu	012/2018	Biguaçu	IPCA	56	3	0	0	0	59	-2	57	56	5%
IE Jaguar 6	143/2001	Botucatu-Xavantes	IGP-M	21	0	0	0	-1	20	-1	20	21	-2%
	042/2017	Bauru	IPCA	16	1	0	0	0	17	-1	16	16	5%
IE Tigabi	026/2017	Tibagi	IPCA	24	1	0	0	0	25	-1	24	24	5%
	006/2020	Três lagoas	IPCA	7	0	0	0	0	8	-0	8	7	5%
IE SUL	016/2008	Forquilinha	IPCA	20	1	0	0	0	21	-1	21	20	5%
	013/2008	Scharlau	IPCA	9	0	0	0	0	9	-0	9	9	5%
Evrecy	001/2020	Minuano	IPCA	53	3	0	0	0	55	-3	52	53	5%
IE Itapura	021/2018	Lorena	IPCA	18	1	0	0	0	19	-1	19	18	5%
	021/2011	Itapeti	IPCA	9	0	0	0	0	10	-0	9	9	5%
IE Jaguar 8	012/2008	Piratininga	IPCA	16	1	0	0	0	17	-0	16	16	5%
	011/2022	Jacarandá	IPCA	16	1	0	0	0	16.9	1	18	16	5%
IE Pinheiros	018/2008	Atibaia II	IPCA	9	0	0	0	0	9	-0	9	9	5%
IE Tibagi	014/2023	Água Vermelha	IPCA	8	0	0	0	0	8.9	0	9	8	5%
IE Riacho Grande	005/2021	Riacho Grande	IPCA	93	4	0	5	0	102.7	-3	100	93	10%
IE Madeira[1]	013/2009	Lote D	IPCA	408	19	0	0	0	428	-18	410	408	5%
	015/2009	Lote F		352	17	0	0	0	369	-15	354	352	5%
Consolidated ISA ENERGIA BRASIL in operation				**5,388**	**272**	**129**	**5**	**-32**	**6,135**	**-4**	**6,131**	**5,388**	**14%**

Jointly Controlled Subsidiaries

Concessionaire (R$ million)	Contract	Project	Index	AAR 25/26 Cycle REH 3.348	Inflation	R&I	RTP	Other[2]	AAR 26/27 Cycle DSP 2268	PA Total	AAR 26/27 Cycle with PA	AAR 25/26 Cycle	Chg % ex-PA
Subsidiaries (non-consolidated) in operation				**828**	**31.6**	**0**	**0**	**0**	**702**	**-24**	**677**	**828**	**-15%**
IE Paraguaçu (50%)	003/2017	Paraguaçu	IPCA	162	7.7	0	0	0	170	-6	164	162	5%
IE Aimorés (50%)	004/2017	Aimorés	IPCA	109	5.1	0	0	0	114	-4	110	109	5%
IE Ivaí (50%)	022/2017	Ivaí	IPCA	399	18.8	0	0	0	418	-14	403	399	5%
IE Garanhuns (51%)[2]	022/2011	Garanhuns	IPCA	158	0.0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Participation ISA ENERGIA BRASIL				**415**	**16**	**0**	**0**	**0**	**351**	**-12**	**339**	**415**	**-16%**
ISA ENERGIA BRASIL in operation				**5,803**	**287**	**129**	**5**	**-32**	**6,485**	**-16**	**6,469**	**5,803**	**12%**

PROJECTS UNDER CONSTRUCTION

Concessionaire (R$ million)	Contract	Project	Index	AAR 25/26 Cycle REH 3.348	Inflation	R&I	RTP	Other[2]	AAR 26/27 Cycle DSP 2268	PA Total	AAR 26/27 Cycle com PA	AAR 25/26 Cycle	Chg % ex-PA
Controlled Subsidiaries under construction				**570**	**27**	**0**	**0**	**0**	**597**	**0**	**597**	**570**	**5%**
ISA ENERGIA BRASIL	006/2023	Serra Dourada	IPCA	322	15	0	0	0	337	0	337	322	5%
	012/2023	Itatiaia	IPCA	248	12	0	0	0	260	0	260	248	5%
ISA ENERGIA BRASIL under construction				**570**	**27**	**0**	**0**	**0**	**597**	**0**	**597**	**570**	**5%**
ISA ENERGIA BRASIL TOTAL (Operational+ Construction)				**6,373**	**314.4**	**129.1**	**5**	**-32**	**7,082**	**-16**	**7,066**	**6,373**	**11%**

[1] IE Madeira: AAR for the 2026/2027 tariff cycle reflects the asset unwinding with AXIA Energia and the consolidation of IE Madeira as a wholly owned subsidiary. Previously, the 51% interest was accounted for as a jointly controlled entity under the equity method | [2] IE Garanhuns: AAR for the 2026/2027 tariff cycle reflects the asset unwinding with AXIA Energia. Previously, 51% interest was accounted for as a jointly controlled entity under the equity method; following the transaction, IE Garanhuns is no longer part of the Company's asset base.

Paulista Concession Renewal - Contract 059/2001 (RBNI/RBSE)

The Extraordinary Shareholders Meeting held on December 3, 2012, unanimously approved extending concession agreement 059/2001, pursuant to Law 12,783/2013, and the concession was extended to December 2042, guaranteeing the Company the right to receive the amounts relating to the NI (*) and SE (**) assets.

The amounts related to NI assets, of R$2,891,291 as per Interministerial Ordinance 580, were received between 2013 and 2015 (note 511.2 to the 4Q23 financial statements).

In 2016, ANEEL issued Technical Note No. 336/2016, which presented a proposal for regulation as provided in MME Ordinance No. 120/2016 regarding the methodology for calculating the cost of capital (Ke) and the calculation of AAR, and determines the values of SE and payment terms for the concessionaires. On May 30, 2017, ANEEL Ruling No. 1,484/17 was issued, recognizing as the value of these assets the total of R$4,094,440, as of December 31, 2012. According to the accounting methodology under the IFRS model, the initial impact of RBSE values was recognized in September 2016, and the additional amount recognized by ANEEL was recorded in the second quarter of 2017. These are presented as "Concession Assets" (note 5.1 of the financial statements for 4Q24).

Technical Note No. 108/2020 – SGT/ANEEL, dated June 25, 2020, recalculated the AAR values starting from the 2020/2021 cycle, including the capital cost remuneration component (Ke), and implemented the effects of revoking injunctions that previously prevented the payment of Ke. These values were incorporated into the RTP calculations and approved by ANEEL's Board of Directors through Homologation Resolution No. 2,714/2020. Currently, there are two active injunctions.

On April 22, 2021, ANEEL ruled in favor of the administrative appeal filed by the Company against Homologation Resolution No. 2,714/2020, which sought the right to retroactively update the RBSE values, and applied the restructuring of the RBSE financial component in accordance with Technical Note No. 068/2021 (note 1.2a of the financial statements for 4Q24). The premises valid as of the 2021/2022 cycle are: (i) conclusion of RBSE payments in 2028; (ii) reduced amortization of RBSE receivables during the 2021/2022 and 2022/2023 cycles; and (iii) remuneration based on the regulatory WACC established in the 2018 RTP. From the 2023/2024 cycle onward, the payment flows projected by ANEEL returned to levels similar to those approved in Homologation Resolution No. 2,714/2020.

After the ratification of the RTP results for the Transmission Operators (ReH 2,851/21), which included the rescheduling of RBSE's financial component receipts, ABIAPE/ABRACE/ESBR filed a request for reconsideration, after it became final, questioning the calculation of the RBSE's financial component and the rescheduling itself. In June 2021, the ANEEL General Tariff Superintendence ("SGT") published NT 117/2021 and issued a public statement explaining that there were no calculation or methodological errors. However, in June 2022, the SGT of ANEEL issued Technical Note No. 85/2022, analyzing the requests for reconsideration concerning the payment of the financial component and the rescheduling of RBSE. That same month, a monocratic decision (Order No. 1,762/2022) was issued by an ANEEL director regarding the subject. After a collective decision by ANEEL's board, the monocratic decision was suspended. In April 2023, the SGT published a new technical note (85/2023), addressing the comments on NT 085/2022 and Circular Letter No. 23/2022, dated August 16, 2022.

At a board meeting held on June 10, 2025, the Brazilian Electricity Regulatory Agency ("ANEEL") decided on the appeal filed by market agents concerning Homologation Resolution 2,851/21, related to the calculations for the payment of the RBSE (Rede Básica Sistema Existente) financial component. With this, the administrative discussion on the matter was closed. The board voted to partially apply the recommendations proposed in Technical Note 85/2023 ("NT85") and decided to: (i) maintain the post-paid calculation methodology; (ii) create a new payment profile with separation into two flows; and (iii) update the WACC at each Periodic Tariff Review.

In addition to the administrative discussion concluded in June 2025, Process No. TC 012.715/2017-4 is pending before the Federal Court of Accounts ("TCU"). Its purpose is to evaluate the compliance and transparency of the methodology for defining the value of transmission assets existing as of 05/31/2000, but not yet amortized, as well as the methodology for updating and passing these values onto electricity tariffs, which is still under review. On 07/05/2023, the Public Prosecutor's Office at the TCU (MPTCU) stated it was in favor of ISA ENERGIA BRASIL joining as an interested party and concluded that the regulatory option of the MME should be respected by the TCU. Subsequently, at the session held on May 6, 2026, TCU unanimously decided to dismiss the aforementioned proceeding.

In addition, the matter is subject to judicial proceedings. As of June 30, 2026, there were near 40 (forty) ongoing lawsuits filed by industry entities, which discuss the legality of MME Ordinance No. 120/2016. The first-instance decisions recognized the legality of MME Ordinance No. 120/2016 and the payment method established therein and, therefore, were favorable to the concessionaires. However, they are subject to reversal by higher courts and, in this regard, on May 26, 2026, the 7th Panel of the Federal Regional Court of the 1st Region (TRF1) ruled on the appeals in five of the

forty aforementioned lawsuits and decided to recognize the legality of incorporating RBSE assets into the Regulatory Remuneration Base and to declare the nullity of paragraph 3 of article 1 of MME Ordinance No. 120/2016. Such decisions are subject to appeals before higher courts.

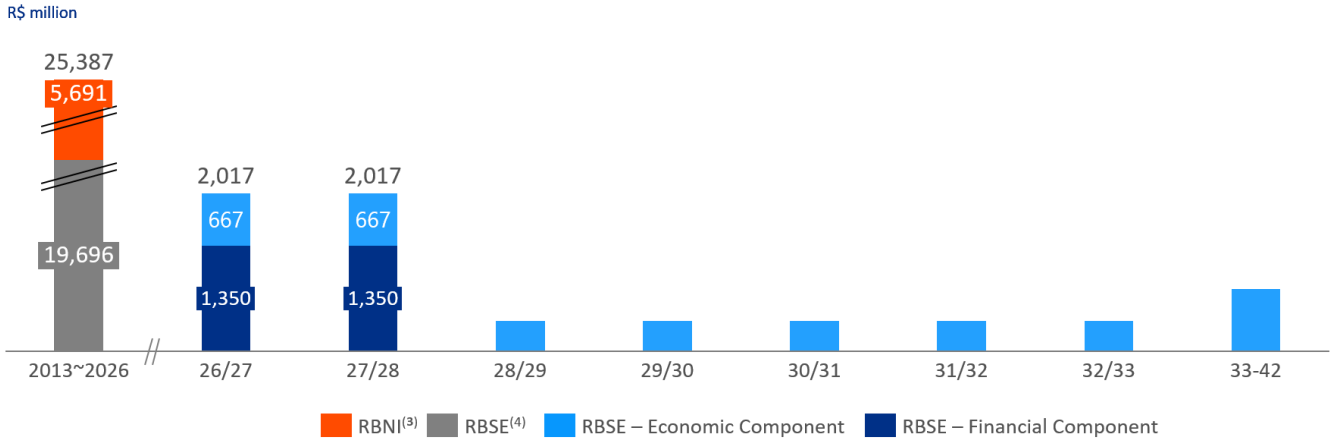
It is not possible to rule out the possibility of new judicial decisions altering one or more conditions of the RBSE payment be disregarded. Any new judicial decisions, depending on their content and scope, if not reversed in a timely manner, may or may not have significant impacts on the Company's receipts, potentially requiring, as the case may be, a reassessment of investment plans, dividend distribution, and corporate strategy, in addition to the regular accounting records of such impacts.

Considering ANEEL's decision at the Board of Directors meeting held on June 10, 2025, and based on the tariff adjustment for the 2026/2027 cycle, below is the payment flow of the amounts due related to the renewal of the Paulista Concession:

RBSE Receivable flow after ANEELs Decision in 2025[1] [2] [3] [4]

[1] Real values, base date June 2026, based on the spreadsheets published at the closing of Public Consultation No. 12/2024.

[2] Excludes the CAIMI portion and Other Revenue from RBSE AAR.



[3] The movement of the asset base comprising RBSE should gradually reduce the AAR portion related to the economic component, and after the 2033/2034 cycle, only the amount related to capital remuneration for land and warehouse inventory will remain until the end of the concession, in 2042.

[4] The expected flow from the 2028/2029 to 2032/2033 cycles was estimated based on the appraisal report and the assumptions defined in the 2023 RTP. The amounts will be reassessed in the 2028 tariff review process.

(*) NI – facilities energized as of June 1, 2000
(**) SE – facilities related to non-depreciated assets existing as of May 31, 2000.

Supplementary Retirement Plan – Law 4,819/58

The supplementary retirement plan is governed by State Law 4,819/58 and applies to employees hired prior to May 13, 1974, by government agencies and corporations in which the state of São Paulo is the controlling shareholder and exercises control.

The funds needed to meet the costs under this plan are the responsibility of the São Paulo State Government and the plan was implemented as per the agreement between the Tax Authority of the State of São Paulo ("SEFAZ") and the Company on December 10, 1999. Payments of the supplementary retirement benefits were made monthly by SEFAZ, which transferred the amount to be paid to ISA ENERGIA BRASIL, which then transferred it to "Fundação CESP" to be paid to individual retirees. Since January 2004, retiree benefits have been processed directly by SEFAZ. This change in the process revealed disallowances such as payments above the cap (equivalent to the State Governor's salary). As a result, SEFAZ started excluding the surplus amounts from the benefits paid to retirees.

Public-Interest Civil Action and Class Action

In June 2005, after the courts dismissed a claim, the Funcesp Retirees Association (AAFC) obtained an injunction in the Labor Court, which ordered the maintenance of the previous payment in full. The benefits payment process has since reverted to the original model, where "Fundação CESP" was responsible for retirement payments. However, SEFAZ continues to transfer the adjusted amount to ISA ENERGIA BRASIL, which then adds to the difference so that retirement payments are made in full, as ordered by the injunction.

Collection Lawsuit

Since 2005, pursuant to the preliminary injunction issued by the 49th Labor Court, SEFAZ has transferred to the Company an amount below that required to make payments to retirees (approximately 70%). ISA ENERGIA BRASIL has therefore funded the shortfall to ensure full payment of retirees' benefits (approximately 30%). The Company is seeking reimbursement of these supplementary payments through legal action against SEFAZ.

The court ruled in favor of the Company on appeal. In August 2017, SEFAZ filed a Special Appeal with the Superior Court of Justice ("STJ"), which was pending an admissibility review. As of September 30, 2026, the amount recognized on the Company's balance sheet remained at approximately R$2.9 billion, net of the provision for credit losses recognized in 2013.

Between August 2018 and March 2019, ISA ENERGIA BRASIL received full transfers from SEFAZ pursuant to a preliminary court order, which was subsequently suspended by the STJ pending judgment of SEFAZ's appeal.

In March 2024, SEFAZ's appeal was decided by a single justice of the STJ, who ordered the case to be remanded to the São Paulo State Court of Appeals ("TJSP"). The TJSP must define in its decision each party's respective responsibility for the installments and components comprising the supplementary pension payments. ISA ENERGIA BRASIL was ordered to continue paying the disallowed amounts, as it has been since 2005, until a final, unappealable decision is issued.

In October 2024, by agreement of the parties to pursue settlement discussions, the STJ stayed the collection proceedings for 180 days. On May 22, 2025, an initial mediation hearing was held at the STJ Judicial Center for Dispute Resolution ("CEJUSC/STJ"), with the participation of the São Paulo State Attorney General's Office, and the stay was renewed for an additional 180 days. In addition to the initial hearing, six hearings were held between August and November 2025.

In 2026, four mediation hearings were held on February 3, April 4, June 16 and August 26. The next mediation hearing will take place in 2027, with the specific date yet to be determined.

The attempt to reach an amicable settlement does not prejudice the Company's rights or alter any court decision currently in effect or the existing payment flow. If the settlement attempt is unsuccessful, the proceedings will resume as before.

The Company continues its efforts to preserve the favorable decision on the merits obtained before the TJSP.

The amount recognized by the Company under "Amounts Receivable – State Treasury Department" totaled R$2,874.9 million as of September 30, 2026. In addition, the Company maintains a provision of R$516.3 million, recorded in 2013 due to the extension of the expected recovery period for a portion of the receivables from the State of São Paulo and procedural developments at that time. The amounts mentioned above are stated at historical value and do not include any monetary adjustment or other form of restatement.

GLOSSARY

ADTV (Average Daily Traded Volume) – The average daily financial volume traded for an asset over a given period.

ANEEL (Brazilian Electricity Regulatory Agency) – The government agency responsible for regulating and overseeing electricity generation, transmission, distribution and trading in Brazil.

CAAE (Annual Cost of Electricity Assets) – The portion of revenue associated with the return on investments in electricity assets, comprising the return on capital and the Regulatory Reinstatement Quota ("QRR").

CAGR (Compound Annual Growth Rate) – The compound annual growth rate.

CAOM (Administration, Operation and Maintenance Costs) – The portion of revenue intended to cover the administration, operation and maintenance costs of facilities, including components established by applicable regulations. It may be divided into (i) O&M revenue, intended to cover costs and expenses such as payroll, maintenance and other expenditures; and (ii) revenue intended to cover the costs of movable and immovable facilities ("CAIMI").

CAPEX (Capital Expenditures) – Investments in the acquisition, implementation, expansion, modernization or improvement of assets.

CCEE (Electricity Trading Chamber) – Operates under authorization from the granting authority and under ANEEL's regulation and oversight to facilitate electricity purchase and sale transactions among CCEE participants.

CDE (Energy Development Account) – A sector charge used to fund public policies for the electricity sector under applicable regulations.

Organic growth – Growth arising from investments in existing assets and concessions, including retrofitting and improvements.

CVM (Brazilian Securities and Exchange Commission) – A government agency linked to the Ministry of Finance that oversees, regulates, disciplines and develops Brazil's securities market.

EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) – Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization.

Regulatory charges – Amounts collected in connection with the provision of transmission services and allocated to purposes established under sector regulations; where applicable, they do not constitute operating revenue of the transmission company.

Commissioning – The stage at which the facilities or equipment of a transmission project are energized in accordance with applicable procedures, whether for a retrofitting, improvement or greenfield project.

EPE (Energy Research Office) – A state-owned company responsible for studies and research supporting the planning of Brazil's energy sector.

DIT (Other Transmission Facilities) – Facilities that are not part of the Basic Grid, generally because they operate at voltages below 230 kV or serve specific purposes.

Greenfield – Growth projects awarded through auctions and built from the ground up.

IBBC (Bovespa BR+ Cap 5% B3 Index) – An index designed to reflect the performance of highly tradable and representative assets, limiting each asset's individual weight in the portfolio to 5%.

IBBE (Bovespa BR+ Equal Weight B3 Index) – An index in the Ibovespa BR+ family structured with equal weighting among its portfolio assets.

IBBR (Bovespa B3 BR+ Index) – An index designed to reflect the performance of a portfolio comprising eligible assets issued by Brazilian companies.

IBEP (Bovespa B3 Private Companies Index) – An index designed to reflect the performance of eligible assets issued by privately controlled companies.

IBEW (Bovespa B3 Equal Weight Index) – An index comprising eligible Ibovespa assets with equal weighting among portfolio components.

IBOV B3 (Bovespa B3 Index) – The main performance indicator for shares traded on B3, comprising leading companies in Brazil's capital markets. Its portfolio includes shares that collectively represent 85% in descending order of Tradability Ratio, subject to a 90% buffer; have a 95% trading-session presence; represent at least 0.1% of financial volume in the standard-lot cash market; and are not penny stocks.

IBRA (Broad Brazil Index) – An indicator of the average performance of all assets traded in B3's standard-lot cash market that meet minimum liquidity and trading-session presence requirements, providing a broad view of the equity market.

IBRX100 (Brazil 100 Index) – An indicator of the average performance of the 100 most tradable and representative assets in Brazil's equity market.

IBSD (Bovespa Smart Dividend Index) – An indicator of the average performance of listed companies that stand out in terms of shareholder remuneration through dividends and interest on equity.

IBST (Bovespa BESST Dividend Index) – An indicator of the average performance of highly tradable and representative assets that stand out for shareholder remuneration within specific sectors.

IBVL (Bovespa Smart Low Volatility B3 Index) – An indicator of the average performance of highly tradable and representative assets with lower volatility in daily returns.

ICO2 (Carbon Efficient Index) – An index that considers companies' greenhouse-gas emissions efficiency and emissions-management practices. Participation in the B3 ICO2 demonstrates a company's commitment to emissions efficiency and management practices that support the transition to a low-carbon economy.

IDIV (Dividend Index) – An index designed to reflect the performance of assets that stand out for shareholder remuneration through dividends and interest on equity.

IDVR (B3 Diversity Index) – An index designed to reflect the performance of companies selected based on diversity-related criteria.

IE – Interligação Elétrica.

IEE (Electric Power Index) – A B3 sector index designed to measure the performance of the electricity sector.

IENS (Non-Supplied Energy Index) – An indicator associated with energy not supplied due to system interruptions.

IFES (ESG Infrastructure Index) – An indicator of the average performance of the most tradable and representative assets in the Utilities and Industrial Goods sectors.

IGC (Special Corporate Governance Stock Index) – An indicator of the average performance of securities issued by companies listed on B3's Novo Mercado or Levels 1 or 2.

IGCT (Corporate Governance Trade Index) – An indicator of the average performance of securities issued by companies included in the IGC.

IPCA (Extended National Consumer Price Index) – Brazil's official inflation index, calculated by IBGE.

ISE B3 (Corporate Sustainability Index) – An indicator of the average performance of securities issued by companies selected for their recognized commitment to corporate sustainability.

IOE (Interest on Equity) – A form of shareholder remuneration subject to the tax treatment established under applicable law.

Electricity Transmission Auctions – Competitive bidding processes established by the MME and ANEEL to award concessions for transmission lines and substations in Brazil.

M&A (Mergers and Acquisitions) – Mergers and acquisitions.

Improvement – The installation, replacement or refurbishment of equipment at existing transmission facilities, or adaptations to such facilities, intended to maintain the adequate provision of public electricity-transmission services.

MLCX (MidLarge Cap Index) – An indicator of the average performance of securities issued by B3's largest companies by market capitalization.

MME (Ministry of Mines and Energy) – The federal government body responsible for formulating public policies for the energy and mining sectors.

O&M (Operation and Maintenance) – Activities related to operating and maintaining assets and facilities.

ONS (National Electricity System Operator) – The entity responsible for coordinating and controlling the operation of electricity generation and transmission within the SIN.

Other Revenue – Revenue associated with activities additional to the primary provision of public transmission services and subject to applicable regulatory treatment.

PA (Adjustment Portion) – A component used to offset collection differences or other adjustments related to prior periods under applicable regulations.

PMSO (Personnel, Materials, Services and Other) – Operating costs and expenses related to personnel, materials, third-party services and other items.

PROINFA (Program of Incentives for Alternative Electricity Sources) – A program established to encourage the participation of alternative renewable sources in Brazil's electricity generation mix.

PV (Variable Portion) – A component associated with the availability and capacity of transmission facilities that may reduce revenue due to outages and other events specified under applicable regulations.

R&D (Research and Development) – Research and development activities and investments under applicable regulations.

QRR (Regulatory Reinstatement Quota) – A regulatory component associated with recovering capital invested in assets over their regulatory useful lives.

AAR (Annual Allowed Revenue) – Revenue established to remunerate the provision of public electricity-transmission services under concession agreements and applicable regulations. It may include additional revenue related to the commissioning of new authorized investments.

RB (Basic Grid) – SIN transmission facilities owned by public electricity-transmission concessionaires and defined according to criteria established under ANEEL regulations.

RBNI (Basic Grid – New Investments) – The portion of AARassociated with newly authorized Basic Grid facilities whose revenue is established by a specific resolution.

RBSE (Existing System Basic Grid) – The portion of AAR associated with Basic Grid facilities listed in the appendix to Resolution No. 166 of May 31, 2000.

Retrofitting – The installation, replacement or refurbishment of equipment at existing transmission facilities, or adaptations to such facilities, intended to increase transmission capacity, SIN reliability or useful life, or to connect users.

RGR (Global Reversion Reserve) – A sector charge established for the purposes specified under electricity-sector legislation.

RTP (Periodic Tariff Review) – The periodic process of reviewing the revenue components of transmission concessions under concession agreements and applicable regulations.

SIN (National Interconnected System) – The facilities and equipment that enable electricity supply across Brazil's electrically interconnected regions under applicable regulations.

TCU (Federal Court of Accounts) – The body responsible for external oversight of the federal public administration under applicable law.

TFSEE (Electricity Services Inspection Fee) – A fee used to fund the oversight of electricity services under applicable law.

TUST (Electricity Transmission System Use Tariff) – A tariff paid by distributors, generators and free and special consumers for using the Basic Grid and DIT facilities. It is adjusted annually based on (i) inflation and (ii) new revenue associated with commissioned projects.

UTIL B3 (Utilities Index) – An indicator of the average performance of the most tradable and representative assets in the utilities sector, including electricity, water and sanitation, and gas.

ATTACHMENTS

Attachment I – Greenfield Projects since 2016 | Growth

Auctions	Project	Contract	Company	% ISA ENERGIA BRASIL	UF	RAP ISA ENERGIA BRASIL Cycle 2026/20267 (R$ million)	Deadline ANEEL	Necessity Date[1]	ANEEL CAPEX ISA ENERGIA BRASIL Participation (R$ million)	Total CapEx ISA ENERGIA BRASIL until 09/30/2026 (R$ million)	Environmental License (LI)	Initiation of Construction	Land Development[4]	Projects Development[5]	Entry in Commercial Operation
013/2015 (oct/2016)	Paraguaçú (Lot 3)	003/2017	IE Paraguaçu	50%	BA/MG	85.0	fev-22	jan-19	254.8	333.4	✓	2Q19	100%	100%	3Q22
	Aimorés (Lot 4)	004/2017	IE Aimorés	50%	MG	57.0	fev-22	jan-19	170.6	208.3	✓	2Q19	100%	100%	2Q22
	Itaúnas (Lot 21)	018/2017	IE Itaúnas	100%	ES	79.0	jun-22	jul-18	297.8	373.8	✓	3Q18	100%	100%	4Q23
005/2016 (apr/2017)	Ivaí[2] (Lot 1)	022/2017	IE Ivaí	50%	PR	208.8	ago-22	fev-21	968.2	1,063.9	✓	4Q19	100%	100%	4Q22
	Tibagi (Lot 5)	026/2017	IE Tibagi	100%	SP / PR	24.8	ago-21	jan-17	134.6	117.5	✓	3Q18	100%	100%	4Q20
	Itaquerê (Lot 6)	027/2017	IE Itaquerê	100%	SP / PR	74.1	ago-21	jun-18	397.7	255.9	✓	3Q18	100%	100%	3Q20
	Aguapeí (Lot 29)	046/2017	IE Aguapeí	100%	SP / PR	87.2	ago-21	dez-18	601.9	363.4	✓	3Q19	100%	100%	1Q21
	Bauru (Lot 25)	042/2017	IE Jaguar 6	100%	SP	16.9	fev-21	ago-19	125.8	63.0	✓	2Q18	100%	100%	3Q19
002/2018 (jun/2018)	Lorena (Lot 10)	021/2018	IE Itapura	100%	SP	19.2	set-22	jan-20	237.9	126.1	✓	3Q19	100%	100%	4Q21
	Biguaçu (Lot 1)	012/2018	IE Biguaçu	100%	SC	58.9	set-23	set-21	641.4	458.8	✓	1Q21	100%	100%	3Q22
002/2019 (dec/2019)	Minuano (Lot 1) 6	001/2020	Evrecy	100%	RS	55.5	mar-25	jan-20	681.6	738.2	✓	1Q22	100%	100%	4Q24
	Três Lagoas (Lot 6)	006/2020	IE Tibagi	100%	MS / SP	7.8	set-23	jan-20	98.8	87.1	✓	2Q21	100%	100%	2Q22
	Triângulo Mineiro	007/2020	IEMG	100%	MG	50.9	mar-25	jan-20	553.6	519.6	✓	1Q22	100%	100%	3Q23
001/2020 (dec/2020)	Riacho Grande (Lot 7)	005/2021	IE Riacho Grande	100%	SP	102.7	mar-26	jan-26	1,140.6	922.1	✓	4Q23	100%	100%	4T25
001/2022 (jun/2022)	Piraquê (Lot 3)	008/2022	ISA ENERGIA BRASIL	100%	MG / ES	359.3	set-27	jan-26	3,653.6	3,867.7	✓	3T24	100%	100%	1Q26
	Jacarandá (Lot 6)	011/2022	IE Jaguar 8	100%	SP	16.9	mar-26	mar-26	232.3	189.3	✓	3T24	100%	100%	1Q26
001/2023 (jun/2023)	Serra Dourada (Lot 1)	006/2023	ISA ENERGIA BRASIL	100%	BA/MG	337.0	mar-29	immediate	3,157.0	2,256.9	ü	3T25	96%	64%	-
	Itatiaia (Lot 7)	012/2023	ISA ENERGIA BRASIL	100%	RJ/MG	259.9	mar-29	immediate	2,300.6	587.4	4T26	1T27	89%	35%	-
	Água Vermelha (Lot 9)	014/2023	IE Tibagi	100%	SP	8.9	set-26	Imediata	94.2	87.1	✓	3T24	100%	100%	2Q25
Total (19)						**1,909.7**			**15,742.9**	**12,619.3**					

Click here to access the spreadsheet.

Annex II – Investments in Projects

Investments	Consolidated + Jointly-controlled		
(R$ Million)	3Q26	3Q25	Chg (%)
Retroffiting Projects	**578.5**	**437.9**	**32.1%**
Greenfield Projects	**524.9**	**767.5**	**-31.6%**
100% ISA ENERGIA BRASIL	**525.4**	**756.8**	**-30.6%**
Piraquê	1.6	503.6	-99.7%
Riacho Grande	0.0	70.0	-100.0%
Serra Dourada	466.4	124.0	276.0%
Itatiaia	54.0	30.2	79.0%
Jacarandá	0.0	30.3	-100.0%
Minuano	0.6	-1.3	N.A
Biguaçu	2.8	0.0	N.A
Jointly-controlled subsidiaries	**-0.5**	**10.8**	**-105.1%**
Ivaí	-0.5	0.0	N.A
Total	**1,103.3**	**1,205.4**	**-8.5%**

Note: Considers ISA ENERGIA BRASIL's proportional interest in non-consolidated companies (subsidiaries under shared control).

Annex III – Regulatory Balance Sheet

Assets (R$ thousand)	Consolidated 30/09/2026	Consolidated 30/09/2025
CURRENT		
Cash and Cash Equivalents	441,736	1,356,062
Financial Investments	2,526,363	808,924
Accounts receivable - Concessionaires and	604,510	469,745
Inventory	119,313	48,054
Recoverable taxes and contributions	295,197	229,311
Derivative instruments	0	37,384
Credit with controlled parties	3,587	126,061
Prepaid Expenses	39,404	6,061
Restricted cash	0	0
Others	391,357	165,619
	4,421,467	**3,247,221**
NON-CURRENT		
Long-Term Assets		
Restricted cash	79,403	18,888
Accounts receivable - Concessionaires and	147,036	205,383
Accounts Receivable from the State Finance	2,874,979	2,760,806
Deferred income taxes and social contribution	0	0
Pledges and Escrow	46,551	46,049
Derivative financial instruments	60,469	20,406
Others	105,299	76,525
	3,313,737	**3,128,057**
Investments	43,159	1,366,474
Imobilized	25,850,576	20,832,086
Intangible	4,321,430	1,819,316
	30,215,165	**24,017,876**
	33,528,902	**27,145,933**
Total Assets	**37,950,369**	**30,393,154**

Liabilities and Shareholders' Equity (R$ thousand)	Consolidated 30/09/2026	Consolidated 30/09/2025
CURRENT		
Loans and Financing	257,762	90,082
Debentures	373,220	496,001
Leasing	16,721	18,677
Derivative financial instruments	9,212	2,916
Suppliers	252,088	254,342
Taxes and social charges to be collected	269,226	213,752
Deferred Income Tax and Social Contribution	0	0
Regulatory charges to be collected	50,880	66,723
Interest on Shareholders' Equity / Dividends to	419,812	422,540
Provisions	93,802	79,962
Amounts Payable - Funcesp	834	1,335
Capex - Provisions	303,879	210,460
Others	14,227	30,299
	2,061,663	**1,887,089**
NON-CURRENT		
Long-Term Liabilities		
Loans and Financing	1,035,325	669,117
Debentures	18,096,273	14,696,513
Leasing	26,086	36,959
Derivative financial instruments	15,163	17,312
Suppliers	3,868	3,456
Diferred PIS and COFINS	20,717	25,773
Deferred income taxes and social contribution	2,246,491	1,524,834
Regulatory charges to be collected	66,391	35,404
Provisions	175,410	157,457
Obligations connected to concession service	891,705	850,307
Others	396	334
	22,577,825	**18,017,466**
SHAREHOLDER'S EQUITY		
Share Capital	4,790,020	3,590,020
Follow on Costs	-20,837	0
Capital Reserves	666	666
Income Reserves	5,618,242	3,742,461
Revaluation reserve	2,374,108	2,493,015
Other Comprehensive Results	88,362	97,571
Additional Dividends Proposed	279,322	279,322
	13,129,883	**10,203,055**
Non-controlling shareholders' share of investment funds	180,998	285,544
	13,310,881	**10,488,599**
Total Liabilities and Shareholders' Equity	**37,950,369**	**30,393,154**

Annex IV – Regulatory Income Statement

Income Statement (R$ thousand)	Consolidated					
	3Q26	3Q25	Chg (%)	9M26	9M25	Chg (%)
Gross Revenue	**1,721,709**	**1,250,582**	**37.7%**	**4,536,355**	**3,718,702**	**22.0%**
Availability of Electric Network	1,710,580	1,239,400	38.0%	4,503,747	3,684,824	22.2%
Others	11,129	11,182	-0.5%	32,608	33,878	-3.7%
Deductions from the Operational Revenue	**-211,046**	**-178,249**	**18.4%**	**-556,054**	**-485,886**	**14.4%**
Taxes and Contributions on Revenue	-149,279	-105,611	41.3%	-391,764	-319,498	22.6%
Regulatory charges	-61,767	-72,638	-15.0%	-164,290	-166,388	-1.3%
Net Revenue	**1,510,663**	**1,072,333**	**40.9%**	**3,980,301**	**3,232,816**	**23.1%**
Costs and Operational Expenses	**-462,704**	**-355,245**	**30.2%**	**-1,248,564**	**-1,164,048**	**7.3%**
Personnel	-117,093	-102,391	14.4%	-335,145	-316,306	6.0%
Material	-6,277	-5,647	11.2%	-17,241	-16,870	2.2%
Services	-83,512	-54,050	54.5%	-191,448	-146,005	31.1%
Depreciation	-250,970	-167,561	49.8%	-642,551	-591,342	8.7%
Others	-4,852	-25,596	-81.0%	-62,178	-93,525	-33.5%
Result of Service	**1,047,959**	**717,088**	**46.1%**	**2,731,737**	**2,068,768**	**32.0%**
Financial Results	**-348,094**	**-293,134**	**18.7%**	**-1,469,918**	**-996,252**	**47.5%**
Income from Financial Investments	92,495	90,045	2.7%	212,820	243,406	-12.6%
Result of Liquid Monetary Variation	11,475	-57,915	n.a	-430,924	-345,670	24.7%
Asset and Liability Interest	25	-152	n.a	191	-2,967	n.a
Interest/Charges on loans	-428,385	-336,504	27.3%	-1,207,141	-933,258	29.3%
Others	-23,704	11,392	n.a	-44,864	42,237	n.a
Operational Result	**699,865**	**423,954**	**65.1%**	**1,261,819**	**1,072,516**	**17.7%**
Equity Income	**34,153**	**100,365**	**-66.0%**	**197,208**	**266,983**	**-26.1%**
Other Operational Revenues/Expenses	**1,891,155**	**3,833**	**49238.8%**	**1,803,863**	**-58,835**	**n.a**
Results before Taxes	**2,625,173**	**528,152**	**397.0%**	**3,262,890**	**1,280,664**	**154.8%**
Income Tax and Social Contribution on	**-712,529**	**39,853**	**n.a**	**-793,806**	**-91,093**	**771.4%**
Current	27,387	38,604	-29.1%	-108,113	-45,021	140.1%
Deferred	-739,916	1,249	n.a	-685,693	-46,072	1388.3%
Consolidated Income/Losses of the Period with the Participation of the Non Controlling Shareholder	**1,912,644**	**568,005**	**236.7%**	**2,469,084**	**1,189,571**	**107.6%**
Participation of Non Controlling Shareholder	**-7,836**	**-17,976**	**-56.4%**	**-32,677**	**-46,548**	**-29.8%**
Net Income/Loss Consolidated in the Period	**1,904,808**	**550,029**	**246.3%**	**2,436,407**	**1,143,023**	**113.2%**

[1] Includes costs and expenses related to the private pension plan.

Annex V – Indirect Cash Flow – Regulatory[1]

Cash Flow of operational activities (R$ thousand)	Consolidated 9M26	Consolidated 9M25
Cash generated by operational activities	**3,218,830**	**2,661,340**
Net Income	2,469,084	1,189,571
Employee benefit - actuarial deficit	0	0
Deferred PIS and COFINS	-5,056	-13,159
Depreciation and amortization	709,810	656,061
Deferred income taxes and social contribution	684,466	46,070
Provision for Lawsuit Liabilities	-7,396	-47,676
Residual value of fixed/intangible assets	54,352	31,711
Tax benefit - incorporated goodwill	28	27
Result of equity income	-256,469	-266,981
Income from financial investments	-92,156	-104,762
Interest and exchange variations on loans, financing and debentures	1,624,187	1,264,876
Interest and monetary and exchange variations on assets and liabilities	-22,825	-44,432
Bargain Purchase Gain on the Acquisition of an Equity Interest	-1,866,294	0
Loss on Disposal of Equity Interest	-72,055	0
Financial Instruments	31,831	-3,418
Transactions with non-controlling shareholders	-32,677	-46,548
Assets Variation	**-362,135**	**648,097**
Restricted cash	0	0
Accounts receivable - Concessionaires and Permissionaires	-11,411	157,976
Inventories	-10,757	-9,242
Accounts Receivable from the State Finance Secretariat	-114,173	-143,176
Recoverable taxes and contributions	-43,438	124,171
Prepaid Expenses	-28,590	-6,016
Pledges and Escrow	1,110	-188
Credit with subsidiaries	0	0
Others	-154,876	524,572
Liabilities Variation	**-21,759**	**-92,477**
Suppliers	-13,969	26,776
Taxes and social charges to be collected	111,763	189,651
Labor obligations	10,223	11,456
Tax payment	-173,758	-136,660
Regulatory charges to be collected	-29,471	13,784
Provisions	258,221	-4,896
Amounts payable to Vivest	-501	435
Global Reversal Reserve - RGR	-1,860	-1,861
Obligations linked to the concession of the service	41,400	-14,873
Post-employment benefit - actuarial liability	0	0
Others	-223,807	-176,289
Net cash generated in operational activities	**2,834,936**	**3,216,960**
Investments Activites Cash Flow	**-5,780,374**	**-4,336,821**
Restricted cash	-676	874
Financial Investments	-4,051,984	-5,093,394
Redemptions of financial investments	2,476,483	4,115,325
Fixed Assets	-3,447,539	-3,359,626
Investments	-1,415,225	0
Caixa acquired a business combination	462,362	0
Received dividends	196,205	0
Cash used in financing activities	**2,031,112**	**-1,075,710**
New loans and debentures	6,285,083	2,007,347
Loan and debentures payments (principal)	-3,769,540	-1,030,172
Loan and debentures payments (interest)	-926,199	-719,616
Lease Payments (principal and interest)	-18,107	-11,094
Derivative instruments	-55,498	13,660
Capital Contribution	1,200,000	0
Share Issuance Costs	-20,837	0
Paid dividends and interest on equity	-663,790	-1,335,835
Net variation in Cash and Cash Equivalents	**-914,326**	**-2,195,571**
Opening Balance of Cash and Cash Equivalents	1,356,062	2,914,747
Closing Balance of Cashand Cash Equivalents	441,736	719,176
Closing Balance of Cash and Cash Equivalents	**-914,326**	**-2,195,571**

[1] The indirect cash flow statement under the regulatory methodology classifies cash outflows related to greenfield, brownfield, and Retrofitting and Improvement projects as investing activities.

Annex VI – Regulatory Result of Non-Consolidated Companies

IE AIMORÉS						
Income Statement (R$ thousand)	**3Q26**	**3Q25**	**Chg (%)**	**9M26**	**9M25**	**Chg (%)**
Gross Operational Revenue	**29,668**	**29,772**	**-0.3%**	**89,604**	**86,681**	**3.4%**
Operational Revenue Deductions	-3,085	-3,167	-2.6%	-9,217	-9,121	1.1%
Net Operational Revenue	**26,583**	**26,605**	**-0.1%**	**80,387**	**77,560**	**3.6%**
Costs and Expenses	-1,571	-765	105.4%	-4,314	-4,119	4.7%
Depreciation	-2,722	-2,721	0.0%	-8,165	-8,163	0.0%
EBITDA	**25,012**	**25,840**	**-3.2%**	**76,073**	**73,441**	**3.6%**
Gross Profit	**22,290**	**23,119**	**-3.6%**	**67,908**	**65,278**	**4.0%**
Financial Result	-8,511	-7,179	18.6%	-25,456	-5,850	335.1%
Other Revenues and Expenses	0	0	N.A.	0	0	N.A.
Income before IR & CSLL	**13,779**	**15,940**	**-13.6%**	**42,452**	**59,428**	**-28.6%**
IR & CSLL*	-2,253	-1,797	25.4%	-5,297	-6,411	-17.4%
Net Income	**11,526**	**14,143**	**-18.5%**	**37,155**	**53,017**	**-29.9%**
ISA ENERGIA BRASIL Particip. (50%) on EBITDA	**12,506**	**12,920**	**-3.2%**	**38,037**	**36,721**	**3.6%**
ISA ENERGIA BRASIL Particip. (50%) on Net Income	**5,763**	**7,072**	**-18.5%**	**18,578**	**26,509**	**-29.9%**

IE PARAGUAÇU						
Income Statement (R$ thousand)	**3Q26**	**3Q25**	**Chg (%)**	**9M26**	**9M25**	**Chg (%)**
Gross Operational Revenue	**46,840**	**45,303**	**3.4%**	**135,904**	**129,348**	**5.1%**
Operational Revenue Deductions	-4,863	-4,757	2.2%	-13,915	-14,122	-1.5%
Net Operational Revenue	**41,977**	**40,546**	**3.5%**	**121,989**	**115,226**	**5.9%**
Costs and Expenses	-2,195	-1,626	35.0%	-6,443	-5,994	7.5%
Depreciation	-4,657	-4,658	0.0%	-13,972	-13,962	0.1%
EBITDA	**39,782**	**38,920**	**2.2%**	**115,546**	**109,232**	**5.8%**
Gross Profit	**35,125**	**34,262**	**2.5%**	**101,574**	**95,270**	**6.6%**
Financial Result	-15,699	-13,663	14.9%	-46,254	-9,957	364.5%
Other Revenues and Expenses	0	0	N.A.	0	0	N.A.
Income before IR & CSLL	**19,426**	**20,599**	**-5.7%**	**55,320**	**85,313**	**-35.2%**
IR & CSLL*	-2,851	-2,547	11.9%	-3,508	-8,591	-59.2%
Net Income	**16,575**	**18,052**	**-8.2%**	**51,812**	**76,722**	**-32.5%**
ISA ENERGIA BRASIL Particip. (50%) on EBITDA	**19,891**	**19,460**	**2.2%**	**57,773**	**54,616**	**5.8%**
ISA ENERGIA BRASIL Particip. (50%) on Net Income	**8,288**	**9,026**	**-8.2%**	**25,906**	**38,361**	**-32.5%**

IE IVAÍ						
Income Statement (R$ thousand)	**3Q26**	**3Q25**	**Chg (%)**	**9M26**	**9M25**	**Chg (%)**
Gross Operational Revenue	**71,517**	**103,409**	**-30.8%**	**294,346**	**313,371**	**-6.1%**
Operational Revenue Deductions	-11,918	-10,862	9.7%	-35,289	-32,873	7.3%
Net Operational Revenue	**59,599**	**92,547**	**-35.6%**	**259,057**	**280,498**	**-7.6%**
Costs and Expenses	-4,907	-6,278	-21.8%	-15,714	-16,292	-3.5%
Depreciation	-12,534	-15,243	-17.8%	-40,546	-42,329	-4.2%
EBITDA	**53,518**	**86,269**	**-38.0%**	**241,964**	**264,256**	**-8.4%**
Gross Profit	**42,158**	**71,026**	**-40.6%**	**202,798**	**221,878**	**-8.6%**
Financial Result	-70,668	-31,264	126.0%	-203,455	-148,136	37.3%
Other Revenues and Expenses	-1,174	0	N.A.	-1,380	49	n.a
Income before IR & CSLL	**-29,683**	**39,762**	**n.a**	**-2,036**	**73,791**	**n.a**
IR & CSLL*	43,092	-13,523	n.a	33,692	-25,092	n.a
Net Income	**13,409**	**26,240**	**-48.9%**	**31,656**	**48,699**	**-35.0%**
ISA ENERGIA BRASIL Particip. (50%) on EBI	**26,759**	**43,135**	**-38.0%**	**120,982**	**132,128**	**-8.4%**
ISA ENERGIA BRASIL Particip. (50%) on Net	**6,704**	**13,120**	**-48.9%**	**15,828**	**24,349**	**-35.0%**

AIE (IE IVAÍ + IE PARAGUAÇU + IE AIMORÉS)						
Income Statement (R$ thousand)	**3Q26**	**3Q25**	**Chg (%)**	**9M26**	**9M25**	**Chg (%)**
Gross Operational Revenue	**148,025**	**178,484**	**-17.1%**	**519,854**	**529,400**	**-1.8%**
Operational Revenue Deductions	-19,866	-18,786	5.7%	-58,421	-56,116	4.1%
Net Operational Revenue	**128,159**	**159,698**	**-19.7%**	**461,433**	**473,284**	**-2.5%**
Costs and Expenses	-8,673	-8,669	0.0%	-26,471	-26,405	0.3%
Depreciation	-19,913	-22,622	-12.0%	-62,683	-64,454	-2.7%
EBITDA	**118,312**	**151,029**	**-21.7%**	**433,583**	**446,929**	**-3.0%**
Gross Profit	**99,573**	**128,407**	**-22.5%**	**372,280**	**382,426**	**-2.7%**
Financial Result	-94,878	-52,106	82.1%	-275,165	-163,943	67.8%
Other Revenues and Expenses	-1,174	0	N.A.	-1,380	49	n.a
Income before IR & CSLL	**3,522**	**76,301**	**-95.4%**	**95,736**	**218,532**	**-56.2%**
IR & CSLL*	37,988	-17,867	n.a	24,887	-40,094	n.a
Net Income	**41,510**	**58,435**	**-29.0%**	**120,623**	**178,438**	**-32.4%**
ISA ENERGIA BRASIL Particip. (50%) on EBI	**59,156**	**75,515**	**-21.7%**	**216,791**	**223,464**	**-3.0%**
ISA ENERGIA BRASIL Particip. (50%) on Net	**20,755**	**29,217**	**-29.0%**	**60,311**	**89,219**	**-32.4%**

Annex VII – Covenants (R$ million)

BNDES (annual verification)	
Net Debt 09/30/26	18,311.6
EBITDA LTM	5,239.1
Net Debt/EBITDA 09/30/26	**3.50**
Shareholders' Equity 09/30/26	24,033.6
Net Debt/(Net Debt + Shareholders' Equity) 09/30/26	**0.43**

The main financial commitments under the financing agreements (financial covenants) to which ISA ENERGIA BRASIL is subject are set out below:

The financing agreements with BNDES (valid until their maturity in 2041) must comply with the following maximum financial ratios: Net Debt/BNDES Adjusted EBITDA ≤ 3.0 and Net Debt/(Net Debt + Shareholders' Equity) ≤ 0.6. The balance of these financings with BNDES as of 09/30/2026 totals R$649.9 million, and the agreements allow for prepayment.

The ratios are measured at the end of each fiscal year. For purposes of calculating and demonstrating these ratios, the Company must consolidate all subsidiaries and jointly controlled entities (proportionally to its interest), provided that it holds an equity interest equal to or greater than 10%. EBITDA is calculated in accordance with the methodology defined in the agreements. The most recent measurement was based on information as of December 31, 2025, and the Company and its subsidiaries met the requirements related to restrictive covenants. The next measurement will be made with data as of December 31, 2026. In November 2025, the Company received a letter from BNDES formalizing its prior consent and its waiver of the declaration of early maturity of certain financing agreements, in the context of monitoring the financial ratios for fiscal year 2025.

For management purposes, the Net Debt/EBITDA ratio under this methodology is calculated quarterly and stood at 3.50x in 3Q26.

Annex VIII – Balance Sheet – IFRS

Assets (R$ thousand)	Consolidated 30/09/2026	Consolidated 30/09/2025
CURRENT		
Cash and cash equivalents	441,736	1,356,062
Financial investments	2,526,363	808,924
Concession Asset	5,255,908	4,106,084
Inventories	121,914	72,704
Taxes and contributions to compensate	295,197	229,311
Derivative instruments	0	37,384
Credit with related parties	2,559	126,579
Prepaid expenses	39,404	6,061
Restricted Cash	0	0
Advance to suppliers	0	0
Others	768,706	344,330
	9,451,787	**7,087,439**
NON-CURRENT		
Long-term Receivables		
Restricted Cash	79,403	18,888
Concession Asset	41,790,962	32,325,214
Accounts Receivable from the State Finance	2,874,979	2,760,806
Pledges and Escrow	46,551	46,049
Inventories	137,129	94,871
Derivative instruments	60,469	20,406
Others	105,299	76,525
	45,094,792	**35,342,759**
Investments	1,335,629	4,154,815
Imobilized	159,998	180,126
Intangible	96,724	436,233
	1,592,351	**4,771,174**
	46,687,143	**40,113,933**
Total Assets	**56,138,930**	**47,201,372**

Liabilities and Shareholders' Equity (R$ thousand)	Consolidated	
	30/09/2026	30/09/2025
CURRENT		
Loans and financing	257,762	90,082
Debentures	373,220	496,001
Leasing	16,721	18,677
Derivative financial instruments	9,212	2,916
Suppliers	251,102	254,445
Taxes and social charges to be collected	268,557	213,325
Regulatory Charges to be collected	50,880	66,723
Interest on Shareholders' Equity/Dividends	419,812	422,540
Labor obligations	93,802	79,962
Amounts Payable - Vivest	834	1,335
Others	318,102	240,765
	2,060,004	**1,886,771**
NON-CURRENT		
Long-term Liabilities		
Loans and financing	1,035,325	669,117
Debentures	18,096,273	14,696,513
Leasing	26,086	36,959
Derivative financial instruments	15,163	17,312
Suppliers	3,868	3,456
Provision for Contingencies	194,532	163,035
Deferred PIS and COFINS	3,933,329	2,966,130
Deferred Income Tax and Social Contribution	6,672,253	5,287,595
Regulatory Charges to be collected	66,391	35,404
Others	2,124	2,069
Total long-term liabilities	**30,045,344**	**23,877,590**
NET EQUITY		
Shareholders' Equity	4,790,020	3,590,020
Follow On Cost	- 20,837	-
Capital Reserves	666	666
Profits Reserve	18,714,837	17,183,674
Other comprehensive results	88,576	97,785
Proposed additional dividends	279,322	279,322
	23,852,584	**21,151,467**
Non-controlling shareholders' share of investment funds	180,998	285,544
	24,033,582	**21,437,011**
Total Liabilities and Shareholders' Equity	**56,138,930**	**47,201,372**

Annex IX – Income Statement – IFRS

Income Statement (R$ thousand)	Consolidated					
	3Q26	3Q25	Chg (%)	9M26	9M25	Chg (%)
Gross Operational Revenue	**2,630.1**	**2,881.9**	**-8.7%**	**8,334**	**7,196**	**15.8%**
Infrastructure Revenue	1,428.8	1,516.7	-5.8%	4,327	4,218	2.6%
O&M Gross Revenue	464.0	294.2	57.7%	1,170	946	23.7%
Remuneration of concession assets	726.6	1,060.8	-31.5%	2,808	2,003	40.1%
Other Revenues	10.7	10.1	5.8%	30	28	4.9%
Deductions from Operational Revenue	**-296.4**	**-322.9**	**-8.2%**	**-892**	**-792**	**12.7%**
Net Operational Revenue	**2,333.7**	**2,559.0**	**-8.8%**	**7,442**	**6,404**	**16.2%**
Operational Costs and Expenses	**-1,339.9**	**-1,396.3**	**-4.0%**	**-4,041**	**-4,028**	**0.3%**
Personnel	-140.6	-126.1	11.5%	-469	-379	23.6%
Materials	-382.8	-453.5	-15.6%	-1,421	-1,444	-1.6%
Services	-755.8	-744.7	1.5%	-1,935	-1,969	-1.7%
Depreciation	-14.9	-8.7	71.5%	-33	-26	29.0%
Others	-45.8	-63.2	-27.6%	-182	-210	-13.4%
Revenues – Periodic Tariff Reset (RTP)	**49.0**	**-6.9**	**-812.9%**	**49**	**159**	**-69.3%**
Service Income	**1,042.8**	**1,155.8**	**-9.8%**	**3,450**	**2,535**	**36.1%**
Financial Income	**-348.4**	**-293.3**	**18.8%**	**-1,471**	**-997**	**47.5%**
Income from Financial Investments	92.5	90.0	2.7%	213	243	-12.6%
Result of Liquid Monetary Variation	11.1	-50.5	-122.1%	-432	-291	48.1%
Interest costs	0.0	-0.2	-116.4%	0	-3	-106.4%
Interest/Charges on loans	-428.4	-336.5	27.3%	-1,207	-933	29.3%
Others	-23.7	3.8	-722.6%	-45	-12	260.3%
Operational Result	**694.3**	**862.5**	**-19.5%**	**1,980**	**1,538**	**28.7%**
Equity Income	**59.9**	**109.5**	**-45.3%**	**359**	**404**	**-11.0%**
Other Operating Revenues/Expenses	**283.8**	**14.4**	**1875.5%**	**290**	**15**	**1878.0%**
Earnings Before Taxes	**1,038.0**	**986.4**	**5.2%**	**2,629**	**1,957**	**34.3%**
Income tax and Social Contribution on Earnings	**-116.3**	**-183.6**	**-36.7%**	**-384**	**-197**	**95.2%**
Current	27.4	38.6	-29.1%	-111	-45	146.1%
Deferred	-143.7	-222.2	-35.3%	-274	-152	80.1%
Consolidated Profit/Loss	**921.7**	**802.8**	**14.8%**	**2,244**	**1,760**	**27.5%**
Non-Controlling Shareholder's Stake	**-7.8**	**-18.0**	**-56.4%**	**-33**	**-47**	**-29.8%**
Consolidated Profit/Loss for the Period	**913.8**	**784.8**	**16.4%**	**2,212**	**1,713**	**29.1%**

Annex X – Cash Flow – IFRS (R$ thousand)

Cash Flow from Operations (R$ thousand)	Consolidated 9M26	Consolidated 9M26
Cash flow from operational activities	**-4,591,721**	**-4,457,990**
Net earnings	2,244,205	1,759,777
Employee benefit - actuarial deficit	4,060	5,769
Depreciation and amortization	33,072	25,631
Deferred PIS and COFINS	331,728	292,773
Deferred IR and CS	273,584	151,924
Provision for Legal Claims	-15,262	-46,226
Residual value of permanent assets written off	29,528	59
Tax benefit - incorporated goodwill	28	27
Income from financial investments	-92,156	-104,762
Interest and exchange variations on loans, financing and debentures	1,624,187	1,264,876
Interest and exchange rate variations on assets and liabilities	-1,501	-45,101
Result of equity income	-359,145	-403,702
Accounts Receivable - Concession Assets	-8,355,460	-7,323,530
Financial Instruments	-8,349	-3,418
Realization of Concession asset in the acquisition of Subsidiary	12,982	14,461
Transactions with non-controlling shareholders	-32,677	-46,548
Bargain Purchase Gain on the Acquisition of an Equity Interest	-468,353	0
Loss on Disposal of Equity Interest	187,808	0
Asset Variations	**4,065,174**	**3,923,533**
Restricted cash	0	0
Accounts receivable - Concessionaires and Permissionaires	4,706,652	3,909,080
Inventories	-45,038	48,404
Accounts Receivable from the State Finance Secretariat	-114,173	-141,904
Recoverable taxes and contributions	-43,438	125,961
Bonds and linked deposits	1,110	-188
Prepaid expenses	-28,590	-6,016
Credit with subsidiaries	0	0
Others	-411,349	-11,804
Liabilities Variations	**-71,011**	**-82,654**
Suppliers	-15,058	28,619
Taxes and social charges to be collected	111,521	188,717
Tax payments	-173,758	-136,660
Labor obligations	10,223	11,456
Regulatory charges to be collected	-29,471	13,784
Provisions	-36,396	-5,089
Amounts payable Vivest	0	0
Global Reversion Reserve	-1,860	-1,861
Others	63,788	-181,620
Net Cash from Operating Activities	**-597,558**	**-617,111**
Investments Activites Cash Flow	**-2,388,505**	**-502,749**
Restricted cash	-676	-399
Financial investments	-4,051,984	-5,093,394
Redemptions of financial investments	2,476,483	4,115,325
Acquisition of Immobilized	-32,901	-10,297
Intangible	-22,770	-10,717
Acquisition of Equity Interest	-1,415,224	0
Disposal of Equity Interest	462,362	0
Received dividends	196,205	496,733
Cash used in financing activities	**2,071,737**	**-1,075,710**
Addition to loans and debentures	6,285,083	2,007,347
Loan payments (principal)	-3,769,540	-1,030,172
Loan payments (interest)	-926,199	-719,616
Leasing Payments (principal and interest)	-18,107	-11,094
Derivative instruments	-14,872	13,660
Share Issuance Costs	-20,837	0
Proceeds for Capital Increase	1,200,000	0
Dividends and interest on shareholders' equity paid	-663,791	-1,335,835
Net variation in Cash and Cash Equivalents	**-914,326**	**-2,195,571**
Opening Balance of Cash and Cash Equivalents	1,356,062	2,914,747
Closing Balance of Cash and Cash Equivalents	441,736	719,176
Cash and cash equivalents	**-914,326**	**-2,195,571**